



Plano de Atividades 2020



Ficha Técnica

| | |
|------------------|--|
| Título | Plano de Atividades 2020 |
| Autor | Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais Ministério da Justiça |
| Conceção técnica | Divisão de Planeamento e Organização |

Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais - Ministério da Justiça
Travessa da Cruz do Toren, n.º 1 – 1150-122 Lisboa
Tel. 218812200 Fax. 218853896

| | |
|-------------------|---|
| Nota introdutória | 5 |
|-------------------|---|

I APRESENTAÇÃO DA DGRSP

| | |
|---|----|
| 1 Missão, valores e principais atribuições | 9 |
| 2 Execução de penas e medidas: processos-chave | 11 |
| 3 Estrutura orgânica e áreas de competência das unidades orgânicas | 12 |
| 4 Partes interessadas na atuação da DGRSP: destinatários e parceiros da intervenção | 22 |

II OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E OPERACIONAIS

| | |
|---|----|
| 1 QUAR - QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO | 27 |
| 2 OBJETIVOS POR ÁREAS DE ATIVIDADE E UNIDADES ORGÂNICAS | 34 |

2.1 Área operativa

Serviços centrais

| | |
|--|----|
| 2.1.1 Direção de Serviços de Execução de Medidas Privativas da Liberdade | 36 |
| Divisão de Gestão da População Prisional | 36 |
| Divisão de Gestão do Tratamento População Prisional | 38 |
| Divisão de Coordenação de Atividades de Tratamento Prisional | 41 |
| 2.1.2 Direção de Serviços de Assessoria Técnica e de Execução de Penas na Comunidade | 44 |
| Divisão de Execução de Penas e Medidas na Comunidade | 46 |
| 2.1.3 Direção de Serviços de Vigilância Eletrónica | 48 |
| 2.1.4 Direção de Serviços de Justiça Juvenil | 50 |
| 2.1.5 Direção de Serviços de Segurança | 54 |
| Divisão de Segurança, Operações e Informações | 54 |
| Divisão de Equipamentos de Segurança | 57 |
| 2.1.6 Centro de Competências para a Gestão dos Cuidados de Saúde | 59 |
| 2.1.7 Centro de Competências para a Gestão de Programas e Projetos | 61 |
| 2.1.8 Centro de Competências de Dinamização das Atividades Económicas e Laborais | 64 |

Serviços desconcentrados

| | |
|---|----|
| 2.1.9 Estabelecimentos Prisionais | 67 |
| 2.1.10 Delegações Regionais de Reinserção | 78 |
| Equipas de Reinserção Social | 83 |
| 2.1.11 Centros Educativos | 85 |

2.2 Área instrumental

| | | |
|--------|---|-----|
| 2.2.1 | Serviços de Auditoria e Inspeção – Norte, Centro, Sul e Ilhas | 88 |
| 2.2.2 | Direção de Serviços de Recursos Humanos | 91 |
| | Divisão de Gestão de Recursos Humanos | 91 |
| | Divisão de Administração de Pessoal e Processamento de Remunerações | 94 |
| | Divisão de Formação | 96 |
| 2.2.3 | Direção de Serviços de Contratação Pública e Gestão Patrimonial | 98 |
| | Divisão de Contratação Pública | 98 |
| | Divisão de Gestão Patrimonial | 100 |
| 2.2.4 | Direção de Serviços Financeiros | 101 |
| | Divisão de Contabilidade e Tesouraria | 101 |
| | Divisão de Coordenação Financeira | 103 |
| 2.2.5 | Divisão de Documentação e Arquivo | 105 |
| 2.2.6 | Divisão de Planeamento e Organização | 107 |
| 2.2.7 | Divisão de Infraestruturas e Equipamentos | 109 |
| 2.2.8 | Gabinete de Tecnologias de Informação e Comunicação | 111 |
| 2.2.9 | Gabinete Jurídico e de Contencioso | 113 |
| 2.1.10 | Centro de Competências de Comunicação e Relações Externas | 115 |
| 3 | ALINHAMENTO ENTRE OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E OPERACIONAIS | 117 |



III RECURSOS HUMANOS E FINANCEIROS

| | | |
|---|----------------------|-----|
| 1 | RECURSOS HUMANOS | 131 |
| 2 | RECURSOS FINANCEIROS | 133 |



Anexos

| | | |
|---|---|-----|
| 1 | Organograma da DGRSP | 137 |
| 2 | Quadro síntese de partilha de objetivos | 139 |
| 3 | Lista de siglas usadas | 143 |



Nota Introdutória

*N*ão existe sociedade humana sem crime, diz-nos o sempre atual Émile Durkheim, considerando-o como um elemento necessário à sobrevivência da própria sociedade, indispensável à evolução normal da moral e do direito. Tal perspetiva atribui às normas penais uma função de regulação social, tendo o crime e o castigo positividade associada na medida em que permitem distinguir o limite entre o que é permitido e o que é interdito, assim contribuindo para a coesão social e convivência pacífica em sociedade. Esta função de regulação social é, todavia, indissociável das configurações e funções que a sanção penal tem vindo a assumir.

O desenvolvimento das sociedades contemporâneas, com crescente grau de estruturação, organização e controlo, foi também acompanhado pela instalação de uma cultura carcerária, ainda que, devemos reconhecê-lo, em concomitância com o reforço da componente garantística dos sistemas legais, nomeadamente no que se refere à segurança das sociedades e a garantias de proteção e defesa de direitos dos cidadãos, e, mais concretamente, das vítimas.

*U*m dos principais elementos que suporta a cultura carcerária é a ideia de que a prática de crimes se resolve pela expiação, sofrimento imposto após a transgressão da norma, atribuindo-se à intervenção do sistema de justiça uma função moral que o tempo tem revelado como insuficiente na prevenção da recidiva. A este modelo retributivo, cujos efeitos de prevenção, geral e especial, são questionáveis, opõe-se a emergência de um conceito de sanção penal, em sentido lato, com funções úteis para a sociedade, no quadro das quais se situam a ressocialização, a reparação e reconciliação, o efeito de dissuasão.

O caminho trilhado internacionalmente é o da inscrição dos sistemas de execução de penas e medidas num paradigma ressocializador. Defende-se, no plano internacional, uma abordagem holística e compreensiva, ainda que centrada na pessoa, do crime e da violência. Reafirmando um legado de mais de seis décadas, a Declaração de Doha, aprovada em 2015, vem reforçar o compromisso partilhado entre os países de defesa do Estado de direito e de observância universal dos direitos humanos e liberdades fundamentais.

*T*ambém em 2015, constitui um acontecimento de relevo a aprovação pelas Nações Unidas das Regras Nelson Mandela, versão atualizada das Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Reclusos, que, com base no consenso geral do pensamento contemporâneo, estabelecem, com aprofundamento em documentos subsequentes, princípios e boas práticas na gestão do sistema de execução de penas em geral e na intervenção com reclusos em particular. Defesa da dignidade do ser humano, imparcialidade de tratamento e não discriminação, recurso a medidas que excluam do contacto com os outros apenas quando justificado e de forma pontual, período de detenção que permita reintegração na sociedade, após a libertação, de modo autossuficiente e no respeito pelas leis, e minimização das diferenças entre situação de privação da liberdade e vida em liberdade, são princípios básicos que, enquadrando-se num paradigma ressocializador, orientam a intervenção para a prevenção da reincidência e a integração social dos agentes de crime.

Este é também o nosso caminho, que o nosso edifício jurídico, avançado, tão bem suporta. Tem o nosso país uma arquitetura jurídico-legal de pendor ressocializante, cuja modernidade se revela no aumento significativo do recurso a penas e medidas de execução na comunidade em alternativa à privação da liberdade. Também a intervenção do Estado sobre os jovens ofensores, ainda que responsabilizadora, se situa numa perspetiva educativa e desenvolvimentista, propondo-se educar para o direito e incluir na sociedade.

Muito caminho andámos, muito caminho temos para andar. Fazemos muito e muito fazemos bem, temos de fazer mais e melhor, revelando o Plano de Atividades 2020, instrumento de planeamento que congrega todas as áreas de atividade da DGRSP e os seus diferentes profissionais, esse propósito.

Do investimento, numa perspetiva de continuidade, na avaliação dos fatores associados à prevenção da reincidência no crime, que permita uma intervenção com níveis de intensidade ajustados às necessidades avaliadas, dá nota, o Plano de Atividades que se apresenta. Nele se encontra também patente a importância dada à produção e padronização de orientações para a intervenção técnica, garante da qualidade, eficácia e proporcionalidade da atuação junto dos agentes de crime.

Área de eleição preferencial para 2020, ainda que vivamos num quadro de restrição de meios financeiros, é a qualificação das condições de alojamento da população de reclusa, em ordem a melhor acolhermos as recomendações internacionais neste plano. A modernização da gestão organizacional é também uma dimensão essencial presente no planeamento para 2020: aumentar a eficácia, promover a eficiência e capacidade de inovar são desafios que se nos colocam, tanto mais importantes quanto escassos são os recursos disponíveis, a que acresce uma dimensão essencial, a promoção de *accountability* e transparência.

Diz o presente Plano de Atividades respeito a um ano marcado por um inesperado surto epidémico, que implicou reajustes no processo de planeamento anual e nos solicita capacidade de adaptação no tempo. A necessidade de adotar medidas preventivas da disseminação infecciosa em contextos de privação de liberdade, aqui se abrangendo a população reclusa mas também os jovens em cumprimento de medida de internamento, obriga a uma evidente avaliação. Particularmente no que se refere à importância de se investir na preparação da liberdade, ou seja, no retorno a meio livre de vida, ou seja, no longo caminho que falta desenvolver na senda de uma intervenção efetivamente orientada para a prevenção da reincidência e, numa perspetiva mais permanente e menos imediatista, para processos de desistência do crime.

Neste ano especial, deixamos aqui referência a palavras da grande filósofa Hannah Arendt, que apelam às nossas melhores capacidades de agentes de mudança: ‘os homens, embora devam morrer, não nascem para morrer, mas para começar’.

O Diretor-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais



Rómulo Augusto Mateus



I

APRESENTAÇÃO DA DGRSP



1

MISSÃO, VALORES E PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES

A Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais¹ é um organismo do Ministério da Justiça, conforme contemplado no Decreto-Lei nº 123/2011, de 29 de dezembro, encontrando-se a sua estrutura orgânica regulada no Decreto-Lei nº 215/2012, de 28 de setembro de 2012.

Tem por missão²:

“o desenvolvimento das políticas de prevenção criminal, de execução das penas e medidas e de reinserção social e a gestão articulada e complementar dos sistemas tutelar educativo e prisional, assegurando condições compatíveis com a dignidade humana e contribuindo para a defesa da ordem e da paz social”.

Consideram-se valores básicos da organização, agregando uma perspetiva humanista e ressocializadora na execução de penas e medidas, privativas da liberdade ou de execução na comunidade, no âmbito da justiça penal, e uma dimensão educativa na área da justiça juvenil:

- Crença na capacidade de mudança do ser humano
- Defesa e promoção dos direitos humanos
- Defesa da segurança da sociedade
- Valorização da reinserção social
- Prevenção da reincidência criminal
- Serviço à comunidade

¹ A Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais resultou da fusão da Direção-Geral dos Serviços Prisionais e da Direção-Geral de Reinserção Social (cf. Decreto-Lei nº 123/2011, de 29 de dezembro).

² Artigo 1º do Decreto-Lei nº 123/2011, de 29 de dezembro.

Constituem principais atribuições da DGRSP¹:

- 1 Prestar assessoria técnica aos tribunais, em processos penais e tutelares educativos, no âmbito do apoio à tomada de decisão.
- 2 Executar penas e medidas privativas da liberdade, orientando a intervenção para a reinserção do agente de crime na sociedade, preparando-o para conduzir a sua vida de modo socialmente responsável, sem cometer crimes.
- 3 Executar penas e medidas na comunidade aplicadas a adultos, promovendo a reparação à sociedade e às vítimas bem como a reinserção social dos agentes de crime e a prevenção da reincidência.
- 4 Executar medidas tutelares educativas, na comunidade ou de internamento, aplicadas a jovens ofensores, promovendo a sua educação para o direito e inserção, de forma digna e responsável, na vida em comunidade.
- 5 Gerir o sistema nacional prisional:
 - garantindo a proteção de bens jurídicos e a defesa da sociedade e, simultaneamente, a organização da segurança e a manutenção da ordem e disciplina nos estabelecimentos prisionais, a gestão da população prisional e o controlo dos reclusos custodiados no exterior;
 - assegurando o respeito pelos direitos humanos das pessoas privadas de liberdade, nomeadamente condições adequadas de alimentação, cuidados de saúde física e mental, atividades educativas/formativas, laborais, socioculturais e desportivas e a inclusão em programas e atividades estruturadas orientados para a reabilitação criminal.
- 6 Gerir o sistema nacional de vigilância eletrónica, promovendo a aproximação do indivíduo ao meio, com racionalização de custos para o sistema de justiça.
- 7 Gerir a rede nacional de centros educativos, contribuindo para a segurança pública e respeito pelos direitos humanos dos jovens a cumprir medida de internamento, promovendo a interiorização das normas jurídicas vigentes e condições de desenvolvimento, nomeadamente no plano educativo-formativo, favoráveis à sua integração pacífica na sociedade.

¹ Tem-se por referência o artigo 12º do Decreto-Lei nº 123/2011, de 29 de dezembro, e o artigo 3º do Decreto-Lei nº 215/2012, de 28 de setembro, que estabelece a estrutura orgânica da DGRSP e instrumentos jurídicos relativos a processos penais e tutelares educativos.

2

EXECUÇÃO DE PENAS E MEDIDAS: PROCESSOS-CHAVE

A atividade da DGRSP no âmbito da execução de penas e medidas na jurisdição penal e na área tutelar educativa corresponde a seis macro processos-chave¹ que se apresentam, de forma sintética:

1 ● Execução de penas e medidas privativas de liberdade

Corresponde a execução de pena ou medida em situação privativa de liberdade, em condições de vigilância e segurança. A intervenção técnica materializa-se na avaliação de risco e necessidades do recluso, programação, monitorização e avaliação da execução da pena; no desenvolvimento de atividades de tratamento prisional nas áreas de ensino e formação profissional, trabalho, atividades socioculturais e desportivas, na aplicação de programas específicos de reabilitação e prestação de cuidados de saúde.

Concretiza-se em: pena de prisão, prisão preventiva e medida de segurança de internamento de inimputáveis.

2 ● Execução de penas e medidas na comunidade

Corresponde à intervenção técnica materializada na avaliação do risco e necessidades de reinserção social, planificação e supervisão das penas e medidas, bem como na aplicação de programas para necessidades específicas e articulação com a comunidade para promoção e respostas de reinserção social.

A intervenção ocorre, maioritariamente, no âmbito de: suspensão provisória do processo, suspensão da execução da pena de prisão, prestação de trabalho comunitário, liberdade para prova, liberdade condicional.

3 ● Execução de penas e medidas com recurso a meios de vigilância eletrónica

Corresponde a formas de controlo penal que asseguram a fiscalização por meios de controlo à distância dos termos de uma decisão judicial.

Pode ocorrer no contexto de: medida de coação de obrigação de permanência na habitação, pena de prisão em regime de permanência na habitação, adaptação à liberdade condicional, modificação da execução da pena de prisão, proibição de contactos de agressor com vítima de violência doméstica, pena acessória de proibição de contactos entre agressor e vítima de perseguição, obrigação de permanência na habitação por crime de incêndio florestal.

4 ● Assessoria técnica aos tribunais no apoio à tomada de decisão na fase pré-sentencial

Corresponde ao apoio técnico de suporte à decisão judicial, por solicitação dos tribunais e Ministério Público, tendo em vista a individualização e a adequação da reacção penal aplicável e a reinserção social do agente de crime.

Concretiza-se na elaboração de: relatórios sociais, informações, perícias sobre a personalidade.

5 ● Execução de medidas tutelares educativas

Corresponde à intervenção técnica materializada na avaliação do risco e necessidades de educação para o direito e articulação com a comunidade para promoção da integração social dos jovens, no quadro das finalidades da intervenção tutelar educativa: educação dos jovens para o direito e a sua inserção, de forma digna e responsável, na vida em comunidade.

Constituem medidas tutelares educativas: admoestação, privação do direito de conduzir ciclomotores ou de obter permissão para conduzir ciclomotores, reparação ao ofendido, realização de prestações económicas ou de tarefas a favor da comunidade, imposição de regras de conduta, imposição de obrigações, frequência de programas formativos, acompanhamento educativo, internamento em centro educativo.

A Lei permite também o recurso à suspensão do processo, com ou sem mediação.

6 ● Assessoria técnica aos tribunais no apoio à tomada de decisão na fase de inquérito

Corresponde ao apoio técnico de suporte à decisão judicial, com vista a auxiliar as autoridades judiciais na avaliação da necessidade de intervenção sobre os jovens acusados de factos qualificados pela lei como crime - com 12 anos e menores de 16 anos à data das práticas atribuídas - e na determinação da medida adequada.

Macro processos-chave ● Justiça penal

Macro processos-chave ● Justiça juvenil

¹ Entende-se por processo uma sequência de atividades interligadas com uma entrada e uma saída claramente identificável e com resultados quantificáveis, representando valor acrescentado para a organização.



3

ESTRUTURA ORGÂNICA E ÁREAS DE COMPETÊNCIA DAS UNIDADES ORGÂNICAS

Justiça penal e justiça juvenil são as duas jurisdições em que a Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais desenvolve a sua principal atividade, distinguindo-se quatro grandes áreas de intervenção:

- Execução de penas e medidas privativas de liberdade.
- Execução de penas e medidas na comunidade, integrando a vigilância eletrónica.
- Execução de medidas tutelares educativas, de execução na comunidade ou internamento.
- Assessoria técnica aos tribunais na fase prévia à tomada de decisão judicial, pré-sentencial no caso dos adultos e de inquérito no caso dos jovens com processos tutelares educativos.

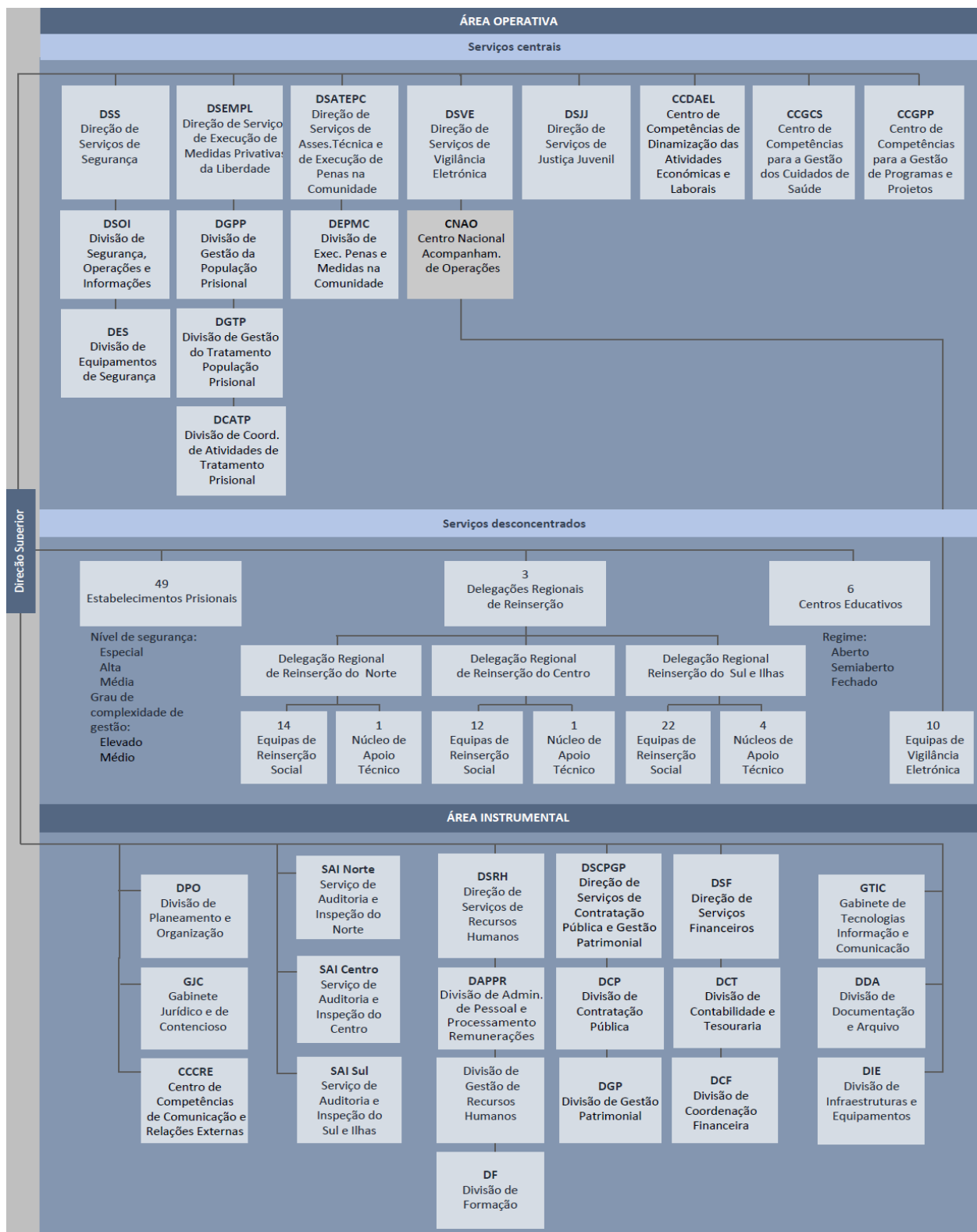
Na sequência da aprovação da Lei Orgânica do Ministério da Justiça, pelo Decreto-Lei nº 123/2011, de 29 de dezembro, o Decreto-Lei nº 215/2012, de 28 de Setembro, complementado pela Portaria nº 300/2019, de 11 de setembro¹ - a qual define a estrutura nuclear² e as competências das respetivas unidades orgânicas -, veio aprovar a estrutura orgânica da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, a qual se desenvolve em função das suas grandes áreas de intervenção (ver organograma, anexo 1). A DGRSP dispõe de unidades orgânicas cujas atribuições se centram na execução de penas e medidas, no âmbito penal e tutelar educativo, correspondentes a serviços centrais e a serviços desconcentrados, sendo estes constituídos por estabelecimentos prisionais, delegações regionais de reinserção - que integram as equipas de reinserção social -, equipas de vigilância eletrónica e centros educativos. Dispõe ainda de um conjunto de unidades instrumentais, que suportam o desenvolvimento da atividade operativa. No esquema seguinte, sintetiza-se a estrutura orgânica da DGRSP, situando-se as unidades orgânicas, nucleares e flexíveis, correspondendo a serviços centrais e ou unidades

¹ Revoga a Portaria nº 118/2013, de 25 de março.

Cf Portaria nº 300/2019, de 11 de setembro, art.1º, constituem unidades orgânicas nucleares dos serviços centrais: Direção de Serviços de Execução de Medidas Privativas da Liberdade; Direção de Serviços de Assessoria Técnica e de Execução de Penas na Comunidade; Direção de Serviços de Vigilância Eletrónica; Direção de Serviços de Justiça Juvenil; Direção de Serviços de Segurança; Direção de Serviços de Recursos Humanos; Direção de Serviços de Contratação Pública e Gestão Patrimonial; Direção de Serviços Financeiros. Integram, ainda, a estrutura nuclear as seguintes unidades orgânicas desconcentradas: delegações regionais de reinserção (do Norte, do Centro e do Sul e Ilhas); estabelecimentos prisionais de nível de segurança especial, média ou alta e grau de complexidade de gestão elevado ou médio.

² Cf Portaria nº 300/2019, de 11 de setembro, art.1º, constituem unidades orgânicas nucleares dos serviços centrais: Direção de Serviços de Execução de Medidas Privativas da Liberdade; Direção de Serviços de Assessoria Técnica e de Execução de Penas na Comunidade; Direção de Serviços de Vigilância Eletrónica; Direção de Serviços de Justiça Juvenil; Direção de Serviços de Segurança; Direção de Serviços de Recursos Humanos; Direção de Serviços de Contratação Pública e Gestão Patrimonial; Direção de Serviços Financeiros. Integram, ainda, a estrutura nuclear as seguintes unidades orgânicas desconcentradas: delegações regionais de reinserção (do Norte, do Centro e do Sul e Ilhas); estabelecimentos prisionais de nível de segurança especial, média ou alta e grau de complexidade de gestão elevado ou médio.

desconcentradas e os centros de competência, segundo a natureza das suas atribuições: área operativa e área instrumental¹.



¹ Integram a área operativa as unidades orgânicas cuja atividade assenta na execução de penas e medidas, privativas da liberdade ou de execução na comunidade, de forma direta (estabelecimentos prisionais, equipas de reinserção social e de vigilância eletrónica, centros educativos) ou indireta (apoio técnico à atividade operativa, funções de coordenação, conceção, monitorização e avaliação). Entendem-se como integrando a área instrumental as unidades orgânicas cuja atividade suporta a atividade operativa.

A rede de unidades desconcentradas da DGRSP encontra-se vocacionada para a execução de penas e medidas. Os 49 estabelecimentos prisionais, as 48 equipas de reinserção social e os 6 centros educativos, assim como as 10 equipas de vigilância eletrónica, constituem as unidades base da intervenção ou atividade operativa da DGRSP.



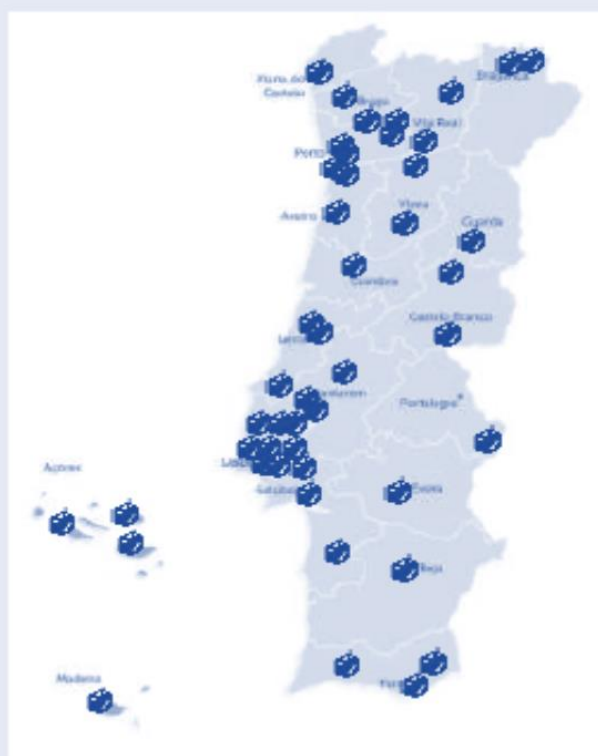
Estabelecimentos Prisionais

Os estabelecimentos prisionais garantem a execução das penas e medidas privativas da liberdade, contribuindo para a manutenção da ordem e paz social e a criação de condições de reinserção social dos reclusos. No total de 49, encontram-se classificados (Portaria nº 13/2013, de 11 de janeiro) em função do nível de segurança (especial, alta e média) e do grau de complexidade de gestão (grau elevado e médio).

O grau de complexidade de gestão é aferido em função da classificação de segurança, da lotação e ocupação, das características da população prisional, da diversidade de regimes, dos programas aplicados e da dimensão dos meios a gerir.

O Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade (Lei nº 115/2009, de 12 de Outubro) constitui o instrumento de referência para o funcionamento dos estabelecimentos prisionais, nomeadamente no que se refere às finalidades e estruturação da intervenção junto dos reclusos, contendo os princípios fundamentais da execução das penas e medidas privativas da liberdade. Encontra-se regulamentado no Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais (Decreto-Lei nº 51/2011, de 11 de abril), o qual garante uniformidade e igualdade na aplicação da regulamentação em vigor no conjunto do sistema prisional. O Regulamento Geral, por sua vez, é complementado pela Portaria nº 286/2013, de 9 de setembro, que define a estrutura e funcionamento dos estabelecimentos prisionais. Constituem áreas de atividade dos estabelecimentos prisionais: administração e apoio geral; execução das penas e área jurídica, tratamento prisional e prestação dos cuidados de saúde, vigilância e segurança.

O Corpo da Guarda Prisional, cujo estatuto se encontra regulamentado no Decreto-Lei nº 3/2014, de 9 de janeiro, é constituído pelos trabalhadores da DGRSP com funções de segurança pública em meio institucional e tem por missão garantir a segurança e tranquilidade da comunidade prisional, mantendo a ordem e a segurança do sistema prisional, protegendo a vida e a integridade dos cidadãos em cumprimento de penas e medidas privativas da liberdade e assegurando o respeito pelo cumprimento da lei e das decisões judiciais, bem como pelos direitos e liberdades fundamentais desses cidadãos.



Nível de segurança

Especial

- Estabelecimento Prisional de Monsanto

Alta

- Estabelecimento Prisional de Alcoentre
- Estabelecimento Prisional da Carregueira
- Estabelecimento Prisional de Caxias
- Estabelecimento Prisional de Coimbra
- Estabelecimento Prisional do Funchal
- Estabelecimento Prisional de Izeda
- Estabelecimento Prisional de Leiria - Jovens
- Estabelecimento Prisional do Linhó
- Estabelecimento Prisional de Lisboa
- Estabelecimento Prisional de Paços de Ferreira
- Estabelecimento Prisional de Pinheiro da Cruz
- Estabelecimento Prisional do Porto
- Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo - Feminino
- Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo - Masculino
- Estabelecimento Prisional de Setúbal
- Estabelecimento Prisional de Sintra
- Estabelecimento Prisional de Tires
- Estabelecimento Prisional de Vale de Judeus
- Estabelecimento Prisional de Vale do Sousa
- Hospital Prisional São João de Deus

Grau de complexidade de gestão elevado

- Estabelecimento Prisional de Angra do Heroísmo
(e Cadeia de Apoio da Horta)
- Estabelecimento Prisional de Aveiro
- Estabelecimento Prisional de Beja
- Estabelecimento Prisional de Braga
- Estabelecimento Prisional de Caldas da Rainha
- Estabelecimento Prisional de Castelo Branco
- Estabelecimento Prisional de Chaves
- Estabelecimento Prisional de Elvas
- Estabelecimento Prisional de Évora
- Estabelecimento Prisional de Faro
- Estabelecimento Prisional da Guarda
- Estabelecimento Prisional de Leiria
- Estabelecimento Prisional do Montijo
- Estabelecimento Prisional de Odemira
- Estabelecimento Prisional de Olhão
- Estabelecimento Prisional instalado junto da Polícia Judiciária do Porto
- Estabelecimento Prisional instalado junto da Polícia Judiciária de Lisboa
- Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada
- Estabelecimento Prisional de Silves
- Estabelecimento Prisional de Viana do Castelo
- Estabelecimento Prisional de Vila Real
- Estabelecimento Prisional de Viseu

Grau de complexidade de gestão médio

Média

- Estabelecimento Prisional de Bragança
- Estabelecimento Prisional da Covilhã
- Estabelecimento Prisional de Guimarães
- Estabelecimento Prisional de Lamego
- Estabelecimento Prisional de Torres Novas

As delegações regionais têm como principais atribuições assegurar o acompanhamento, monitorização e controlo da atividade operativa realizada pelas equipas de reinserção social. Na atual estrutura orgânica existem 3 Delegações Regionais: Norte, Centro e Sul e Ilhas.

Integram Núcleos de Apoio Técnico (NAT), que asseguram funções de apoio e supervisão técnica da atividade desenvolvida pelas equipas de reinserção social e de monitorização do cumprimento das orientações técnicas produzidas pelos serviços centrais.

As equipas de reinserção social, num total de 48 asseguram, nas respetivas áreas territoriais de competência, a assessoria técnica aos tribunais na fase de apoio à tomada de decisão judicial e o acompanhamento da execução de penas e medidas na comunidade, em processos penais e tutelares educativos (Despacho nº 331/2013, de 8 janeiro).

Cobrem todo o território nacional, numa lógica de proximidade com o cidadão.

Existem equipas com áreas operativas de intervenção diferenciada:

- a• Equipas de competência genérica (assessoria aos tribunais e de execução de medidas na comunidade nas áreas penal e tutelar educativa), sendo estas o tipo predominante;
- b• Equipas de competência especializada:
 - na área penal (assessoria aos tribunais e de execução de medidas na comunidade);
 - na área tutelar educativa (assessoria aos tribunais e de execução de medidas na comunidade).
- c• Equipas de competência específica na área penal:
 - com intervenção específica na assessoria aos tribunais;
 - com intervenção específica nas medidas de execução na comunidade;
 - com intervenção específica nas medidas de execução na comunidade excetuando o trabalho comunitário (1 equipa);
 - com intervenção específica circunscrita ao trabalho comunitário (1 equipa).



Delegação Regional de Reinserção do Norte

- 14 Equipas de Reinserção Social:
- Equipa do Alto-Trás-os Montes
 - Equipa do Ave
 - Equipa do Cávado
 - Equipa do Douro
 - Equipa Minho Lima
 - Equipa Porto Penal 1
 - Equipa Porto Penal 2
 - Equipa Porto Penal 3
 - Equipa Porto Penal 4
 - Equipa Porto Penal 5
 - Equipa Porto Penal 6
 - Equipa Porto Tutelar Educativo
 - Equipa Tâmega 1
 - Equipa Tâmega 2

1 NAT: Núcleo de Apoio Técnico do Norte

Área territorial de intervenção: Bragança, Braga, Porto, Viana do Castelo, Vila Real.

Delegação Regional de Reinserção do Sul e Ilhas

22 Equipas de Reinserção Social:

- | | |
|------------------------------------|-------------------|
| Equipa Lisboa Tutelar Educativo 1 | |
| Equipa Lisboa Tutelar Educativo 2 | |
| Equipa Lisboa Penal 1 | |
| Equipa Lisboa Penal 2 | |
| Equipa Lisboa Trabalho Comunitário | |
| Equipa Lisboa Penal 3 | |
| Equipa Lisboa Penal 4 | |
| Equipa Lisboa Penal 5 | |
| Equipa de Lisboa 1 | |
| Equipa Lisboa 2 | |
| Equipa Lisboa Penal 6 | |
| Equipa Lisboa Penal 7 | |
| Equipa Lisboa Penal 8 | |
| Equipa Setúbal 1 | |
| Equipa Setúbal 2 | Equipa Algarve 1 |
| Equipa Setúbal 3 | Equipa Algarve 2 |
| Equipa do Alto Alentejo | Equipa dos Açores |
| Equipa do Baixo Alentejo | Equipa da Madeira |

4 NATs:

- Núcleo de Apoio Técnico de Lisboa
- Núcleo de Apoio Técnico do Sul
- Núcleo de Apoio Técnico da Madeira
- Núcleo de Apoio Técnico dos Açores

Área territorial de intervenção: Beja, Évora, Faro, Lisboa, Portalegre, Setúbal, Região Autónoma dos Açores, Região Autónoma da Madeira.

Delegação Regional de Reinserção do Centro

12 Equipas de Reinserção Social:

- Equipa da Beira Norte
- Equipa do Baixo Vouga
- Equipa da Beira Sul
- Equipa do Baixo Mondego 1
- Equipa do Baixo Mondego 2
- Equipa Dão Lafões
- Equipa de Entre Douro e Vouga
- Equipa Pinhal Litoral
- Equipa do Médio Tejo
- Equipa da Lezíria do Tejo
- Equipa do Oeste 1
- Equipa Oeste 2

1 NAT: Núcleo de Apoio Técnico do Centro

Área territorial de intervenção: Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria, Santarém, Viseu.

Equipas de Vigilância Eletrónica

As equipas de vigilância eletrónica, num total de 10, asseguram a execução de penas e medidas com fiscalização por meios de controlo à distância (vigilância eletrónica). Asseguram também a assessoria técnica em fase pré-sentencial e o acompanhamento de penas e medidas de execução na comunidade relativas a processos penais em curso referentes a arguidos ou condenados sob fiscalização eletrónica.

O Despacho nº 12740/2013, de 7 de outubro, procede à criação das equipas de vigilância eletrónica, estabelecendo a área operativa de intervenção - execução de penas e medidas com vigilância eletrónica e assessoria técnica aos tribunais das 10 equipas de competência específica, bem como a respetiva área geográfica de intervenção, sendo assegurada cobertura a nível nacional.



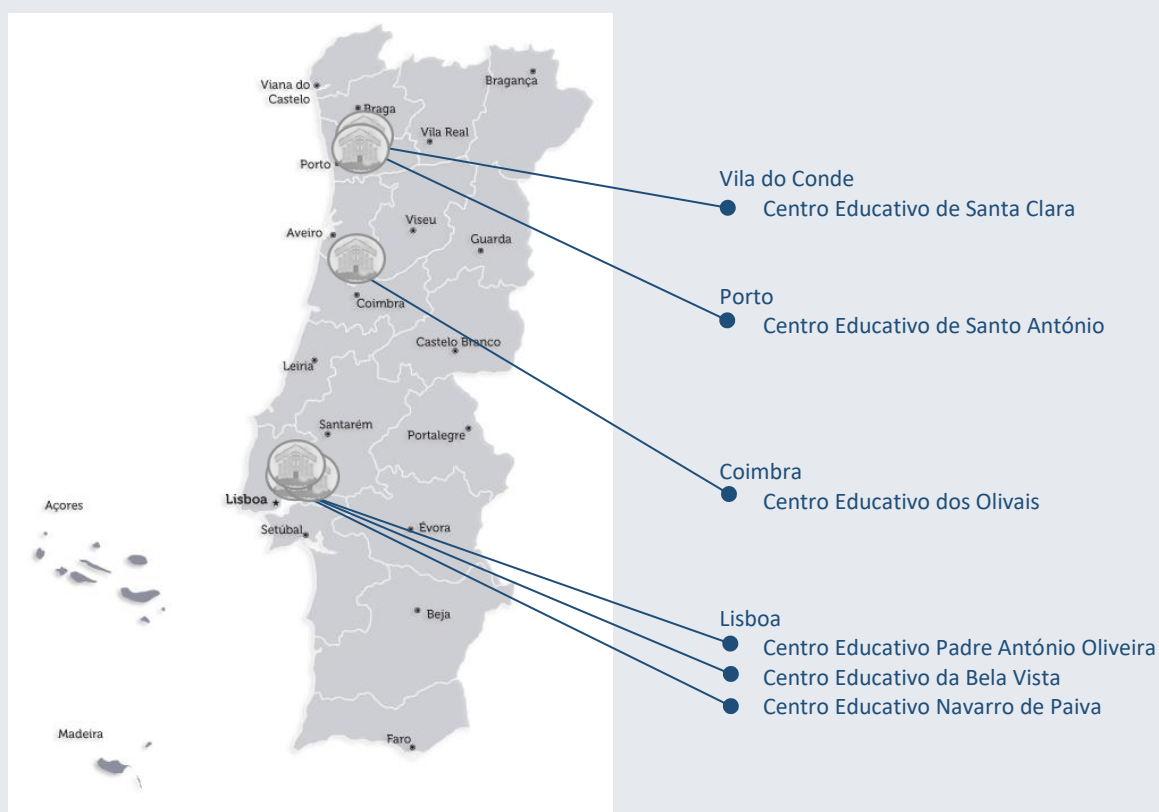
Centros Educativos

Visam a educação do jovem para o direito e a sua inserção, de forma digna e responsável, na vida em comunidade.

Neles se executa a medida tutelar educativa de internamento, existindo três regimes de execução desta medida: regime aberto, semiaberto e fechado.

A Lei Tutelar Educativa (Lei nº 166/99, de 14 de setembro, alterada na Lei nº 4/2015, de 15 de janeiro) constitui o instrumento regulador da aplicação da medida de internamento, sendo complementada pelo Regulamento Geral e Disciplinar dos Centros Educativos (Decreto-Lei nº 323-D/2000, de 20 de dezembro).

A rede atual é composta por 6 centros educativos.



A atividade das unidades orgânicas de execução da atividade operativa, desconcentradas, tem o suporte de unidades integradas nos serviços centrais, às quais pertence, principalmente, a gestão da população prisional, a manutenção da segurança, disciplina e ordem nos estabelecimentos prisionais, a gestão da rede de centros educativos, a produção de orientações técnicas e normativas e atividades de coordenação e monitorização da atividade das unidades operativas desconcentradas. A Direção de Serviços de Vigilância Eletrónica tem a especificidade de ter relação hierárquica sobre as equipas de vigilância eletrónica.

Área operativa • Serviços centrais

| | |
|--|---|
| Direção de Serviços de Execução de Medidas Privativas da Liberdade Divisão de Gestão da População Prisional Divisão de Gestão do Tratamento População Prisional Divisão de Coordenação de Atividades de Tratamento Prisional | Responsável pela gestão da população prisional, pelo acompanhamento dos regimes de execução das medidas privativas da liberdade previstos na lei e pela coordenação integrada das atividades de tratamento prisional. |
| Direção de Serviços de Assessoria Técnica e de Execução de Penas na Comunidade Divisão de Execução de Penas e Medidas na Comunidade | Responsável pela coordenação da atividade operativa decorrente da assessoria técnica prestada aos tribunais na tomada de decisão no âmbito do processo penal e da execução de penas e medidas na comunidade. |
| Direção de Serviços de Vigilância Eletrónica | Responsável por assegurar o funcionamento do sistema de vigilância eletrónica. |
| Direção de Serviços de Justiça Juvenil | Responsável pela coordenação da atividade operativa no âmbito da intervenção tutelar educativa. |
| Direção de Serviços de Segurança Divisão de Segurança, Operações e Informações Divisão de Equipamentos de Segurança | Responsável por garantir a segurança, a disciplina e a ordem nos estabelecimentos prisionais e a vigilância dos reclusos que devam ser custodiados ao exterior. |
| Centro de Competências para a Gestão dos Cuidados de Saúde | Responsável pela gestão e coordenação da prestação de cuidados de saúde à população reclusa e jovens internados em centro educativo. |
| Centro de Competências para a Gestão de Programas e Projetos | Responsável pela elaboração de programas dirigidos a necessidades criminógenas específicas e pela conceção e implementação de projetos financiados no âmbito da prevenção da reincidência. |
| Centro de Competências de Dinamização das Atividades Económicas e Laborais | Responsável pela dinamização e modernização das atividades económicas dos estabelecimentos prisionais e pela coordenação das atividades de ocupação laboral da população reclusa |

A DGRSP dispõe também de um conjunto de unidades instrumentais, que suportam o desenvolvimento da atividade operativa, assegurando a gestão de recursos, de entre os quais se destacam os recursos humanos e financeiros, e funções de retaguarda essenciais ao funcionamento organizacional.

Área instrumental • Serviços centrais

| | |
|---|--|
| Serviços de Auditoria e Inspeção | Serviço de inspeção, fiscalização e auditoria às unidades orgânicas desconcentradas e aos serviços centrais da DGRSP, cuja atividade constitui instrumento essencial à verificação da legalidade e à manutenção da ordem e disciplina no sistema de execução de penas e medidas e tutelar educativo. |
| Norte Centro Sul e Ilhas | |
| Direção de Serviços de Recursos Humanos | Responsável pela gestão e administração centralizada dos recursos humanos afetos à DGRSP, incluindo o processamento das respetivas remunerações e abonos, bem como pela formação e aperfeiçoamento profissional dos seus trabalhadores. |
| Divisão de Gestão de Recursos Humanos Divisão de Administração de Pessoal e Processamento de Remunerações Divisão de Formação | |
| Direção de Serviços de Contratação Pública e Gestão Patrimonial | Responsável pela gestão das compras públicas e dos infraestruturas e equipamentos da DGRSP (sem prejuízo das competências atribuídas aos diretores de estabelecimento neste domínio). |
| Divisão de Contratação Pública Divisão de Gestão Patrimonial | |
| Direção de Serviços Financeiros | Direção de Serviços Financeiros, adiante designada por DSF, é a unidade orgânica responsável pela gestão dos recursos financeiros da DGRSP (sem prejuízo das competências atribuídas aos diretores de estabelecimento neste domínio). |
| Divisão de Contabilidade e Tesouraria Divisão de Coordenação Financeira | |
| Divisão de Documentação e Arquivo | Responsável pela organização e gestão da documentação e do arquivo da DGRSP. |
| Divisão de Planeamento e Organização | Responsável pela assessoria técnica na definição dos objetivos estratégicos e processo de planeamento da DGRSP e pelo apoio à direção na estruturação interna e desenvolvimento de processos de inovação, modernização e gestão da qualidade. |
| Divisão de Infraestruturas e Equipamentos | Responsável pelo edificado afeto à DGRSP e pelos equipamentos na mesma existentes. |
| Gabinete de Tecnologias de Informação e Comunicação | Responsável, em colaboração com o Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, pelas tecnologias de informação e comunicação da DGRSP. |
| Gabinete Jurídico e de Contencioso | Responsável pelo apoio técnico-jurídico aos órgãos e serviços da DGRSP. Representa a DGRSP enquanto Autoridade Central portuguesa em matéria de rapto parental e promoção e proteção de crianças e jovens ¹ . |
| Centro de Competências de Comunicação e Relações Externas | Responsável pela gestão das relações institucionais com o exterior e comunicação no âmbito das relações públicas e imprensa, e atividades com dimensão protocolar. |

¹ A DGRSP é a Autoridade Central Portuguesa para a aplicação e execução de decisões relativas à guarda e proteção de crianças, ao abrigo da Convenção de Haia sobre os aspetos civis do rapto internacional de crianças de 25 de outubro de 1980 e da Convenção de Haia de 19 de outubro de 1996 e ainda do Regulamento (CE) nº 2201/2003 do Conselho, de 27 de novembro de 2003.



4

PARTES INTERESSADAS NA ATUAÇÃO DA DGRSP: DESTINATÁRIOS E PARCEIROS DA INTERVENÇÃO

Com uma atividade vocacionada para a prevenção da reincidência e reinserção social dos autores de crime, a DGRSP tem um conjunto diversificado de *stakeholders* ou partes interessadas, também intervenientes quer nos processos judiciais propriamente ditos, penais ou tutelares educativos, ou no processo de execução das penas e medidas. Estas, privativas da liberdade ou de execução na comunidade, requerem um conjunto significativo de respostas, implicando sinergias diversas das instâncias comunitárias.

São partes interessadas, por excelência, na atividade da DGRSP, os agentes do sistema de justiça, configurando-se como parceiros da DGRSP, no sentido em que prosseguem, em sentido lato, fins comuns e têm como alvo sujeitos ou cidadãos que infringem a lei. Partes interessadas de relevo na atuação da DGRSP são, particularmente, os Tribunais e o Ministério Público, os órgãos de polícia e de segurança pública, dadas as suas atribuições. Por outro lado, na medida em que a DGRSP constitui um serviço de assessoria técnica na fase de tomada de decisão judicial e na execução de penas e medidas, os Tribunais e Ministério Público são, simultaneamente, os solicitadores e destinatários da sua atividade, importando de forma significativa a satisfação com os serviços que lhes são prestados, bem como o reconhecimento da sua utilidade e qualidade.

Ofensores, adultos e jovens, com ligação ao sistema de justiça, alvo de processos penais e de processos tutelares educativos, constituem os destinatários últimos da intervenção da DGRSP. Prevenir a criminalidade e aumentar a segurança pública, através da alteração comportamental dos sujeitos em conflito com a lei, no sentido do respeito pelas normas legais que regulam a convivência pacífica em sociedade e da sua integração social, configuram as grandes balizas que pautam a atividade da DGRSP ou dito de outro modo, constitui a sua intervenção *core*.

Na medida em que a intervenção do sistema de justiça se associa também a com a reinserção social/reintegração na sociedade dos agentes de crime, estes, e as suas famílias, são também parte interessada na eficácia da intervenção da DGRSP.

Numa intervenção com os autores de crime que se pretende holística e sistémica, as instâncias da comunidade, públicas e privadas, com fins sociais, terapêuticos, da área da saúde, nomeadamente mental, as que prosseguem fins culturais, desportivos e recreativos, as instituições de solidariedade social, cujos interesses e finalidades se articulam com os fins prosseguidos pela DGRSP podem também ser entendidos como parceiros. Também são disto exemplo organismos com competências na área do

tratamento dos comportamentos aditivos/toxicodependência, da violência doméstica, na intervenção na área da exclusão social ou na proteção de crianças e jovens.

Constituindo o grande desafio da intervenção da DGRSP diminuir a reincidência criminal, envolver a sociedade civil na execução de penas e medidas é um desiderato sempre prosseguido, valorizando a DGRSP o desenvolvimento das suas atribuições numa perspetiva de cooperação ou parceria, existindo protocolos com entidades da mais diversa natureza.

Na execução das penas privativas de liberdade, procura-se trazer a comunidade para dentro dos espaços de reclusão, caso das empresas no que se refere à atividade laboral e à formação escolar e profissional, no sentido da promoção de condições favorecedoras da reinserção social de reclusos mas também do desenvolvimento do sentido de cidadania ativa.

Entendendo-se os regimes abertos ao exterior, cujo alargamento numérico se entende como desejável, como uma fase importante para a população reclusa no processo de preparação para a liberdade, a capacidade de acolhimento das organizações de sociedade é, também, neste plano, essencial para a sua concretização.

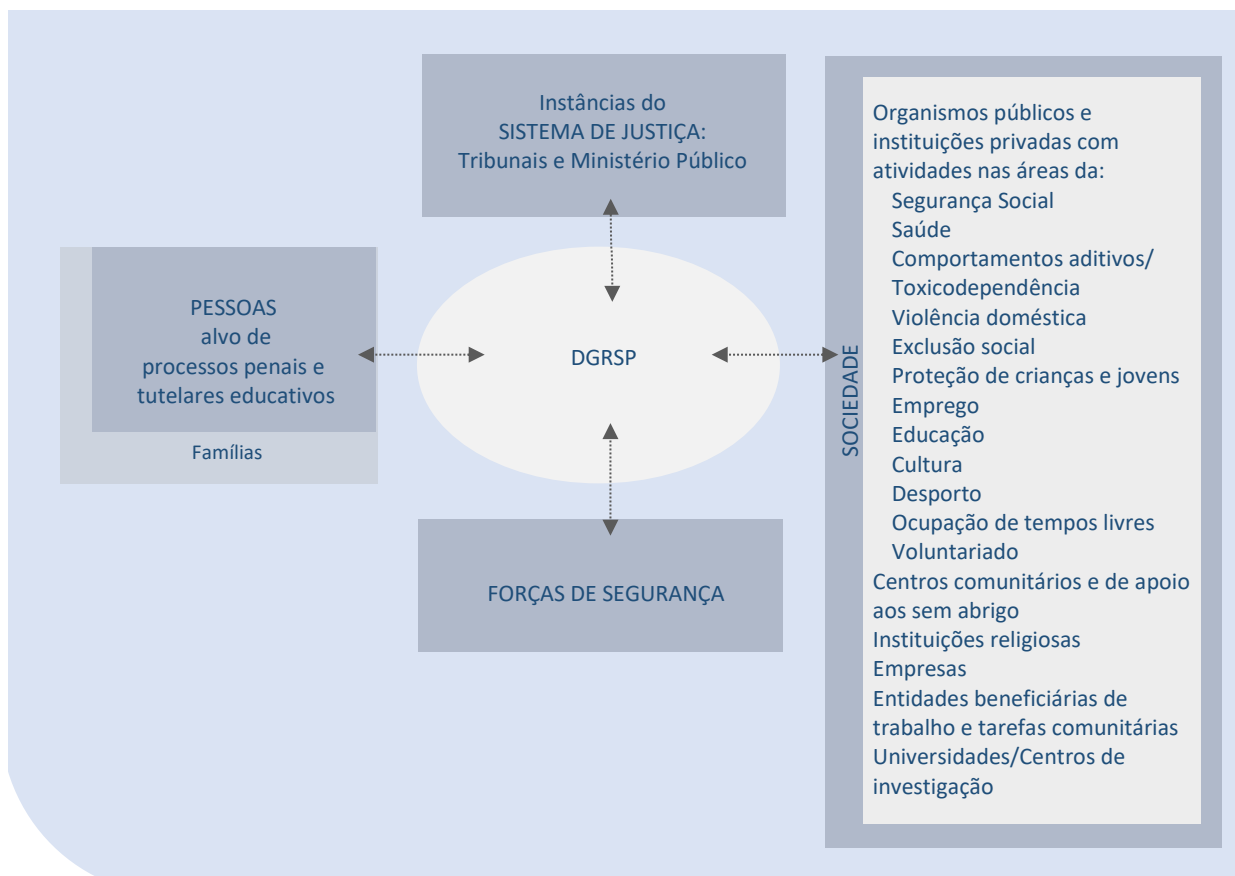
De relevar são os importantes protocolos no âmbito da saúde, numa perspetiva de promoção da equidade de acesso a cuidados de saúde da população em cumprimento de penas e medidas privativas da liberdade face à população em meio livre.

Papel também essencial têm as estruturas comunitárias na execução de penas e medidas na comunidade, desde os centros comunitários que prestam auxílio a cidadãos em cumprimento de medida judicial e suas famílias em situação de carência socioeconómica às escolas e aos centros de emprego e formação profissional e serviços públicos educativos, às entidades, da natureza mais diversa, que acolhem a prestação de trabalho comunitário.

Procurando a DGRSP investir no desenvolvimento de respostas estruturadas para necessidades criminógenas específicas, as universidades que investem no conhecimento sobre a criminalidade e o comportamento desviante em geral surgem como parceiros privilegiados, potenciando uma desejável articulação entre praxis e avanços científicos.

Um conjunto alargado de estruturas da sociedade colabora com a DGRSP na prossecução das suas finalidades, tendo a sociedade em geral uma importância vital no processo de reinserção social dos agentes de crime e na prevenção da reincidência criminal, gerando oportunidades de mudança, de reconhecimento e valorização, de acolhimento e suporte social.

Partes interessadas





II OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E OPERACIONAIS

1

QUAR - QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO

A avaliação do desempenho de cada serviço público constitui, conforme prevê a lei do SIADAP, parte obrigatória do ciclo anual de planeamento, sendo o Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) o instrumento segundo o qual se processa, anualmente, essa avaliação.

O QUAR da DGRSP para 2020 obedece aos parâmetros legalmente previstos, integrando, com referência aos objetivos estratégicos plurianuais estabelecidos, objetivos de eficácia, eficiência e qualidade e os respetivos indicadores de desempenho.

| Objetivos Estratégicos | | |
|------------------------|--|--|
| 1 | Promover a qualificação e modernização da estrutura organizacional, otimizando recursos e meios técnicos e humanos e reorganizando a rede de infraestruturas. | Objetivos operacionais 3, 10, 14, 19, 20 |
| 2 | Promover a eficácia e modernização da gestão documental, investindo na desmaterialização de processos. | Objetivos operacionais 11, 12 |
| 3 | Reforçar a segurança no sistema prisional, modernizando sistemas e aumentando equipamentos de vigilância. | Objetivos operacionais 4 |
| 4 | Contribuir para a diminuição dos tempos de permanência em contexto prisional da população reclusa e promover o recurso a medidas não detentivas. | Objetivos operacionais 1, 2 |
| 5 | Promover a equidade no acesso a cuidados de saúde da população reclusa e jovens internados em centro educativo relativamente aos cidadãos em meio livre. | Objetivos operacionais 5, 6, 13 |
| 6 | Reforçar a orientação do tratamento prisional e do acompanhamento de adultos alvo de penas e medidas judiciais de execução em meio comunitário para a prevenção da reincidência e a reinserção social dos autores de crime, investindo numa intervenção focada nos fatores de risco e necessidades criminógenas. | Objetivos operacionais 7, 8, 9, 15, 16, 17 |
| 7 | Qualificar a intervenção tutelar educativa em contexto institucional, criando condições favoráveis ao retorno dos jovens a meio natural de vida e reformulando o modelo de funcionamento dos centros educativos. | Objetivos operacionais 18 |

| Objetivos Operacionais | | | | | | | |
|--|-----------------|--|---|------------|--|------|--|
| Indicadores | Resultados 2018 | Resultados 2019 | Meta 2020 | Tolerância | Valor crítico | Peso | Unidade (s) Orgânica (s) responsável(is) |
| Eficácia | | | | | | | 25% |
| Obj. 01 Contribuir para a alteração do enquadramento legal relativo ao cumprimento de penas de prisão sucessivas | | | | | | | 10% |
| Ind 01 Estudo estatístico e jurídico sobre penas de prisão sucessivas tendo por referência a população prisional | na | 52 semanas Estudo preliminar sobre penas de prisão sucessivas 30-12-19 | 50 semanas | 2 semanas | 38 semanas | 100% | DGPP |
| Obj. 02 Contribuir para o aumento de decisões de flexibilização da pena de prisão | | | | | | | 12% |
| Ind 02 Orientações técnicas internas para a promoção de propostas de flexibilização da pena de prisão elaboradas | na | 47 semanas Estudo sobre medidas de flexibilização na execução da pena de prisão 30-11-19 | 50 semanas | 2 semanas | 38 semanas | 100% | DSATEPC DSVE |
| Obj. 03 Modernizar e aumentar os meios de comunicação à distância entre reclusos e a sua rede familiar/social | | | | | | | 10% |
| Ind 03 Nº de projetos piloto de teste de colocação de telefones fixos em celas implementados e avaliados | na | na | 1 projeto piloto em estabelecimento prisional | . | 2 projetos piloto em estabelecimentos prisionais | 100% | DSOI SAI GTIC |
| Obj. 04 Modernizar e expandir os sistemas de videovigilância | | | | | | | 12% |
| Ind 04 Nº de estabelecimentos prisionais modernizados com equipamentos de videovigilância | 11 | 3 estabelecimentos prisionais (EP Braga, Elvas e Izeda) | 2 estabelecimentos prisionais | 1 (50%) | 4 (200%) | 100% | DES |
| Obj. 05 Implementar consultas via telemedicina entre estabelecimentos prisionais e centros educativos e hospitais do Serviço Nacional de Saúde | | | | | | | 11% |
| Ind 05 Nº de estabelecimentos prisionais com novos protocolos específicos celebrados para realização de consultas através de telemedicina | 4 | 29 estabelecimentos prisionais (Total de estabelecimentos prisionais com protocolos assinados: 33) | 3 estabelecimentos prisionais | - | 4 (125%) | 100% | CCGCS |
| Obj. 06 Reforçar a qualidade do tratamento da população prisional na área das doenças infecciosas | | | | | | | 11% |
| Ind 06 Nº de estabelecimentos prisionais com novos protocolos tripartidos (centros hospitalares e SPS) no âmbito do tratamento da infeção por VIH e hepatites virais na população reclusa | 4 | 29 estabelecimentos prisionais (Total de estabelecimentos prisionais com protocolos assinados: 33) | 3 estabelecimentos prisionais | - | 4 (125%) | 100% | CCGCS |

| Indicadores | Resultados 2018 | Resultados 2019 | Meta 2020 | Tolerância | Valor crítico | Peso | Unidade (s) Orgânica (s) responsável(is) |
|---|-----------------|-----------------|---------------|--------------|-----------------|------|--|
| Obj. 07 Promover a aplicação de programas e respostas estruturadas dirigidos a necessidades criminógenas específicas, no âmbito da execução de medidas na comunidade e em contexto prisional | | | | | | | 12% |
| Ind 07 Nº de programas aplicados com referência ao nível de segurança e grau de complexidade de gestão dos estabelecimentos prisionais (incluindo obrigatoriamente o PIPS- Plano Integrado de Prevenção do Suicídio e os dirigidos a autores de crimes de prevenção prioritária), segundo critérios de ponderação e assegurando cumprimento de regras de distanciamento social | na | na | 187 | 37 (20%) | 234 (125%) | 50% | CCGPP EP |
| Ind 08 Nº de ofensores que iniciaram programas ou respostas estruturadas dirigidos a necessidades criminógenas específicas de execução na comunidade | 2.108 | 2.645 | 1.605 | 79 (5%) | 2.006 (125%) | 50% | CCGPP DEPMC DRR |
| Obj. 08 Promover condições favoráveis à integração laboral de reclusos | | | | | | | 10% |
| Ind 09 % de aumento de reclusos com atividades laborais produtivas | na | na | 3% | 1% | 5% | 100% | CCDAEL EP |
| Obj. 09 Promover condições para a qualificação escolar e profissional de reclusos | | | | | | | 12% |
| Ind 10 % de reclusos que abandonaram as ações de formação escolar e profissional em cada ano | na | 12,1% | Menos de 18% | 2% (11%) | 13,5% (75%) | 100% | DCATP EP |
| Eficiência | | | | | | | 15% |
| Obj. 10 Reorganizar a rede de equipas de reinserção social, otimizando recursos e qualificando respostas em função das necessidades de intervenção dos cidadãos em cumprimento de penas e medidas | | | | | | | 25% |
| Ind 11 Estudo de reorganização da rede de equipas de reinserção social em função da atual organização do sistema judiciário | na | na | 50 semanas | 2 semanas | 38 semanas | 100% | DSATEPC DSJJ DRR |
| Obj. 11 Promover a desmaterialização de <i>dossiers</i> dos processos penais e tutelares educativos das equipas de reinserção social, contribuindo para a redução do consumo de papel | | | | | | | 20% |
| Ind 12 Proposta de modelo de desmaterialização de <i>dossiers</i> dos processos penais e tutelares educativos das equipas de reinserção social elaborado | na | na | 50 semanas | 2 semanas | 38 semanas | 100% | DSATEPC DSJJ |

| Indicadores | Resultados 2018 | Resultados 2019 | Meta 2020 | Tolerância | Valor crítico | Peso | Unidade (s) Orgânica (s) responsável(is) |
|---|--|--|--|------------|---------------|------|--|
| Promover/Consolidar o atual sistema de gestão documental nos serviços centrais e alargamento aos serviços desconcentrados da DGRSP | | | | | | | |
| Obj. 12 | Projeto 'SGD GI@bal' - Plano Justiça + Próxima | | | | | | 20% |
| Ind 13 Modelo de alargamento do <i>edoclink</i> a toda a organização definido | na | na | 50 semanas | 2 semanas | 38 semanas | 100% | DDA |
| Implementar a desmaterialização do processo clínico individual e sua integração na Plataforma de Dados em Saúde do Ministério da Saúde | | | | | | | |
| Obj. 13 | Projeto 'Saúde Próxima' - Plano Justiça + Próxima | | | | | | 15% |
| Ind 14 Nº de estabelecimentos prisionais/centros educativos com desmaterialização do Processo Clínico Individual e integração na Plataforma de Dados em Saúde do Ministério da Saúde | (Objetivo anulado por despacho do SEAJ de 28-12-2018) | (Objetivo anulado por despacho do SEAJ de 06-03-2020) | 30 estabelecimentos prisionais ou centros educativos | 4 (13%) | 38 (125%) | 100% | CCGCS GTIC |
| Qualificar condições de funcionamento das equipas de reinserção social e de atendimento aos cidadãos alvo de processos judiciais | | | | | | | |
| Obj. 14 | | | | | | | 20% |
| Ind 15 Nº de equipas de reinserção social/equipas de vigilância eletrónica alvo de reinstalação ou beneficiação de espaços | na | 2 equipas (ERS Braga EVE em Braga) | 2 equipas | - | 3 equipas | 100% | DIE |
| Qualidade | | | | | | | 60% |
| Promover a articulação com as estruturas de saúde na execução de penas e medidas na comunidade | | | | | | | |
| Obj. 15 | | | | | | | 4% |
| Ind 16 Orientações técnicas para a articulação com as estruturas de saúde na execução de penas e medidas na comunidade concebidas | na | 47 semanas Documento de mapeamento de respostas específicas na comunidade para a área da saúde mental 30-11-19 | 50 semanas | 2 semanas | 38 semanas | 100% | DEPMC |
| Desenvolver/consolidar práticas de gestão de caso na execução de penas e medidas na comunidade | | | | | | | |
| Obj. 16 | | | | | | | 4% |
| Ind 17 Módulo complementar para o Manual de Gestão de Caso direcionados para competências técnicas e problemáticas criminais específicas elaborado | na | 2 módulos complementares ao Manual de Gestão de Caso – Penas e Medidas na Comunidade: “Avaliação e promoção de competências socioemocionais” e “Atitudes pró-criminais: Intervenção” | 50 semanas | 2 semanas | 38 semanas | 100% | DEPMC |

| Indicadores | Resultados 2018 | Resultados 2019 | Meta 2020 | Tolerância | Valor crítico | Peso | Unidade (s) Orgânica (s) responsável(is) |
|---|-----------------|-----------------|---|--------------|--|------|--|
| Obj. 17 Desenvolver programas em função de necessidades específicas dos ofensores condenados por criminalidade específica e a cumprir medidas de execução na comunidade | | | | | | | 4% |
| Ind 18 Nº de novos programas dirigidos a criminalidade específica elaborados em função da caracterização/perfis desenvolvida em 2019 | na | na | 1 novo programa dirigido a autores de crimes sexuais | - | 2 novos programas (crimes sexuais e incêndio) | 100% | DEPMC CCGPP DRR |
| Obj. 18 Atualizar a regulamentação do funcionamento dos centros educativos | | | | | | | 4% |
| Ind 19 Proposta de novo Regulamento Geral e Disciplinar dos Centros Educativos (RGDCE) integrando contributos da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento dos Centros Educativos | na | na | 50 semanas | 2 semanas | 38 semanas | 100% | DSJJ |
| Obj. 19 Promover modalidades de organização do trabalho que facilitem a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal | | | | | | | 42% |
| Ind 20 % de trabalhadores beneficiários de horário flexível e/ou de escalas de rotatividade entre teletrabalho e trabalho presencial | na | na | 35% | 4% (11%) | 44% (125%) | 100% | DGRH |
| Obj. 20 Potenciar o recurso à formação à distância como resposta alternativa ao modelo de formação clássico, explorando as suas potencialidades de consolidação numa organização com grande dispersão geográfica e promovendo a motivação para a formação contínua e <i>on the job</i> | | | | | | | 42% |
| Ind 21 Nº de trabalhadores beneficiários de formação à distância | na | na | 589 | 59 (10%) | 736 (125%) | 100% | DF |

Para aprovação superior, apresenta-se a proposta de QUAR - Quadro de Avaliação e Responsabilização 2020, o qual, a partir das 7 orientações estratégicas, integra 20 objetivos operacionais, desdobrados em 21 indicadores de medida, correspondentes a:

- 9 objetivos de eficácia, medidos por 10 indicadores, com uma ponderação de 25%;
- 5 objetivos de eficiência, medidos por 5 indicadores, com uma ponderação de 15%;
- 6 objetivos de qualidade, medidos por 6 indicadores, com uma ponderação atribuída de 60%.

Para melhor compreensão/leitura do quadro QUAR e conceitos nele constantes, apresentam-se as seguintes notas explicativas:

- a• Para a maior parte dos indicadores foi definido um grau de tolerância, representando cerca de 5% do valor da meta (M), definindo os limites inferior e superior da mesma.
- b• Para a maior parte dos indicadores foi definido um valor crítico (VC), cujo nível de esforço teve por referência 125% do valor da meta definida. Conforme documento técnico nº 1/2010 do CCAS, o valor crítico é um referencial de excelência. Na ausência de *benchmark* e/ou de melhor resultado em termos históricos, é proposto considerar-se um nível de esforço de 125% do valor da meta definida.
- c• A taxa de realização (Tr) associada ao resultado (R) de cada indicador é dada pela fórmula seguinte:
$$Tr = 100 + |R - M| \times 25 / |VC - M|.$$
- d• O resultado obtido em cada objetivo é apurado por uma média ponderada da classificação obtida em cada um dos indicadores que concorrem para esse objetivo, utilizando como ponderadores o peso de cada um dos indicadores.
- e• O resultado obtido em cada parâmetro de eficácia, eficiência e qualidade é apurado por uma média ponderada da classificação obtida em cada um dos objetivos que concorrem para esse parâmetro, utilizando como ponderadores o peso de cada um dos objetivos.
- f• A avaliação final é obtida pela soma aritmética do resultado ponderado de cada um dos parâmetros, utilizando como ponderadores o peso de cada parâmetro.

| Objetivos Estratégicos | | Objetivos Operacionais | | Eficácia | Eficiência | Qualidade |
|------------------------|--|------------------------|---|----------|------------|-----------|
| 1 | Promover a qualificação e modernização da estrutura organizacional, otimizando recursos e meios técnicos e humanos e reorganizando a rede de infraestruturas. | 03 | Modernizar e aumentar os meios de comunicação à distância entre reclusos e a sua rede familiar/social | × | | |
| | | 10 | Reorganizar a rede de equipas de reinserção social, otimizando recursos e qualificando respostas em função das necessidades de intervenção dos cidadãos em cumprimento de penas e medidas | | × | |
| | | 14 | Qualificar condições de funcionamento das equipas de reinserção social e de atendimento aos cidadãos alvo de processos judiciais | | × | |
| | | 19 | Promover modalidades de organização do trabalho que facilitem a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal ¹ . | | | × |
| | | 20 | Potenciar o recurso à formação à distância como resposta alternativa ao modelo de formação clássico, explorando as suas potencialidades de consolidação numa organização com grande dispersão geográfica e promovendo a motivação para a formação contínua e <i>on the job</i> ¹ . | | | × |
| 2 | Promover a eficácia e modernização da gestão documental, investindo na desmaterialização de processos. | 11 | Promover a desmaterialização de <i>dossiers</i> dos processos penais e tutelares educativos das equipas de reinserção social, contribuindo para a redução do consumo de papel | | × | |
| | | 12 | Promover/Consolidar o atual sistema de gestão documental nos serviços centrais e alargamento aos serviços desconcentrados da DGRSP | | × | |
| 3 | Reforçar a segurança no sistema prisional, modernizando sistemas e aumentando equipamentos de vigilância. | 04 | Modernizar e expandir os sistemas de videovigilância | × | | |
| 4 | Contribuir para a diminuição dos tempos de permanência em contexto prisional da população reclusa e promover o recurso a medidas não detentivas. | 01 | Contribuir para a alteração do enquadramento legal relativo ao cumprimento de penas de prisão sucessivas | × | | |
| | | 02 | Contribuir para o aumento de decisões de flexibilização da pena de prisão | × | | |
| 5 | Promover a equidade no acesso a cuidados de saúde da população reclusa e jovens internados em centro educativo relativamente aos cidadãos em meio livre. | 05 | Implementar consultas via telemedicina entre estabelecimentos prisionais e centros educativos e hospitais do Serviço Nacional de Saúde | × | | |
| | | 06 | Reforçar a qualidade do tratamento da população prisional na área das doenças infecciosas | × | | |
| | | 13 | Implementar a desmaterialização do processo clínico individual e sua integração na Plataforma de Dados em Saúde do Ministério da Saúde | | × | |
| 6 | Reforçar a orientação do tratamento prisional e do acompanhamento de adultos alvo de penas e medidas judiciais de execução em meio comunitário para a prevenção da reincidência e a reinserção social dos autores de crime, investindo numa intervenção focada nos fatores de risco e necessidades criminógenas. | 07 | Promover a aplicação de programas e respostas estruturadas dirigidos a necessidades criminógenas específicas, no âmbito da execução de medidas na comunidade e em contexto prisional | × | | |
| | | 08 | Promover condições favoráveis à integração laboral de reclusos | × | | |
| | | 09 | Promover condições para a qualificação escolar e profissional de reclusos | × | | |
| | | 15 | Promover a articulação com as estruturas de saúde na execução de penas e medidas na comunidade | | | × |
| | | 16 | Desenvolver/consolidar práticas de gestão de caso na execução de penas e medidas na comunidade | | | × |
| 7 | Qualificar a intervenção tutelar educativa em contexto institucional, criando condições favoráveis ao retorno dos jovens a meio natural de vida e reformulando o modelo de funcionamento dos centros educativos. | 17 | Desenvolver programas em função de necessidades específicas dos ofensores condenados por criminalidade específica e a cumprir medidas de execução na comunidade | | | × |
| | | 18 | Atualizar a regulamentação do funcionamento dos centros educativos | | | × |

¹ Objetivo obrigatório para QUAR, conforme artigo 25º da Lei do Orçamento de Estado 2020.



2

OBJETIVOS POR ÁREAS DE ATIVIDADE E UNIDADES ORGÂNICAS

A gestão por objetivos constitui um instrumento de desenvolvimento das organizações modernas, permitindo orientar o desempenho dos serviços públicos para o crescimento e melhoria das respostas disponibilizadas aos cidadãos e estruturas da sociedade, em termos de eficácia, eficiência e qualidade.

O Plano de Atividades da DGRSP para 2020, dando continuidade ao trabalho desenvolvido desde 2008, situa-se na perspetiva de orientação para resultados preconizada no SIADAP - Sistema de Avaliação de Desempenho da Administração Pública.

Na construção deste instrumento de planeamento anual, a DGRSP tem como referência a metodologia *Balanced Scorecard (BSC)*, recurso que permite não só a definição e acompanhamento dos objetivos da organização e a avaliação do seu desempenho como também o alinhamento entre objetivos operacionais e estratégia organizacional. A elaboração de mapas de objetivos, medidos pelos indicadores definidos, permite o envolvimento de toda a organização, com destaque para os dirigentes das diferentes unidades orgânicas, quer no processo de planeamento quer na obtenção de resultados.

A gestão por objetivos assume particular relevância na estrutura orgânica complexa e ampla, conjugando serviços centrais com serviços desconcentrados de implantação a nível nacional, que a DGRSP constitui, favorecendo a partilha de metas e a ação das unidades orgânicas.

Os mapas de objetivos e respetivos indicadores para 2020 por unidade orgânica são apresentados com a seguinte sequência:



Área operativa

■ Serviços centrais

- Direção de Serviços de Execução de Medidas Privativas da Liberdade
 - Divisão de Gestão da População Prisional
 - Divisão de Gestão do Tratamento População Prisional
 - Divisão de Coordenação de Atividades de Tratamento Prisional
- Direção de Serviços de Assessoria Técnica e de Execução de Penas na Comunidade
 - Divisão de Execução de Penas e Medidas na Comunidade
- Direção de Serviços de Vigilância Eletrónica
- Direção de Serviços de Justiça Juvenil
- Direção de Serviços de Segurança
 - Divisão de Segurança, Operações e Informações
 - Divisão de Equipamentos de Segurança
- Centro de Competências para a Gestão dos Cuidados de Saúde
- Centro de Competências para a Gestão de Programas e Projetos
- Centro de Competências de Dinamização das Atividades Económicas e Laborais

■ Serviços desconcentrados

- Estabelecimentos Prisionais
- Delegações Regionais de Reinserção
- Equipas de Reinserção Social
- Centros Educativos



Área instrumental

- Serviços de Auditoria e Inspeção
- Direção de Serviços de Recursos Humanos
 - Divisão de Gestão de Recursos Humanos
 - Divisão de Administração de Pessoal e Processamento de Remunerações
 - Divisão de Formação
- Direção de Serviços de Contratação Pública e Gestão Patrimonial
 - Divisão de Contratação Pública
 - Divisão de Gestão Patrimonial
- Direção de Serviços Financeiros
 - Divisão de Contabilidade e Tesouraria
 - Divisão de Coordenação Financeira
- Divisão de Documentação e Arquivo
- Divisão de Planeamento e Organização
- Divisão de Infraestruturas e Equipamentos
- Gabinete de Tecnologias de Informação e Comunicação
- Gabinete Jurídico e de Contencioso
- Centro de Competências de Comunicação e Relações Externas

Os objetivos partilhados, que se situam sobretudo no âmbito da atividade operativa, constantes da coluna Partilha do mapa de objetivos de cada unidade orgânica¹ (ver quadro síntese de partilha de objetivos no anexo 2), implicam responsabilidade conjunta das unidades orgânicas envolvidas na sua concretização, sentido de trabalho em equipa e tarefas de programação e distribuição das ações ou atividades deles decorrentes. Verificando-se necessidades de colaboração ativa dos serviços na concretização de objetivos fixados a outras unidades orgânicas, sinalizaram-se estas situações também na coluna da Partilhas e fez-se constar levantamento de colaborações no final do mapa de objetivos de cada unidade orgânica².

¹ No mapa de objetivos de cada unidade orgânica encontram-se indicadas as unidades orgânicas com que partilha um determinado objetivo e/ou indicador.

² Na coluna Partilha do mapa de objetivos de cada unidade orgânica indica-se (entre parêntesis) a(s) unidade(s) orgânica(s) cuja colaboração é esperada para a concretização de um dado indicador. No final do mapa de objetivos de cada unidade orgânica listam-se os objetivos e indicadores de outras unidades orgânicas em que deve colaborar.

2.1 ÁREA OPERATIVA



Serviços centrais

2.1.1

Direção de Serviços de Execução de Medidas Privativas da Liberdade

| Objetivos da Divisão de Gestão da População Prisional | | | | | | |
|--|--|----------|--|------------------------|------------------------|--|
| Objetivos | Indicadores | Meta | | | Partilha | QUAR |
| | | Data | Valor | Superação | | |
| DGPP.01 Realizar estudo sobre penas de prisão sucessivas aplicadas à população prisional | Ind 01 – Estudo estatístico e jurídico sobre penas de prisão sucessivas tendo por referência a população prisional | 31-12-20 | Estudo estatístico e jurídico sobre penas de prisão sucessivas | 30-11-20 | | QUAR 01 Ind 01 |
| DGPP.02 Verificar a existência de favorecimento de afetação e/ou transferência de reclusos, através de amostra aleatória Plano de Prevenção da Corrupção - Medida 8 | Ind 02 – Estudo de conformidade sobre existência de favorecimento de afetação e/ou transferência de reclusos | 31-12-20 | 1 estudo de conformidade | 30-11-20 | (EP) | A DGPP elabora grelha de conformidade para verificação a existência de favorecimento de afetação e/ou transferência de reclusos. Aplica a grelha a amostra aleatória e elabora estudo de conformidade, que remete à DPO, acompanhado pela respetiva informação para despacho superior, até 31-dezembro-2020. |
| DGPP.03 Verificar o favorecimento ou agravamento na emissão de pareceres sobre regimes de execução das penas e medidas de flexibilização, através de amostra aleatória Plano de Prevenção da Corrupção - Medida 9 | Ind 03 - Estudo de conformidade na emissão de pareceres sobre regimes de execução das penas e medidas de flexibilização | 31-12-20 | 1 estudo de conformidade | 30-11-20 | DGTP 05 Ind 07 (EP) | A DGPP e a DGTP elaboram grelha de conformidade para verificação de favorecimento ou agravamento na emissão de pareceres sobre regimes de execução das penas e medidas de flexibilização. Aplicam a grelha a amostra aleatória e elaboram estudo de conformidade, que remete à DPO, acompanhado pela respetiva informação para despacho superior, até 31-dezembro-2020. |
| DGPP.04 Reforçar a cooperação entre a DGRSP e as entidades consulares dos países de origem no apoio aos reclusos estrangeiros (2015-2020) | Ind 04 – Nº de entidades consulares envolvidas na definição de metodologia de cooperação entre a DGRSP e as entidades consulares | 31-12-20 | 3 entidades consulares | 6 entidades consulares | DCATP 05 Ind 05 | A DGPP e a DCATP remetem à DPO informação para despacho superior demonstrativa do cumprimento do indicador, nomeadamente do número de entidades consulares envolvidas em 2020, até 31-dezembro-2020. |

Nota: Na coluna Partilha referem-se os serviços envolvidos e, entre parêntesis, os serviços cuja colaboração é necessária para a concretização do indicador em causa.

| Objetivos | Indicadores | Meta | | | Partilha | QUAR | Detalhes |
|---|--|----------|--|-----------|--|------|---|
| | | Data | Valor | Superação | | | |
| DGPP.05 Consolidar para decisão o modelo de proposta de afetação/transferência de reclusos | Ind 05 - Modelo para decisão de afetação/transferência revisto para aplicação generalizada | 30-09-20 | 1 modelo afetação/transferência reclusos | 31-07-20 | DGTP 04 Ind 06 (EP) | | Trata-se, com base em dados avaliativos da aplicação experimental efetuada em 5 estabelecimentos prisionais, de elaborar modelo para decisão de afetação/transferência revisto em condições de aplicação generalizada, divulgando-o junto dos estabelecimentos prisionais. A DGTP e a DGPP e remetem à DPO o modelo elaborado demonstrativo do cumprimento do indicador, acompanhado da respetiva informação para despacho superior, até 30-setembro-2020. |
| DGPP.06 Padronizar critérios de avaliação de reclusos para colocação em regime de segurança | Ind 06 – Modelo de avaliação único de reclusos em regime de segurança elaborado | 31-12-20 | 1 modelo avaliação padronizado | 30-11-20 | EP 12 Ind 13 Linhó, Monsanto, Paços Ferreira e Sta Cruz do Bispo Feminino (DGTP) | | A DGPP, em articulação com os EP de Linhó, Monsanto, Paços Ferreira e Santa Cruz do Bispo Feminino, e com a colaboração da DGTP; elabora um modelo único de avaliação dos reclusos colocados em regime de segurança que integre os pareceres a que alude o artº 219º do RGEF, bem como a informação, parecer e despacho superior, produzidos nos serviços centrais. A DGPP remete à DPO o modelo elaborado, acompanhado da respetiva informação para despacho superior, demonstrativo do cumprimento do indicador até 31-dezembro-2020. |
| DGPP.07 Assegurar a revisão da lotação dos estabelecimentos prisionais | Ind 07 - Nº de estabelecimentos prisionais com revisão da lotação | 31-12-20 | 4 EP | 5 EP | (EP) | | A DGPP elabora os devidos relatórios sobre revisão da lotação dos estabelecimentos prisionais, e remete os mesmos à DPO, acompanhados de informação para despacho superior, até 31-dezembro-2020. |

Nota: Na coluna Partilha referem-se os serviços envolvidos e, entre parêntesis, os serviços cuja colaboração é necessária para a concretização do indicador em causa.

| Colaboração em objetivos de outras unidades orgânicas (1) | | | |
|---|--|---|---|
| Unidade Orgânica | Objetivos | Indicadores | Colaboração da DGPP |
| Divisão de Planeamento e Organização | DPO.01 Assegurar a avaliação da implementação do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da DGRSP | Ind 01 - Relatório de avaliação da implementação do Plano de Prevenção da Corrupção | As unidades orgânicas responsáveis pela coordenação/supervisão de medidas preventivas contidas no Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da DGRSP prestam à DPO a informação solicitada para efeitos de monitorização/avaliação da implementação do Plano. |

(1) Objetivos de outras unidades orgânicas para cuja concretização é necessária a colaboração da DGPP, mas que não constituem objetivos próprios.

Objetivos da Divisão de Gestão do Tratamento Prisional

| Objetivos | Indicadores | Meta | | | Partilha | QUAR | Detalhes |
|--|--|----------|---|--|--------------------|------|---|
| | | Data | Valor | Superação | | | |
| DGTP.01 Consolidar a implementação modelo de intervenção técnica integrada na execução das penas e medidas privativas da liberdade - MITI | Ind 01 - % de reclusos condenados com plano individual de readaptação (PIR) aprovado em Conselho Técnico | 31-12-20 | 1 relatório estatístico com dados a nível nacional e por estabelecimento prisional sobre a % de PIR em execução a 31-12-20 e % de avaliações da execução de PIR com recurso ao MITI | 1 relatório descritivo e avaliativo, identificando o grau de elaboração de PIR e avaliações execução de PIR com recurso a modelo MITI e problemas identificados com dados a nível nacional e por estabelecimento prisional | EP 04 Ind 05 | | <p>Os dados para aferir a % de PIR em execução são obtidos através da seguinte fórmula: $[N^{\circ} \text{ de reclusos condenados com PIR aprovado em CTI (em execução), a 31-dezembro-2020} / N^{\circ} \text{ total de reclusos condenados, cuja pena preencha os requisitos do n}^{\circ} 1 \text{ e } 2 \text{ do art}^{\circ} 21^{\circ} \text{ do CEP e com data de condenação e afetação ao EP anterior a 01-novembro-2020}] * 100$.</p> <p>A DGTP envia aos estabelecimentos prisionais até 15-junho-2020 mapa modelo para aferição dos reclusos com PIR em execução a 31-dezembro-2020. Os estabelecimentos prisionais que efetuem o registo dos PIR na Plataforma MITI- Formulários não terão de remeter o mapa referido. Cada EP elabora relatório demonstrativo de resultados (dele devendo constar: n.º total de PIR elaborados no ano, n.º de avaliações de execução de PIR no modelo MITI e a percentagem de avaliações da execução de PIR no modelo MITI, que permitam aferir os critérios de cumprimento e superação de cada EP, e envia-o à DGTP e à DPO até 08-janeiro-2021.</p> <p>Com fins de monitorização, a DGTP elabora relatório intercalar com dados a 31-agosto-2020.</p> <p>A DGTP elabora relatório nacional contendo dados por estabelecimento prisional, que permitam aferir os critérios de cumprimento e superação de cada EP, a saber: % de PIR elaborados e a % de avaliações da execução de PIR elaboradas, e envia-o à DPO, acompanhado da informação para despacho superior, até 28-fevereiro-2021.</p> |
| | Ind 02 - Grelha de avaliação de conformidade dos planos individuais de readaptação (PIR) elaborada | 30-09-20 | 1 grelha de conformidade para PIR | 31-08-20 | | | A DGTP grelha de avaliação da conformidade do PIR, que remete à DPO, acompanhada da respetiva informação para despacho superior, até 31-setembro-2020. |
| | Ind 03 – N.º de ações de formação no âmbito do modelo de intervenção técnica integrada (MITI) | 31-12-20 | 2 ações de formação | 3 ações de formação | CCGPP 04 Ind 05 | | A DGTP e o CCGPP apresentam informação para despacho superior, evidenciando o número de ações de formação realizadas, temas abordados e n.º e unidades orgânicas de pertença dos beneficiários, e que remetem à DPO até 31-dezembro-2020. |

Nota: Na coluna Partilha referem-se os serviços envolvidos e, entre parêntesis, os serviços cuja colaboração é necessária para a concretização do indicador em causa.

| Objetivos | Indicadores | Meta | | | Partilha | QUAR | Detalhes |
|--|---|----------|-------------------------|---------------------------------------|-----------------|------|--|
| | | Data | Valor | Superação | | | |
| DGTP.02 Desenvolver e consolidar práticas de gestão de caso na execução das penas e medidas de privativas da liberdade | Ind 04 - Nº de estabelecimentos prisionais alvo de sessões de acompanhamento em gestão de caso | 31-12-20 | 3 EP | 5 EP | | | <p>A DGTP elabora plano no âmbito do qual identifica e calendariza as ações/reuniões a desenvolver no âmbito do acompanhamento da gestão de caso, bem como as metodologias utilizadas, na sequência do que realiza reuniões de trabalho com os técnicos gestores de caso/técnicos de reeducação.</p> <p>A DGTP elabora relatório demonstrativo do cumprimento do indicador, nele identificando os estabelecimentos prisionais envolvidos e apresentando síntese dos temas/instrumentos sobre os quais as reuniões incidiram, enviando-o à DPO, acompanhado da respetiva informação para despacho superior, até 31-dezembro-2020.</p> |
| DGTP.03 Promover condições favorecedoras do aumento de reclusos em regime aberto no exterior | Ind 05 – Relatório estatístico sobre colocação de reclusos em regime aberto no exterior (RAE): regimes em execução e novas propostas 2020 | 31-12-20 | 1 relatório estatístico | 1 documento com propostas de melhoria | EP 09 Ind 10 | | <p>Na definição das metas do indicador para cada estabelecimento prisional tem-se por referência dados estatísticos relativos ao número de reclusos condenados (excluindo PDL) por EP a 30-abril-2020. Contabilizam-se para efeitos de avaliação do cumprimento do indicador as propostas de RAE que cada estabelecimento prisional faz chegar aos serviços centrais/DGTP até 31-dezembro-2020 e que são validadas como estando dentro dos critérios em vigor.</p> <p>A DGTP elabora relatório estatístico sobre regime aberto no exterior (RAE), nele integrando:</p> <ul style="list-style-type: none"> - caracterização dos reclusos que se encontravam em RAE em 2020 (tipo de atividades desenvolvem no exterior, tipo de crimes, duração das penas, dados de caracterização como idade, sexo, etc); - levantamento das novas propostas de RAE apresentadas em 2020 por estabelecimento prisional e validadas pela DGTP. <p>A DGTP remete o relatório elaborado, que constitui evidência para o cumprimento do objetivo pelos estabelecimentos prisionais, à DPO, acompanhado da respetiva informação para despacho superior, até 31-dezembro-2020.</p> <p>Consideram-se excluídos do indicador: EP de Monsanto, Hospital Prisional São João de Deus, EP junto da Polícia Judiciária de Lisboa, EP junto da Polícia Judiciária do Porto e EP de Évora. Fica também excluído, em 2020, o EP de Viseu, dado o investimento em curso em obras de beneficiação do EP.</p> |

| Objetivos | Indicadores | Meta | | | Partilha | QUAR | Detalhes |
|---|---|----------|--|-----------|------------------------|------|--|
| | | Data | Valor | Superação | | | |
| DGTP.04 Consolidar a aplicação de modelo para decisão de afetação/transferência de reclusos | Ind 06 – Modelo para decisão de afetação/transferência revisto para aplicação generalizada | 30-09-20 | 1 modelo afetação/transferência reclusos | 31-07-20 | DGPP 05 Ind 05 (EP) | | Trata-se, com base em dados avaliativos da aplicação experimental efetuada em 5 estabelecimentos prisionais, de elaborar modelo para decisão de afetação/transferência revisto em condições de aplicação generalizada, divulgando-o junto dos estabelecimentos prisionais. A DGTP e a DGPP e remetem à DPO o modelo elaborado demonstrativo do cumprimento do indicador, acompanhado da respetiva informação para despacho superior, até 30-setembro-2020. |
| DGTP.05 Verificar o favorecimento ou agravamento na emissão de pareceres sobre regimes de execução das penas e medidas de flexibilização, através de amostra aleatória Plano de Prevenção da Corrupção – Medida 9 | Ind 07 - Estudo de conformidade na emissão de pareceres sobre regimes de execução das penas e medidas de flexibilização | 31-12-20 | 1 estudo de conformidade | 30-11-20 | DGPP 03 Ind 03 | | A DGTP e a DGPP elaboram grelha de conformidade para verificação de favorecimento ou agravamento na emissão de pareceres sobre regimes de execução das penas e medidas de flexibilização. Aplicam a grelha a amostra aleatória e elaboram estudo de conformidade, que remete à DPO, acompanhado pela respetiva informação para despacho superior, até 31-dezembro-2020. |

| Colaboração em objetivos de outras unidades orgânicas (1) | | | |
|--|--|--|--|
| Unidade Orgânica | Objetivos | Indicadores | Colaboração da DGTP |
| Divisão de Gestão da População Prisional Estabelecimentos Prisionais | DGPP.06 EP.12 Padronizar critérios de <i>avaliação de reclusos para colocação</i> em regime de segurança | Ind 06 – Modelo de avaliação único de reclusos em regime de segurança elaborado | A DGTP colabora com a DGPP, que, em articulação com e os EP de Linhó, Monsanto, Paços Ferreira e Santa Cruz do Bispo Feminino, elabora um modelo único de avaliação dos reclusos colocados em regime de segurança que integre os pareceres a que alude o art.º 219º do RGEF, bem como a informação, parecer e despacho superior, produzidos nos serviços centrais. |
| Direção de Serviços de Assessoria Técnica e de Execução de Penas na Comunidade Direção de Serviços de Vigilância Eletrónica | DSATEPC.03 DSVE.01 Contribuir para o aumento de decisões de flexibilização da pena de prisão | Ind 03 - Orientações técnicas internas para a promoção de propostas de flexibilização da pena de prisão elaboradas | A DGTP colabora, por solicitação da DSATEPC e da DSVE, na elaboração de orientações a produzir em conformidade com o despacho do Sr. Diretor-Geral, de 02-janeiro-2020, sobre o relatório do grupo de trabalho sobre medidas de flexibilização na execução de penas e medidas privativas de liberdade. |
| Divisão de Planeamento e Organização | DPO.01 Assegurar a avaliação da implementação do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da DGRSP | Ind 01 - Relatório de avaliação da implementação do Plano de Prevenção da Corrupção | As unidades orgânicas responsáveis pela coordenação/supervisão de medidas preventivas contidas no Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da DGRSP prestam à DPO a informação solicitada para efeitos de monitorização/avaliação da implementação do Plano. |

(1) Objetivos de outras unidades orgânicas para cuja concretização é necessária a colaboração da DGTP, mas que não constituem objetivos próprios.

Objetivos da Divisão de Coordenação de Atividades de Tratamento Prisional

| Objetivos | Indicadores | Meta | | | Partilha | QUAR | Detalhes |
|---|--|----------|--------------|-----------|-----------------|-------------------|---|
| | | Data | Valor | Superação | | | |
| DCATP.01 Promover condições para a qualificação escolar e profissional de reclusos | Ind 01 – % de reclusos que abandonaram as ações de formação escolar e profissional em 2020 | 31-12-20 | Menos de 18% | 16% | EP 06 Ind 07 | QUAR 09 Ind 10 | <p>O valor de partida é definido pelo valor do relatório nacional de ensino e formação profissional de 2019. Para efeitos de cumprimento do objetivo, excluem-se da contabilização os reclusos que saíram da formação por: libertação, transferência de estabelecimento prisional, obtenção do nível/certificação antes do termo do curso, doença/internamento, falecimento: a % de saídas em 2019, em termos nacionais, nas ações/cursos de formação escolar e profissional a decorrer a 31-12-19 e transitadas para 2020, foi de 7,4% (sendo que 6,8% nas ações/cursos escolares e 9% nas ações/cursos de formação profissional).</p> <p>A % de saídas para 2020 é calculada para as ações iniciadas a partir de setembro-2020 e transitadas para 2021, sendo obtida através da seguinte fórmula: [Nº de reclusos que saíram das ações antes do seu termo/Nº total de reclusos inscritos em ações iniciadas a partir de setembro-2020 e transitadas para 2021]*100.</p> <p>Cada estabelecimento prisional preenche os mapas de monitorização por ação/curso, de acordo com as orientações técnicas em vigor e devidamente atualizados à data de 31-dezembro-2020 e remete-os à DCATP, remetendo também, até 15-janeiro-2021 o quadro síntese onde constam todos os cursos (concluídos e transitados), com a situação reportada a 31-dezembro-2020.</p> <p>A DCATP elabora relatório demonstrativo da concretização do indicador, com dados por estabelecimento prisional, e envia-o à DPO, acompanhado da respetiva informação para despacho superior, até 28-fevereiro-2021.</p> <p>Ficam excluídos do cumprimento deste indicador todos os estabelecimentos prisionais em que não se tenha verificado a iniciação de qualquer ação de formação escolar e profissional a partir de setembro-2020.</p> <p>Fica também excluído o EP Leiria Jovens, por ter objetivo específico.</p> |

Nota: Na coluna Partilha referem-se os serviços envolvidos e, entre parêntesis, os serviços cuja colaboração é necessária para a concretização do indicador em causa.

| Objetivos | Indicadores | Meta | | | Partilha | QUAR | Detalhes |
|---|--|----------|---|---|-----------------|------|--|
| | | Data | Valor | Superação | | | |
| DCATP.02 Avaliar o programa de voluntariado em meio prisional | Ind 02 - Estudo/diagnóstico sobre a execução do programa de voluntariado em meio prisional | 31-12-20 | 1 estudo/diagnóstico | 30-11-20 | (EP) | | A DCATP elabora estudo/diagnóstico sobre a execução do programa de voluntariado em meio prisional, que deverá abranger: - caracterização do trabalho de voluntariado; - levantamento de necessidades; - propostas para eventual revisão do programa de voluntariado em meio prisional. A DCATP remete o estudo elaborado à DPO, acompanhado de informação para despacho superior, até 31-dezembro-2020. |
| DCATP.03 Reforçar e qualificar a intervenção de âmbito sociocultural e desportivo no quadro do tratamento prisional | Ind 03 - Nº de atividades socioculturais e desportivas, de âmbito nacional ou regional, realizadas | 31-12-20 | 3 atividades | 6 atividades | (EP) | | A DCATP elabora relatório demonstrativo de resultados, identificando o número de atividades realizadas, âmbito (nacional ou regional) e descrição sucinta das mesmas, nesta incluindo a identificação dos estabelecimentos prisionais participantes, e envia-o à DPO, acompanhado de informação para despacho superior, até 31-dezembro-2020. |
| DCATP.04 Promover condições para a redução do número de reclusos indocumentados | Ind 04 - Relatório estatístico sobre reclusos sem documento de identificação válido e evolução da situação em 2020 | 31-12-20 | 1 relatório estatístico com dados por estabelecimento prisional | 1 relatório avaliativo com propostas de adoção de medidas por estabelecimento prisional | EP 07 Ind 08 | | A DCATP envia aos estabelecimentos prisionais até 31-maio-2020 formulário para levantamento dos reclusos sem documento de identificação válido afetos ao estabelecimento prisional no ano de 2020, devolvendo estes o formulário preenchido à DCATP até 31-julho-2020, sendo os reclusos indocumentados identificados a esta data que constituem a base de contabilização. Cada estabelecimento prisional remete à DCATP informação sobre o número de reclusos indocumentados em 2020 e que foram sinalizados no decurso do ano (junto do IRN ou do SEF), preenchendo mapa disponibilizado pela DCATP, que remetem à DCATP e à DPO até 31-dezembro-2020. A DCATP elabora relatório estatístico com dados a nível nacional, evidenciando a % de reclusos indocumentados sinalizados (junto do IRN ou do SEF) em cada estabelecimento prisional, bem como a % de aumento de reclusos que passaram a dispôr de documento de identificação válido, e envia-o à DPO, acompanhado de informação para despacho superior, até 31-janeiro-2021. |

| Objetivos | Indicadores | Meta | | | Partilha | QUAR | Detalhes |
|---|--|----------|------------------------|------------------------|----------------------|------|--|
| | | Data | Valor | Superação | | | |
| DCATP.05 Reforçar a cooperação entre a DGRSP e as entidades consulares dos países de origem no apoio aos reclusos estrangeiros (2015-2020) | Ind 05 - Nº de entidades consulares envolvidas na definição de metodologia de cooperação entre a DGRSP e as entidades consulares | 31-12-20 | 3 entidades consulares | 6 entidades consulares | DGPP 04 Ind 04 | | A DCATP e a DGPP remetem à DPO informação para despacho superior demonstrativa do cumprimento do indicador, nomeadamente do número de entidades consulares envolvidas em 2020, até 31-dezembro-2020. |

2.1.2

Direção de Serviços de Assessoria Técnica e de Execução de Penas na Comunidade

Objetivos da Direção de Serviços de Assessoria Técnica e de Execução de Penas na Comunidade

| Objetivos | Indicadores | Meta | | | Partilha | QUAR | Detalhes |
|--|--|----------|---|-----------|---------------------------------------|-------------------|---|
| | | Data | Valor | Superação | | | |
| DSATEPC.01 Reorganizar a rede de equipas de reinserção social, otimizando recursos e qualificando respostas em função das necessidades de intervenção dos cidadãos em cumprimento de penas e medidas | Ind 01 - Matriz territorial de equipas de reinserção social por comarcas atualizada em função da atual organização do sistema judiciário | 31-12-20 | Estudo de reorganização da rede de ERS em função da atual organização do sistema judiciário | 30-11-20 | DSJJ 07 Ind 08 DRR 01 Ind 01 | QUAR 10 Ind 11 | A DSATEPC e a DSJJ remetem o modelo elaborado com a colaboração das DRR à DPO, acompanhado de informação para despacho superior, até 31-dezembro-2020. |
| DSATEPC.02 Promover a desmaterialização de <i>dossiers</i> dos processos penais e tutelares educativos das equipas de reinserção social, contribuindo para a redução do consumo de papel | Ind 02 - Modelo de desmaterialização de <i>dossiers</i> dos processos penais e tutelares educativos das equipas de reinserção social elaborado | 31-12-20 | 1 proposta de modelo de desmaterialização de <i>dossiers</i> | 30-11-20 | DSJJ 08 Ind 09 (DRR) | QUAR 11 Ind 12 | A DSATEPC, a DSJJ e as DRR remetem o modelo elaborado à DPO, acompanhado de informação para despacho superior, até 31-dezembro-2020. |
| DSATEPC.03 Contribuir para o aumento de decisões de flexibilização da pena de prisão | Ind 03 - Orientações técnicas internas para a promoção de propostas de flexibilização da pena de prisão elaboradas | 31-12-20 | 1 proposta de orientações técnicas | 30-11-20 | DSVE 01 Ind 01 (DGTP) (DRR) (EP) | QUAR 02 Ind 02 | Orientações a produzir em conformidade com o despacho do Sr. Diretor-Geral, de 02-janeiro-2020, relativo ao relatório do grupo de trabalho sobre medidas de flexibilização na execução de penas e medidas privativas de liberdade. A DSATEPC e a DSVE apresentam proposta demonstrativa da concretização do indicador, que remetem à DPO, acompanhada de informação para despacho superior, até 31-dezembro-2020. |
| DSATEPC.04 Avaliar o impacto da intervenção durante o período de liberdade condicional | Ind 05 - Relatório do estudo de <i>follow up</i> de ex-reclusos em liberdade condicional - atualização anual de resultados | 31-12-20 | 1 relatório | 15-12-20 | | | A DSATEPC apresenta relatório com a atualização de resultados do estudo de <i>follow up</i> de ex-reclusos em liberdade condicional, que remete à DPO, acompanhado de informação para despacho superior, até 31-dezembro-2020. |

Nota: Na coluna Partilha referem-se os serviços envolvidos e, entre parêntesis, os serviços cuja colaboração é necessária para a concretização do indicador em causa.

| Objetivos | Indicadores | Meta | | | Partilha | QUAR | Detalhes |
|--|--|----------|-------|-----------|----------|------|--|
| | | Data | Valor | Superação | | | |
| DSATEPC.05 Promover a conformidade da elaboração de documentos de assessoria técnica aos tribunais com as orientações técnicas em vigor Plano de Prevenção da Corrupção - Medida 3 | Ind 06 - Nº de sessões formativas nos NAT para preparação da avaliação da conformidade das práticas profissionais com as orientações técnicas em vigor | 31-12-20 | 7 | 9 | (DRR) | | Pretende-se criar condições para a avaliação da conformidade, pelos NAT, e a nível nacional, das práticas dos técnicos das equipas de reinserção social com as orientações técnicas constantes dos manuais de procedimentos em vigor no âmbito da assessoria técnica aos tribunais na fase pré-sentencial. A DSATEPC evidencia o número de sessões realizadas e NAT abrangidos, bem como os aspetos chave sobre os quais a avaliação da conformidade deverá incidir, em informação para despacho superior, que remete à DPO até 31-dezembro-2020. |

| Colaboração em objetivos de outras unidades orgânicas ⁽¹⁾ | | | |
|--|--|---|---|
| Unidade Orgânica | Objetivos | Indicadores | Colaboração da DSATEPC |
| Divisão de Planeamento e Organização | DPO.01 Assegurar a avaliação da implementação do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da DGRSP | Ind 01 - Relatório de avaliação da implementação do Plano de Prevenção da Corrupção | As unidades orgânicas responsáveis pela coordenação/supervisão de medidas preventivas contidas no Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da DGRSP prestam à DPO a informação solicitada para efeitos de monitorização/avaliação da implementação do Plano. |

(1) Objetivos de outras unidades orgânicas para cuja concretização é necessária a colaboração do DSATEPC, mas que não constituem objetivos próprios.

Objetivos da Divisão de Execução de Penas e Medidas na Comunidade

| Objetivos | Indicadores | Meta | | | Partilha | QUAR | Detalhes |
|--|---|----------|--|---|--|-------------------|--|
| | | Data | Valor | Superação | | | |
| DEPMC.01 Promover a articulação com as estruturas de saúde na execução de penas e medidas na comunidade | Ind 01 - Orientações técnicas para a articulação com as estruturas de saúde na execução de penas e medidas na comunidade concebidas | 31-12-20 | 1 documento orientações técnicas | 30-11-20 | (DRR) | QUAR 15 Ind 16 | Com base nos resultados do levantamento elaborado em 2019, a DEPMC elabora documento com orientações técnicas e envia-o à DPO, acompanhado de informação para despacho superior, até 31-dezembro-2020. |
| DEPMC.02 Desenvolver/consolidar práticas de gestão de caso na execução de penas e medidas na comunidade | Ind 02 - Módulo complementar para o Manual de Gestão de Caso direcionado para competências técnicas e problemáticas criminais específicas elaborado | 31-12-20 | 1 módulo complementar | 30-11-20 | | QUAR 16 Ind 17 | A DEPMC propõe a temática a desenvolver e respetivos colaboradores (internos e/ou externos) até 15-fevereiro-2020. Desenvolve as diligências necessárias à formalização da colaboração na conceção dos módulos, coordena e participa no seu desenvolvimento. A DEPMC envia o novo módulo elaborado à DPO, acompanhado de informação para despacho superior, até 31-dezembro-2020. |
| DEPMC.03 Promover a aplicação de programas e respostas estruturadas dirigidos a necessidades criminógenas específicas, no âmbito da execução de medidas na comunidade | Ind 03 - Nº de ofensores que iniciaram programas ou respostas estruturadas dirigidos a necessidades criminógenas específicas de execução na comunidade ¹ | 31-12-20 | 1.605 | 1.685 | CCGPP 01 Ind 02 DRR 02 Ind 02 | QUAR 07 Ind 08 | O indicador será contabilizado sobre as medidas iniciadas no ano de 2020, a partir da inserção no SIRS (que tem de ser assegurada pelas equipas de reinserção social conforme orientações em vigor). Com dados por delegação regional a 31-agosto-2020, a DEPMC e o CCGPP elaboram, em articulação com a DPO, breve relatório intercalar para avaliação do desempenho do indicador. As DRR fazem relatório analítico de resultados anuais e remetem à DEPMC e ao CCGPP até 15-janeiro-2021. A DEPMC elabora documento demonstrativo da concretização do indicador no âmbito das respostas de reinserção social e o CCGPP elabora relatório no âmbito dos programas, os quais enviam à DPO, acompanhado de informação para despacho superior, até 31-janeiro-2021. |
| DEPMC.04 Desenvolver programas em função de necessidades específicas dos ofensores condenados por criminalidade específica e a cumprir medidas de execução na comunidade | Ind 04 - Nº de novos programas dirigidos a criminalidade específica elaborados em função da caracterização/perfis desenvolvida em 2019 | 31-12-20 | 1 novo programa dirigido a autores de crimes sexuais | 2 novos programas (crimes sexuais e incêndio) | CCGPP 02 Ind 03 DRR 03 Ind 03 | QUAR 17 Ind 18 | A DEPMC e o CCGPP asseguram, para cumprimento do indicador, a elaboração de novo programa dirigido a autores de crimes sexuais (sendo critério de superação novo programa para autores de incêndio) tendo como destinatários os ofensores a cumprir medidas de execução na comunidade, embora se possa considerar a revisão de programas existentes em função da caracterização/perfis desenvolvida em 2019, que remetem à DPO, acompanhado de informação para despacho superior, até 31-dezembro-2020. |

Nota: Na coluna Partilha referem-se os serviços envolvidos e, entre parêntesis, os serviços cuja colaboração é necessária para a concretização do indicador em causa.

¹ Estimou-se uma redução da meta em 25% face a resultados 2019, tendo por referência o abrandamento de pedidos dos tribunais no contexto do surto epidémico, contudo apenas a monitorização intercalar permitirá avaliar a evolução do desempenho do indicador.

| Objetivos | Indicadores | Meta | | | Partilha | QUAR | Detalhes |
|---|--------------------------------|----------|--------|-----------|----------|------|--|
| | | Data | Valor | Superação | | | |
| DEPMC.05 Promover boas práticas de articulação com as entidades beneficiárias de trabalho Plano de Prevenção da Corrupção - Medida 19 | Ind 05 - Guia de boas práticas | 31-12-20 | 1 guia | 30-09-20 | (DRR) | | A DEPMC concebe o Guia de boas práticas de articulação com as entidades beneficiárias de trabalho que envia à DPO, acompanhado de informação para despacho superior, até 31-dezembro-2020. |

| Colaboração em objetivos de outras unidades orgânicas ⁽¹⁾ | | | |
|--|--|---|--|
| Unidade Orgânica | Objetivos | Indicadores | Colaboração da DEPMC |
| Delegações Regionais de Reinserção | DRR.04 ERS.02 Assegurar o cumprimento dos prazos legais no âmbito do apoio à execução de medidas probatórias | Ind 04 - % de planos de reinserção social (PRS) elaborados no prazo legal | A % de PRS elaborados reporta-se ao período compreendido entre 01-junho a e 31-dezembro-2020, para pedidos entrados até 31-outubro-2020. Os dados são obtidos com base nos relatórios do SIRS aferidos pelas DRR. A 31-agosto-2020 será efetuada recolha de dados coordenada pela DEPMC, para monitorização intercalar. |
| | | Ind 05 – % de redução de planos de reinserção social (PRS) com pendência superior a 60 dias | A contabilização da % de redução de PRS pendentes é aferida em função dos PRS com elaboração pendente superior a 60 dias, no período 01-junho a 31-dezembro-2020 para pedidos entrados até 31-outubro-2020. Os dados são obtidos com base nos relatórios do SIRS aferidos pelas DRR. A 31-agosto-2020 será efetuada recolha de dados coordenada pela DEPMC, para monitorização intercalar. As Delegações Regionais elaboram relatório com dados demonstrativos da concretização do indicador por equipa de reinserção social, que remetem à DPO, acompanhado de informação para despacho superior, até 15-janeiro-2021. |
| Delegações Regionais de Reinserção | DRR.05 Desenvolver/consolidar práticas de gestão de caso na execução de penas e medidas na comunidade | Ind 06 - % de equipas de reinserção social envolvidas na aplicação de práticas do manual de gestão caso | A DEPMC colabora nas sessões a promover pelos NAT visando formação em exercício - planeamento e aplicação - de práticas do manual de gestão de caso, em medidas probatórias em execução |
| Divisão de Planeamento e Organização | DPO.01 Assegurar a avaliação da implementação do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da DGRSP | Ind 01 - Relatório de avaliação da implementação do Plano de Prevenção da Corrupção | As unidades orgânicas responsáveis pela coordenação/supervisão de medidas preventivas contidas no Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da DGRSP prestam à DPO a informação solicitada para efeitos de monitorização/avaliação da implementação do Plano. |

(1) Objetivos de outras unidades orgânicas para cuja concretização é necessária a colaboração do DEPMC, mas que não constituem objetivos próprios.

2.1.3

Direção de Serviços de Vigilância Eletrônica

Objetivos da Direção de Serviços de Vigilância Eletrônica

| Objetivos | Indicadores | Meta | | | Partilha | QUAR | Detalhes |
|---|---|----------|------------------------------------|-----------|--|-------------------|--|
| | | Data | Valor | Superação | | | |
| DSVE.01 Contribuir para o aumento de decisões de flexibilização da pena de prisão | Ind 01 - Orientações técnicas internas para a promoção de propostas de flexibilização da pena de prisão elaboradas | 31-12-20 | 1 proposta de orientações técnicas | 30-11-20 | DSATEPC 03 Ind 03 (DGTP) (DRR) (EP) | QUAR 02 Ind 02 | Orientações a produzir em conformidade com o despacho do Sr. Diretor-Geral, de 02-janeiro-2020, relativo ao relatório do grupo de trabalho sobre medidas de flexibilização na execução de penas e medidas privativas de liberdade. A DSVE e a DSATEPC apresentam proposta demonstrativa da concretização do indicador, que remetem à DPO, acompanhada de informação para despacho superior, até 31-dezembro-2020. |
| DSVE.02 Avaliar a conformidade dos documentos e procedimentos inerentes à gestão de caso Plano de Prevenção da Corrupção - Medida 17 | Ind 02 - % de documentos e procedimentos em conformidade com os procedimentos em vigor | 31-12-20 | 30% | 50% | | | Pretende-se avaliar a conformidade dos documentos e procedimentos inerentes à gestão de caso de penas e medidas executadas com vigilância eletrônica, de acordo com as orientações em vigor. O indicador será aferido através da supervisão de cinco dossiês por cada gestor de caso. A DSVE elabora relatório demonstrativo da concretização do indicador, que remete à DPO, acompanhado de informação para despacho superior, até 31-novembro-2020. |
| DSVE.03 Promover a melhoria da execução das decisões judiciais fiscalizadas com vigilância eletrônica | Ind 03 - Taxa anual de revogações da decisão judicial, por incumprimento do sujeito vigiado (todos os contextos penais) | 31-12-20 | <=5% | <= 4% | (CCCRE) | | Indicador aferido por dados a retirar do SIRS, por referência à relação entre o total de penas e medidas findas e aquelas que foram revogadas por incumprimento do sujeito vigiado, com dados reportados a 31-dezembro-2020. A DSVE evidenciando resultados obtidos no documento 'Estatística Mensal das Penas e Medidas com Vigilância Eletrônica', que remete à DPO, acompanhado de informação para despacho superior, até 15-fevereiro-2021. |

Nota: Na coluna Partilha referem-se os serviços envolvidos e, entre parêntesis, os serviços cuja colaboração é necessária para a concretização do indicador em causa

| Objetivos | Indicadores | Meta | | | Partilha | QUAR | Detalhes |
|---|---|----------|---|-----------|----------|------|--|
| | | Data | Valor | Superação | | | |
| DSVE.04 Avaliar a conformidade do desempenho das equipas de vigilância eletrónica na gestão do sistema de monitorização eletrónica | Ind 04 - Relatório de avaliação do desempenho das equipas de vigilância eletrónica na atividade de monitorização eletrónica | 31-12-20 | 1 relatório | 30-11-20 | | | Pretende-se avaliar os impactos da reorganização geográfica da estrutura operacional do Sistema Nacional de Vigilância Eletrónica (com 1 CNAO e 12 equipas de vigilância eletrónica), bem como pela afetação de novos técnicos profissionais de reinserção social. O indicador será aferido pelo preenchimento de grelhas de análise à reação a eventos no sistema de monitorização eletrónica, de acordo com as orientações em vigor. A DSVE elabora relatório demonstrativo da concretização do indicador, que remete à DPO, acompanhado de informação para despacho superior, até 31-dezembro-2020. |
| DSVE.05 Proceder à atualização de orientações técnicas/procedimentos, promovendo a sua adequação ao atual enquadramento jurídico e operativo | Ind 05 - Manual de procedimentos de vigilância eletrónica com anexos atualizados | 30-11-20 | Anexos do manual de procedimentos atualizados | 31-10-20 | | | Pretende-se adequar alguns anexos constantes do manual de procedimentos de vigilância eletrónica à nova realidade operativa, com o contributo dos técnicos afetos ao sistema nacional de vigilância eletrónica. A DSVE elabora proposta de atualização de procedimentos constantes do manual de procedimentos, que remete à DPO acompanhado de informação para despacho superior, nesta evidenciando as alterações propostas, até 30-novembro-2020 |
| DSVE.06 Monitorizar o custo financeiro do arguido/condenado em penas/medidas fiscalizadas por vigilância eletrónica | Ind 06 - Relatório de análise da despesa de funcionamento do Sistema Nacional de Vigilância Eletrónica (SNVE) | 31-12-20 | 1 relatório | 30-11-20 | (DSF) | | A DSVE solicita à DSF dados sobre a despesa de 2019 com a vigilância eletrónica, relativos a custos de funcionamento corrente (pessoal, comunicações, combustíveis, etc.) e custos contratuais (por tecnologia de Radiofrequência e Geolocalização) e elabora relatório demonstrativo da concretização do indicador, que remete à DPO, acompanhado de informação para despacho superior, até 31-dezembro-2020. |

Colaboração em objetivos de outras unidades orgânicas ⁽¹⁾

| Unidade Orgânica | Objetivos | Indicadores | Colaboração da DSVE |
|---|--|--|---|
| Divisão de Infraestruturas e Equipamentos | DIE.03 Qualificar condições de funcionamento das equipas de reinserção social e de atendimento aos cidadãos alvo de processos judiciais | Ind 04- Levantamento das necessidades de reinstalação ou beneficiação das equipas de reinserção social/equipas de vigilância eletrónica em função de modelo tipo de instalações superiormente aprovado | A DSVE colabora no levantamento das necessidades de reinstalação ou beneficiação das equipas de reinserção social/equipas de vigilância eletrónica por solicitação da DIE: |
| | | Ind 05 - Nº de equipas de reinserção social/equipas de vigilância eletrónica alvo de reinstalação ou beneficiação de espaços | A DSVE colabora no processo de reinstalação ou beneficiação das equipas de reinserção social/equipas de vigilância eletrónica por solicitação da DIE: |
| Divisão de Planeamento e Organização | DPO.01 Assegurar a avaliação da implementação do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da DGRSP | Ind 01 - Relatório de avaliação da implementação do Plano de Prevenção da Corrupção | As unidades orgânicas responsáveis pela coordenação/supervisão de medidas preventivas contidas no Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da DGRSP prestam à DPO a informação solicitada para efeitos de monitorização/avaliação da implementação do Plano. |

(1) Objetivos de outras unidades orgânicas para cuja concretização é necessária a colaboração da DSVE, mas que não constituem objetivos próprios.

Objetivos da Direção de Serviços de Justiça Juvenil

| Objetivos | Indicadores | Meta | | | Partilha | QUAR | Detalhes |
|---|--|----------|-------------------------|--|--------------|------|--|
| | | Data | Valor | Superação | | | |
| DSJJ.01 Assegurar a recolha de dados regulares sobre reincidência e ajustamento social dos jovens ofensores alvo da intervenção do sistema de justiça | Ind 01 - Estudo da reincidência de jovens ofensores alvo da intervenção da DGRSP, em <i>follow-up</i> a 24 meses (todas as medidas, incluindo suspensão do processo) e ajustamento social no âmbito de acompanhamento educativo e internamento | 31-12-20 | 1 relatório estatístico | 1 documento de validação por amostragem dos dados obtidos por entidade externa | (CE) (DRR) | | A recolha de dados insere-se na obrigação prevista no artº 225º da LTE. A DSJJ envia aos CE e às ERS, até 30-abril-2020, a listagem dos jovens e um guião de procedimentos para a recolha de dados relativos ao ajustamento social/reincidência das medidas de internamento e de acompanhamento educativo. Para as restantes medidas, incluindo a suspensão de processo, é solicitada listagem ao CCCRE, sendo a reincidência verificada de acordo com dados constantes do SIRS e do SIP, com coortes trimestrais. Os centros educativos elaboram um relatório das avaliações de <i>follow-up</i> até 31-dezembro-2020, com recolha de dados a 12 e 24 meses após o termo das medidas de internamento. As equipas de reinserção social colaboram na verificação dos dados obtidos pela DSJJ em 20% dos casos relativamente às medidas de acompanhamento educativo. O cumprimento do critério de superação depende de contratação externa. A DSJJ elabora relatório/estudo de âmbito nacional, evidenciando dados estatísticos sobre a reincidência e ajustamento social dos jovens, que remete à DPO, acompanhado da respetiva informação para despacho superior, até 31-janeiro-2021. |
| | Ind 02 - % de integração efetiva dos jovens que cessam medida tutelar educativa de internamento no termo da medida | 31-12-20 | 1 relatório | Relatório de <i>follow-up</i> a 12 meses após a saída do centro educativo | CE 02 Ind 02 | | Para aferir os resultados dos centros educativos, a monitorização é assegurada pela DSJJ através da informação constante dos relatórios finais de execução das medidas de internamento, ao longo de 2020. A DSJJ elabora relatório final de âmbito nacional, o qual deve apresentar o cálculo e resultado por centro educativo, para aferir o cumprimento e a superação do indicador, assim como uma avaliação qualitativa sobre os constrangimentos identificados. A DSJJ elabora relatório evidenciando dados estatísticos sobre % de integração efetiva dos jovens, que remete à DPO, acompanhado da respetiva informação para despacho superior, até 31-janeiro-2021. |

Nota: Na coluna Partilha referem-se os serviços envolvidos e, entre parêntesis, os serviços cuja colaboração é necessária para a concretização do indicador em causa.

| Objetivos | Indicadores | Meta | | | Partilha | QUAR | Detalhes |
|--|---|----------|-------------------------------|--|------------------|------|---|
| | | Data | Valor | Superação | | | |
| DSJJ.02 Assegurar o cumprimento dos prazos legais no âmbito do apoio à tomada de decisão judicial em processos tutelares educativos | Ind 03 - % de respostas no prazo legal a solicitações judiciais relativas a processos tutelares educativos na fase de inquérito | 31-12-20 | 64% | 70% | DRR 06 Ind 07 | | <p>A % de respostas obtida reporta-se ao período compreendido entre 01-junho e 31-dezembro-2020, para documentos entrados até 31-outubro-2020. Os prazos legais são os previstos na LTE: informação social - 15 dias (artº 71º, nº 3); relatório social - 30 dias (artº 71º, nº.4); relatório social com avaliação psicológica e perícia sobre a personalidade – 2 meses (artº 68º, nº 1).</p> <p>Os dados são obtidos pela DSJJ, com base nos relatórios do SIRS e enviados às DRR. Será efetuada pela DSJJ:</p> <ul style="list-style-type: none"> - a 30-junho-2020, primeira recolha de dados a enviar às DRR, para deteção de possíveis discrepâncias; - a 31-agosto-2020, segunda recolha de dados, destinados a monitorização da evolução do desempenho do indicador, que a DSJJ remete à DPO; - a 31-outubro-2020, terceira recolha de dados a enviar às DRR. <p>As Delegações Regionais elaboram relatório com dados demonstrativos da concretização do indicador por Equipa de Reinserção Social, incluindo o recurso ao relatório social simplificado e seu impacto nos resultados, que remetem à DSJJ e à DPO, acompanhado da respetiva informação para despacho, até 15-janeiro-2021.</p> <p>A DSJJ elabora relatório nacional, com dados por delegação regional de reinserção e equipa de reinserção social, que remete à DPO, acompanhado da respetiva informação para despacho superior, até 31-janeiro-2021</p> |
| DSJJ.03 Implementar programas dirigidos a jovens com comportamentos violentos | Ind 04 – Manual experimental do programa | 31-12-20 | 1 manual em fase experimental | 1 ação de formação para formação para os profissionais aplicadores do programa | (CE) | | <p>O programa de intervenção com adolescentes ofensores com problemas de comportamento violento é concebido e implementado no âmbito de contrato estabelecido com a FPCEUP, com a duração de 2 anos.</p> <p>Estão previstas as atividades de construção, em colaboração com técnicos da DGRSP, dos materiais de intervenção a integrar o programa, conceção de manual do programa, formação dos profissionais da DGRSP, supervisão da aplicação experimental, avaliação e modificações para elaboração do relatório e manual final.</p> <p>Para tal, a DSJJ constitui um grupo de trabalho que integrará a equipa de técnicos que irá colaborar na conceção dos materiais de intervenção. Para superação, será criado um grupo mais alargado de técnicos, que beneficiará ainda em 2020 das primeiras ações de formação.</p> <p>Como evidência do cumprimento do indicador, a DSJJ apresenta o manual do programa, e remete-o à DPO, acompanhado da respetiva informação para despacho superior, na qual descreve as atividades realizadas, até 31-dezembro-2020.</p> |

| Objetivos | Indicadores | Meta | | | Partilha | QUAR | Detalhes |
|---|---|----------|--|---|--|----------------------|--|
| | | Data | Valor | Superação | | | |
| DSJJ.04 Consolidar o modelo de gestão de caso na intervenção tutelar educativa | Ind 05 – Relatório avaliativo da conformidade da gestão de caso nas medidas de internamento em centro educativo e de acompanhamento educativo ¹ | 31-12-20 | 1 relatório avaliativo da conformidade do modelo de gestão de caso | 1 relatório de supervisão de conformidade de 80% dos PEP de centro educativo e numa amostra de 20% de PEP de acompanhamento educativo supervisionados pelos NAT | CE 01 Ind 01 DRR 07 Ind 08 | | As ERS e os CE asseguram a conformidade entre a avaliação YLS, o Plano de Gestão de Caso/CMi e o PEP, com base na grelha de conformidade disponibilizada pela DSJJ. As ERS enviam toda a documentação aos NAT e à DSJJ por email, aquando do envio do PEP ao tribunal. Os CE procedem de igual modo enviando toda a documentação à DSJJ por email. Os NAT avaliam a conformidade dos PEP das equipas de reinserção social. Base de incidência: pedidos de elaboração de PEP recebidos entre 1-junho e 30-novembro-2020 e elaborados até 31-dezembro-2020. A DSJJ elabora breve relatório intercalar com dados a 31-agosto para avaliação da evolução do desempenho do indicador, que remete à DPO. A DSJJ elabora relatório final demonstrativo do cumprimento do indicador, contendo a % de PEP supervisionados com conformidade, com dados por CE e ERS, e remete-o à DPO acompanhado da respetiva informação para despacho superior, até 31-janeiro-2021. |
| DSJJ.05 Assegurar a implementação da supervisão intensiva e funcionamento das casas de autonomia | Ind 06 - Relatório final avaliativo da supervisão intensiva em meio natural de vida/casa de autonomia | 31-12-20 | 1 relatório avaliativo da supervisão intensiva | 1 relatório da implementação das Casas de Autonomia de Lisboa e dos Açores | (DRR) (CE) | | Trata-se de assegurar o acompanhamento da implementação da supervisão intensiva em meio natural de vida e em casa de autonomia. A DSJJ elabora relatório avaliativo final demonstrativo do cumprimento do indicador e remete-o à DPO, acompanhado da respetiva informação para despacho superior, até 31-dezembro-2020. |
| DSJJ.06 Atualizar a regulamentação do funcionamento dos centros educativos | Ind 07 - Proposta de novo Regulamento Geral e Disciplinar dos Centros Educativos (RGDCE) integrando contributos da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento dos Centros Educativos | 31-12-20 | Proposta de novo Regulamento Geral e Disciplinar dos Centros Educativos integrando contributos da CAFCE | 30-11-20 | (CE) | QUAR 18 Ind 19 | A proposta de novo RGDCE encontra-se em análise no grupo de trabalho criado para a reflexão sobre a medida de internamento, com a participação das magistraturas. A partir desta análise, serão solicitados contributos aos CE. Com base na versão obtida, serão solicitados os contributos da CAFCE. A DSJJ elabora proposta final do RGDCE e remete-o à DPO, acompanhado da respetiva Informação para despacho superior, até 31-dezembro-2020. |
| DSJJ.07 Reorganizar a rede de equipas de reinserção social, otimizando recursos e qualificando respostas em função das necessidades de intervenção dos cidadãos em cumprimento de penas e medidas | Ind 08 - Matriz territorial de equipas de reinserção social por comarcas atualizada em função da atual organização do sistema judiciário | 31-12-20 | Estudo de reorganização da rede de equipas de reinserção social em função da atual organização do sistema judiciário | 30-11-20 | DSATEPC 01 Ind 01 DRR 01 Ind 01 | QUAR 10 Ind 11 | A DSJJ, a DSATEPC e as DRR remetem o estudo, elaborado no âmbito de grupo de trabalho superiormente criado para o efeito, à DPO, acompanhado de informação para despacho superior, até 31-dezembro-2020. |

| Objetivos | Indicadores | Meta | | | Partilha | QUAR | Detalhes |
|---|--|----------|--|-----------|----------------------------|-------------------|--|
| | | Data | Valor | Superação | | | |
| DSJJ.08 Promover a desmaterialização de <i>dossiers</i> dos processos penais e tutelares educativos das equipas de reinserção social, contribuindo para a redução do consumo de papel | Ind 09 - Modelo de desmaterialização de <i>dossiers</i> dos processos penais e tutelares educativos das equipas de reinserção social elaborado | 31-12-20 | 1 proposta de modelo de desmaterialização de <i>dossiers</i> | 30-11-20 | DSATEPC 02 Ind 02 (DRR) | QUAR 11 Ind 12 | A DSJJ e a DSATEPC remetem o modelo elaborado com a colaboração das DRR à DPO, acompanhado de informação para despacho superior, até 31-dezembro-2020. |

¹ Contribui para as medidas 4 e 5 do Plano de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas.

| Colaboração em objetivos de outras unidades orgânicas ⁽¹⁾ | | | |
|--|--|---|--|
| Unidade Orgânica | Objetivos | Indicadores | Colaboração da DSJJ |
| Centros Educativos | CE.03 Implementar o novo Regulamento Interno dos centros educativos | Ind 03 - % de conformidade do funcionamento do centro educativo com o Regulamento Interno | A DSJJ divulga até 01-junho-2020 a grelha de monitorização. A monitorização decorre em dois momentos, um no primeiro semestre e outro no segundo semestre. A DSJJ elabora relatório final, com dados por CE demonstrativos do grau de conformidade, o qual remete à DPO, acompanhado da respetiva informação para despacho superior, até 31-dezembro-2020. |
| | CE.04 Promover a supervisão intensiva em articulação com as equipas de reinserção social | Ind 04 – Nº de jovens propostos para período de supervisão intensiva | Os CE, após a discussão de cada caso em Conselho Pedagógico, no máximo até meio da medida (para medidas de internamento com mais de 1 ano), com uma análise fundamentada, sinaliza o caso à DSJJ, através de extrato da ata de CP onde constem os pontos essenciais para a eventual proposta de supervisão intensiva, após 1-março-2020. A DSJJ elabora relatório intercalar com dados a 31-agosto para avaliação do desempenho do indicador. Cada CE supera se, efetivamente, for colocado, ao longo de 2020, pelo menos 1 jovem em supervisão intensiva. A DSJJ elabora relatório final demonstrativo do cumprimento do indicador, com dados por centro educativo, e remete-o à DPO acompanhado da respetiva informação para despacho superior, até 31-dezembro-2020. |
| | CE.05 Implementar estratégia preventiva da reincidência com participação de pessoas relevantes da comunidade | Ind 05 – Nº de sessões implementadas | Os CE apresentam à DSJJ propostas para validação que envolvem pessoas da comunidade (figuras públicas ou outras) que com o seu exemplo podem promover processos de desistência de comportamentos pro-criminais. |
| Divisão de Planeamento e Organização | DPO.01 Assegurar a avaliação da implementação do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da DGRSP | Ind 01 - Relatório de avaliação da implementação do Plano de Prevenção da Corrupção | As unidades orgânicas responsáveis pela coordenação/supervisão de medidas preventivas contidas no Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da DGRSP prestam à DPO a informação solicitada para efeitos de monitorização/avaliação da implementação do Plano. |

(1) Objetivos de outras unidades orgânicas para cuja concretização é necessária a colaboração da DSJJ, mas que não constituem objetivos próprios.

2.1.5

Direção de Serviços de Segurança

Objetivos da Divisão de Segurança, Operações e Informações

| Objetivos | Indicadores | Meta | | | Partilha | QUAR | Detalhes |
|---|--|----------|---------------------------------------|---|-----------------------------|------|---|
| | | Data | Valor | Superação | | | |
| DSOI.01 Reforçar as competências do Corpo da Guarda Prisional na utilização das armas de fogo, assegurando a realização do Plano Anual de Tiro | Ind 01 - Plano Anual de Tiro implementado no sistema prisional | 31-12-20 | 1 Plano Anual de Tiro implementado | 1 Plano Anual de Tiro elaborado até 15-03-20 | EP 10 Ind 11 (DES) | | <p>A DSOI elabora Plano Anual de Tiro (PAT) para o sistema prisional, que apresenta após realização de reunião de preparação com os formadores de tiro, para despacho superior até 01-março-2020, que envia aos estabelecimentos prisionais até 15-março-2020, acompanhado de formulário para registo da execução do Plano. Elabora também proposta de distribuição aos estabelecimentos prisionais das munições para o PAT, contemplando um aumento a utilizar por cada atirador, que apresenta para aprovação superior até 01-março-2020, remetendo a mesma à DPO. Com dados por estabelecimento prisional a 31-agosto-2020, a DSOI elabora, em articulação com a DPO, breve relatório de desempenho do indicador.</p> <p>Os estabelecimentos prisionais executam o Plano de Plano Anual de Tiro até 31-dezembro-2020, remetendo preenchido à DSOI e à DPO o formulário demonstrativo de resultados até 15-janeiro-2021. A DSOI elabora relatório final demonstrativo da concretização do Plano de Plano Anual de Tiro, evidenciando a % de execução do PAT por estabelecimento prisional (calculada em função da % do efetivo que efetuou tiro durante o ano de 2020), que remete, acompanhado da devida informação para despacho superior, à DPO até 31-janeiro-2021.</p> |
| DSOI.02 Promover o reforço de condições de segurança em meio prisional, aumentando o controlo sobre a circulação de substâncias e bens ilícitos nos estabelecimentos prisionais Plano de Prevenção da Corrupção - Medida 12 | Ind 02 - % de espaços de alojamento prisional abrangidos por buscas no sistema prisional | 31-12-20 | 83% | 90% | EP 11 Ind 12 | | <p>Para efeitos de avaliação do indicador, contabilizam-se todas as intervenções de buscas planeadas realizadas em 2020, excluindo-se as intervenções do GISP e GOC e excluindo-se a busca geral anual obrigatória, considerando-se intervenções de busca com incidência grupal ou individual. Cada EP remete à DSOI e à DPO: a) em formulário de registo próprio (assegurado pela DSOI) até 31-dezembro-2020, registos das buscas realizadas;</p> <p>b) até 15-janeiro-2021, breve relatório demonstrativo do nº de intervenções realizadas, nº e % de espaços de alojamento abrangidos (tendo por referência o total de espaços de alojamento) e nº de reclusos abrangidos.</p> <p>A DSOI elabora: a) Com dados por estabelecimento prisional a 31-agosto-2020, em articulação com a DPO, breve relatório de desempenho do indicador; b) breve relatório nacional de validação de resultados, contendo dados por estabelecimento prisional, do indicador e remete-o, acompanhado da devida informação para despacho, à DPO até 31-janeiro-2021.</p> <p>Considera-se excluído deste indicador o Hospital Prisional S. João de Deus.</p> |

Nota: Na coluna Partilha referem-se os serviços envolvidos e, entre parêntesis, os serviços cuja colaboração é necessária para a concretização do indicador em causa.

| Objetivos | Indicadores | Meta | | | Partilha | QUAR | Detalhes |
|--|--|----------|--|---|--|-------------------|--|
| | | Data | Valor | Superação | | | |
| DSOI.03 Rever os procedimentos, meios e forma da comunicação das ocorrências às unidades dos serviços centrais pelos estabelecimentos prisionais | Ind 03 – Proposta de normativo | 31-12-20 | Proposta de normativo | 30-09-20 | | | A DSOI remete a proposta de normativo, acompanhada da devida informação para despacho superior, à DPO até 31-dezembro-2020. |
| DSOI.04 Proceder à sistematização e difusão da informação remetida pelos EP respeitante às ocorrências de comunicação obrigatória | Ind 04 – Relatórios de informações | 31-12-20 | 1 relatório anual com dados a 31-12-20 | 2 relatórios intercalares (dados a 31-07-20 e a 30-09-20) | | | A DSOI assegura a elaboração dos relatórios previstos nas metas temporais fixadas e remete os mesmos, acompanhados das respetivas informações para despacho, à DPO. O relatório anual, com dados reportados a 31-dezembro-2020 é remetido acompanhado da devida informação para despacho superior, à DPO até 31-janeiro-2021. |
| DSOI.05 Modernizar e aumentar os meios de comunicação à distância entre reclusos e a sua rede familiar/social | Ind 05 - Nº de projetos piloto de teste de colocação de telefones fixos em celas implementados e avaliados | | 1 projeto piloto em EP | 2 projetos piloto em EP | SAI 08 Ind 08 GTIC. 01 Ind 01 | QUAR 03 Ind 03 | A implementação e avaliação do(s) projeto(s) piloto de teste de colocação de telefones fixos em celas Implementados e avaliados é assegurada por grupo de trabalho superiormente constituído para o efeito, integrado pelo GTIC, a DSS-DSOI e o SAI Sul e Ilhas, tendo como condição base de exequibilidade o estabelecimento de protocolo com empresa(s) para esta finalidade específica Como evidência do cumprimento do indicador, GTIC, a DSS-DSOI e SAI Sul elaboram relatório descritivo e avaliativo, do qual deverá constar a) descrição do(s) projeto(s) piloto implementado(s); b) avaliação do(s) projeto(s) piloto implementado(s), incluindo identificação das condições necessárias - como condições técnicas para a abertura de procedimento concursal - ou de exequibilidade para a generalização da colocação de telefones fixos em celas em todo o sistema prisional, de forma planeada e progressiva; c) propostas de necessárias alterações legislativas (incluindo a derrogação parcial do regime '1 chamada/dia/5 minutos' e), nomeadamente as que possam decorrer das experiências piloto como condição para a sua generalização a todo o sistema prisional. SAI Sul, GTIC e DSS-DSOI remetem o relatório elaborado à DPO, acompanhado de informação para despacho superior, até 31-dezembro-2020. |

| Colaboração em objetivos de outras unidades orgânicas ⁽¹⁾ | | | |
|--|--|---|---|
| Unidade Orgânica | Objetivos | Indicadores | Colaboração da DSOI |
| Divisão de Equipamentos de Segurança | DES.03 Reforçar as competências do Corpo da Guarda Prisional na utilização das armas de fogo, assegurando a realização do Plano Anual de Tiro | Ind 03 - Proposta de distribuição aos estabelecimentos prisionais das munições para o Plano Anual de Tiro (PAT) | A DSOI colabora com a DES, por solicitação desta, na elaboração de proposta de distribuição de munições. |
| | DES.05 Proceder à atualização do plano de uniformes do Corpo da Guarda Prisional | Ind 05 - Estudo sobre a atualização do plano de uniformes | A DSOI colabora com a DES, por solicitação desta, na realização de estudo sobre a atualização do plano de uniformes. |
| Divisão de Planeamento e Organização | DPO.01 Assegurar a avaliação da implementação do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da DGRSP | Ind 01 - Relatório de avaliação da implementação do Plano de Prevenção da Corrupção | As unidades orgânicas responsáveis pela coordenação/supervisão de medidas preventivas contidas no Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da DGRSP prestam à DPO a informação solicitada para efeitos de monitorização/avaliação da implementação do Plano. |

(1) Objetivos de outras unidades orgânicas para cuja concretização é necessária a colaboração da DSOI, mas que não constituem objetivos próprios.

Objetivos da Divisão de Equipamentos de Segurança

| Objetivos | Indicadores | Meta | | | Partilha | QUAR | Detalhes |
|---|---|----------|--|-----------|----------|-------------------|---|
| | | Data | Valor | Superação | | | |
| DES.01 Modernizar e expandir os sistemas de videovigilância | Ind 01 - Nº de estabelecimentos prisionais modernizados com equipamento de videovigilância | 31-12-20 | 2 EP | 4 EP | (EP) | QUAR 04 Ind 04 | A DES remete à DPO relatório comprovativo do cumprimento do indicador, discriminando número e identificação dos estabelecimentos prisionais modernizados em 2020, acompanhado de informação para despacho superior, até 31-dezembro-2020. |
| DES.02 Melhorar os pontos de controlo de passagem de forma a evitar a entrada de objetos ilícitos ou proibidos | Ind 02 - Nº de estabelecimentos prisionais com novos pórticos detetores de metais | 31-12-20 | 15 EP | 20 EP | (EP) | | A DES remete à DPO relatório comprovativo do cumprimento do indicador, discriminando número e identificação dos estabelecimentos prisionais beneficiados em 2020, acompanhado de informação para despacho superior, até 31-dezembro-2020. |
| DES.03 Reforçar as competências do Corpo da Guarda Prisional na utilização das armas de fogo, assegurando a realização do Plano Anual de Tiro | Ind 03 - Proposta de distribuição aos estabelecimentos prisionais das munições para o Plano Anual de Tiro (PAT) | 01-03-20 | 1 proposta de distribuição de munições | 15-02-20 | (DSOI) | | A DSOI elabora Plano Anual de Tiro (PAT) para o sistema prisional, que apresenta após realização de reunião de preparação com os formadores de tiro, para despacho superior até 01-março-2020, que envia aos estabelecimentos prisionais até 15-março-2020, acompanhado de formulário para registo da execução do Plano. A DES elabora proposta de distribuição aos estabelecimentos prisionais das munições para o PAT, contemplando um aumento a utilizar por cada atirador, que apresenta para aprovação superior até 01-março-2020, remetendo a mesma, acompanhada da devida informação para despacho, à DPO. Considera-se excluído deste indicador o Hospital Prisional S. João de Deus. |
| DES.04 Inspeccionar armeiros existentes nos estabelecimentos prisionais | Ind 04 - Nº de armeiros inspecionados | 31-12-20 | 10 | 15 | (EP) | | A DES elabora informação para despacho superior comprovativa do cumprimento do indicador, discriminando número e identificação dos armeiros inspecionados em 2020, que remete à DPO até 31-dezembro-2020. |
| DES.05 Proceder à atualização do plano de uniformes do Corpo da Guarda Prisional | Ind 05 - Estudo sobre a atualização do plano de uniformes | 31-12-20 | 1 estudo | 30-10-20 | (DSOI) | | O estudo a desenvolver incide sobre as alterações a introduzir nos tipos e configuração geral do fardamento utilizado, os meios e processos necessários para a elaboração do design e da especificação técnica, a caracterização da dotação inicial. A DES remete o estudo, acompanhado da devida informação para despacho superior, à DPO até 31-dezembro-2020. |

Nota: Na coluna Partilha referem-se os serviços envolvidos e, entre parêntesis, os serviços cuja colaboração é necessária para a concretização do indicador em causa

| Colaboração em objetivos de outras unidades orgânicas ⁽¹⁾ | | | |
|--|---|---|---|
| Unidade Orgânica | Objetivos | Indicadores | Colaboração da DES |
| Divisão de Segurança, Operações e Informações | DSOI.01 Reforçar as competências do Corpo da Guarda Prisional na utilização das armas de fogo, assegurando a realização do Plano Anual de Tiro | Ind 01 - Plano Anual de Tiro implementado no sistema prisional | A DES colabora com a DSOI, por solicitação desta, na elaboração de proposta de distribuição aos estabelecimentos prisionais das munições para o Plano Anual de Tiro |
| Divisão de Infraestruturas e Equipamentos | DIE.05 Reforçar condições de segurança dos estabelecimentos | Ind 07 - Nº de novas portarias e/ou redes perimétricas instaladas | A DES colabora com a DIE, por solicitação desta, na instalação de novas portarias e/ou redes perimétricas. |

(1) Objetivos de outras unidades orgânicas para cuja concretização é necessária a colaboração da DES, mas que não constituem objetivos próprios.

Objetivos do Centro de Competências para a Gestão dos Cuidados de Saúde

| Objetivo | Indicador(es) | Meta | | | Partilha | QUAR | Detalhes |
|--|---|----------|-------------------------|---------------------|----------|-------------------|--|
| | | Data | Valor | Superação | | | |
| CCGCS.01 Reforçar o cumprimento da aplicação dos procedimentos de rastreio da tuberculose definidos no Protocolo para a Definição dos Procedimentos de Detecção e Prevenção da Tuberculose nos estabelecimentos prisionais | Ind 01 – % de conformidade dos procedimentos realizados nos estabelecimentos prisionais no âmbito da deteção e prevenção da tuberculose | 31-12-20 | 30% | 50% | (EP) | | O CCGCS envia aos estabelecimentos prisionais formulário sobre a aplicação dos procedimentos de rastreio de tuberculose (grelha de avaliação da conformidade) até 31-julho-2020. Cada estabelecimento prisional envia o formulário preenchido ao CCGCS até 31-dezembro-2020. O CCGCS elabora relatório demonstrativo da concretização do indicador, evidenciando os resultados obtidos em resultado da aplicação da grelha de conformidade a nível nacional e por estabelecimento prisional e remete-o, acompanhado da devida informação para despacho superior, à DPO até 31-janeiro-2021. Considera-se excluído deste indicador o Hospital Prisional de S. João de Deus. |
| CCGCS.02 Avaliar práticas de prevenção da infeção, através da verificação dos procedimentos de desinfeção e esterilização nos serviços clínicos dos estabelecimentos prisionais | Ind 02 – Nº de estabelecimentos prisionais observados (visitas de observação efetuadas) | 31-12-20 | 4 EP | 6 EP | (EP) | | O CCGCS elabora relatório demonstrativo da concretização do indicador, identificando os estabelecimentos prisionais alvo de observação/visita e evidenciando os resultados desconformidades encontradas ou necessidades de melhoria, e remete-o, acompanhado da devida informação para despacho superior, à DPO até 31-dezembro-2020. |
| CCGCS.03 Assegurar a recolha e o tratamento de dados de saúde nas áreas relativas às doenças infecciosas (hepatites, HIV e tuberculose) | Ind 03 - Relatório estatístico sobre doenças infecciosas (hepatites, HIV e tuberculose) | 31-12-20 | 1 relatório estatístico | 1 documento síntese | (EP) | | Os estabelecimentos prisionais remetem ao CCGCS os ficheiros de monitorização relativos às doenças infecciosas de acordo com a periodicidade em vigor. O CCGCS elabora relatório estatístico, com dados por estabelecimento prisional e a nível nacional, e remete-o à DPO, acompanhado da respetiva informação para despacho superior, até 31-janeiro-2021. Encontra-se excluído deste objetivo o Hospital Prisional de S. João de Deus. |
| CCGCS.04 Reforçar a qualidade do tratamento da população prisional na área das doenças infecciosas | Ind 04 - Nº de estabelecimentos prisionais com novos protocolos tripartidos (centros hospitalares e SPS) no âmbito do tratamento da infeção por VIH e hepatites virais na população reclusa | 31-12-20 | 3 EP | 8 EP | | QUAR 06 Ind 06 | No final de 2019, existiam protocolos celebrados com 33 estabelecimentos prisionais, no âmbito da infeção pelos vírus da imunodeficiência humana (HIV) e das hepatites virais na população reclusa. Para 2020, programa-se a formalização de novos protocolos envolvendo 3 estabelecimentos prisionais, totalizando 36. A 31-agosto-2020, o CCGCS elabora breve informação de monitorização sobre a evolução do indicador, que remete à DPO. O CCGCS envia cópias dos protocolos formalizados, acompanhados da devida informação para despacho superior, à DPO até 31-dezembro-2020. |

Nota: Na coluna Partilha referem-se os serviços envolvidos e, entre parêntesis, os serviços cuja colaboração é necessária para a concretização do indicador em causa

| Objetivo | Indicador(es) | Meta | | | Partilha | QUAR | Detalhes |
|---|---|----------|--------------------------------|--------------------------------|-------------------|--------------------------|---|
| | | Data | Valor | Superação | | | |
| CCGCS.05 Implementar consultas via telemedicina entre estabelecimentos prisionais e Hospitais do Serviço Nacional de Saúde | Ind 05 - Nº de estabelecimentos prisionais com novos protocolos específicos celebrados para realização de consultas através de telemedicina | 31-12-20 | 3 estabelecimentos prisionais | 8 estabelecimentos prisionais | | QUAR 05 Ind 05 | <p>A 21 de novembro de 2017 foi assinado o protocolo entre a DGRSP e os Serviços Partilhados do Ministério da Saúde (SPMS) com vista à informatização dos serviços clínicos dos estabelecimentos prisionais, ligação à rede informática da saúde e implementação de telessaúde. No final de 2019 encontravam-se abrangidos por protocolos/acordos específicos com entidades do Serviço Nacional da Saúde da respetiva área geográfica de referência (centros hospitalares e unidades locais de saúde) e a SPMS, 33 estabelecimentos prisionais.</p> <p>Para 2020, programa-se a formalização de novos protocolos envolvendo 3 estabelecimentos prisionais, totalizando 36.</p> <p>Com dados a 31-agosto-2020, o CCGCS elabora breve informação de monitorização sobre a evolução do indicador, que remete à DPO.</p> <p>O CCGCS envia cópias dos protocolos formalizados, acompanhados da devida informação para despacho superior, à DPO até 31-dezembro-2020.</p> |
| CCGCS.06 Implementar a desmaterialização do Processo Clínico Individual e sua integração na Plataforma de Dados em Saúde do Ministério da Saúde | Ind 06 - Nº de estabelecimentos prisionais com desmaterialização do Processo Clínico Individual e integração na Plataforma de Dados em Saúde do Ministério da Saúde | 31-12-20 | 30 estabelecimentos prisionais | 35 estabelecimentos prisionais | GTIC 04 Ind 04 | QUAR 13 Ind 14 | <p>A 21 de novembro de 2017 foi assinado o protocolo entre a DGRSP e os Serviços Partilhados do Ministério da Saúde (SPMS) com vista à informatização dos serviços clínicos dos estabelecimentos prisionais, ligação à rede informática da saúde e implementação de telessaúde. No final de 2019 encontravam-se abrangidos por protocolos/acordos específicos com entidades do Serviço Nacional da Saúde da respetiva área geográfica de referência (centros hospitalares e unidades locais de saúde) e a SPMS, 33 estabelecimentos prisionais, mas sem implementação do processo de desmaterialização.</p> <p>Com dados a 31-agosto-2020, CCGCS e GTIC elaboram relatório de monitorização sobre a evolução do indicador, que remetem à DPO.</p> <p>CCGCS e GTIC elaboram breve relatório demonstrativo da concretização do indicador, evidenciando o número e quais os estabelecimentos prisionais com desmaterialização do Processo Clínico e enviam-no à DPO, acompanhado da informação para despacho superior, até 31-dezembro-2020.</p> |

Objetivos do Centro de Competências para a Gestão de Programas e Projetos

| Objetivo | Indicador(es) | Meta | | | Partilha | QUAR | Detalhes |
|--|---|----------|------------------|-----------|--------------------|----------------------|--|
| | | Data | Valor | Superação | | | |
| CCGPP.01 Promover a aplicação de programas e respostas estruturadas dirigidos a necessidades criminógenas específicas, no âmbito da execução de medidas na comunidade e em contexto prisional | Ind 01– Nº de programas aplicados com referência ao nível de segurança e grau de complexidade de gestão dos estabelecimentos prisionais (incluindo obrigatoriamente o PIPS-Plano Integrado de Prevenção do Suicídio e os dirigidos a autores de crimes de prevenção prioritária), segundo critérios de ponderação e assegurando cumprimento de regras de distanciamento social ¹ | 31-12-20 | 187 ² | 225 | EP 05 Ind 06 | QUAR 07 Ind 07 | <p>Crítérios de ponderação/equivalência em função da intensidade dos programas (de acordo com o Catálogo de Programas): Grau de intensidade elevado = 3 programas; Grau de intensidade moderado elevado = 2,5 programas; Grau de intensidade moderado = 1,5 programa; Grau de intensidade baixo = 1 programa. (Ex: A aplicação de 1 programa de intensidade elevado (i.e., GPS, Agressores Sexuais) equivale à aplicação de 3 programas de baixa intensidade (i.e. Programa Integrado de Prevenção do Suicídio, Programa de Estabilização Emocional).</p> <p>É também contemplado um critério específico de majoração do programa PIPS, que pontua 1,5 se apresentada evidência de realização de reunião mensal da EOP.</p> <p>É de aplicação obrigatória 1 dos programas dirigidos a autores de crimes de prevenção prioritária (Lei nº 96/2017 - agressores sexuais, agressores de violência doméstica, incendiários) para os estabelecimentos prisionais cujo número de reclusos condenados pelas referidas tipologias de crimes seja igual ou superior a 15 (data-valor: 31-março-2020), tendo, no mínimo, de ser iniciada em 2020 a fase de seleção de casos. São contabilizados os programas iniciados em 2020.</p> <p>Com dados por estabelecimento prisional a 31-agosto-2020, o CCGPP elabora, em articulação com a DPO, breve relatório de desempenho do indicador.</p> <p>O CCGPP elabora relatório de avaliação de implementação de programas anual (tendo como referência o Catálogo de Programas em vigor), demonstrativo do cumprimento do indicador, sendo contabilizada o número de programas iniciados/aplicados no decurso do ano de 2020, enviando-o à DPO até 31-janeiro-2021. O relatório deve identificar nº de programas, sua designação e finalidades e nº de reclusos beneficiários por estabelecimento prisional.</p> <p>Consideram-se casos excecionais (meta diferenciada), tendo em conta as especificidades das características da população reclusa: EP junto à Polícia Judiciária de Lisboa, EP junto à Polícia Judiciária do Porto, Hospital Prisional S. João de Deus, EP de Évora e EP de Monsanto. O EP Santa Cruz do Bispo-Feminino e o Hospital Prisional S. João de Deus encontram-se excluídos da execução do PIPS.</p> |

¹ As regras de distanciamento social enquadram-se nas regras de prevenção aconselhadas pelas autoridades de saúde para conter a progressão da pandemia de COVID-19, sendo, para o efeito, produzidas orientações específicas pelo CCGPP.

² O cálculo do nº de programas tem associado um valor ponderado, previsto no Catálogo de Programas em vigor. Tratando-se de um objetivo QUAR, o qual dispõe de normas próprias de elaboração, esta meta tem associado um intervalo de tolerância, no caso 37 programas. Assim, a meta em QUAR corresponde a 187 programas, situando-se o cumprimento entre 150 e 224 programas com valor ponderado.

| Objetivos | Indicadores | Meta | | | Partilha | QUAR | Detalhes |
|--|---|----------|--|---|--|-------------------|--|
| | | Data | Valor | Superação | | | |
| | Ind 02 - Nº de ofensores que iniciaram programas ou respostas estruturadas dirigidos a necessidades criminógenas específicas de execução na comunidade ³ | 31-12-20 | 1.605 | 1.685 | DEPMC 03 Ind 03 DRR 02 Ind 02 | QUAR 07 Ind 08 | O indicador será contabilizado sobre as medidas iniciadas no ano de 2020, a partir da inserção no SIRS (que tem de ser assegurada pelas equipas de reinserção social conforme orientações em vigor). Com dados por delegação regional a 31-agosto-2020, a DEPMC e o CCGPP elaboram, em articulação com a DPO, breve relatório intercalar para avaliação do desempenho do indicador. As DRR fazem relatório analítico de resultados anuais e remetem à DEPMC e ao CCGPP até 15-janeiro-2021. A DEPMC elabora documento demonstrativo da concretização do indicador no âmbito das respostas de reinserção social e o CCGPP elabora relatório no âmbito dos programas, os quais enviam à DPO, acompanhado de informação para despacho superior, até 31-janeiro-2021. |
| CCGPP.02 Desenvolver programas em função de necessidades específicas dos ofensores condenados por criminalidade específica e a cumprir medidas de execução na comunidade | Ind 03 - Nº de novos programas dirigidos a criminalidade específica elaborados em função da caracterização/perfis desenvolvida em 2019 | 31-12-20 | 1 novo programa dirigido a autores de crimes sexuais | 2 novos programas (crimes sexuais e incêndio) | DEPMC 04 Ind 04 DRR 03 Ind 03 | QUAR 17 Ind 18 | O CCGPP e a DEPMC asseguram, para cumprimento do indicador, a elaboração de novo programa dirigido a autores de crimes sexuais (sendo critério de superação novo programa para autores de incêndio) tendo como destinatários os ofensores a cumprir medidas de execução na comunidade, embora se possa considerar a revisão de programas existentes em função da caracterização/perfis desenvolvida em 2019, que remetem à DPO, acompanhado de informação para despacho superior, até 31-dezembro-2020. |
| CCGPP.03 Promover a qualidade da aplicação dos programas específicos de reabilitação | Ind 04 - Nº de programas constantes do Catálogo de Programas revistos | 31-12-20 | 1 programa revisto | 2 programas revistos | | | O CCGPP apresenta superiormente, até 30-junho-2020, proposta fundamentada de seleção dos programas a rever. O CCGPP elabora breve relatório demonstrativo do cumprimento do indicador, nele integrando os programas revistos e apresentando síntese das alterações efetuadas, e envia-o à DPO, acompanhado pela respetiva informação para despacho superior, até 31-dezembro-2020. |
| CCGPP.04 Prosseguir o processo formativo no âmbito do modelo de intervenção técnica integrada na execução das penas e medidas privativas da liberdade - MITI | Ind 05 – Nº de ações de formação no âmbito do modelo de intervenção técnica integrada (MITI) | 31-12-20 | 2 ações de formação | 3 ações de formação | DGTP 01 Ind 03 | | O CCGPP e a DGTP apresentam informação para despacho superior, evidenciando o número de ações de formação realizadas, temas abordados e número e unidades orgânicas de pertença dos beneficiários, que remetem à DPO até 31-dezembro-2020. |

³ Estimou-se uma redução da meta em 25% face a resultados 2019, tendo por referência o abrandamento de pedidos dos tribunais no contexto do surto epidémico, contudo apenas a monitorização intercalar permitirá avaliar a evolução do desempenho do indicador.

| Objetivos | Indicadores | Meta | | | Partilha | QUAR | Detalhes |
|---|--|----------|-------------------|-----------------------|----------|------|---|
| | | Data | Valor | Superação | | | |
| CCGPP.05 Consolidar a participação da DGRSP em projetos nacionais e internacionais | Ind 06 – Atividades/ projetos de cooperação internacional divulgados | 31-12-20 | 1 relatório anual | 1 relatório semestral | | | <p>O CCGPP elabora relatório de sistematização da atividade da DGRSP no âmbito de projetos internacionais, identificando os projetos, finalidades e contemplando nº de ações realizadas, nº de profissionais envolvidos e temáticas abordadas/resultados produzidos, apresentado conteúdos preparados para divulgação na intranet e página da internet da DGRSP.</p> <p>O CCGPP remete o relatório elaborado à DPO, acompanhado de informação para despacho superior, até 31-dezembro-2020.</p> |

Objetivos do Centro de Competências de Dinamização das Atividades Económicas e Laborais

| Objetivos | Indicadores | Meta | | | Partilha | QUAR | Detalhes |
|--|--|----------|--|---|------------|------|--|
| | | Data | Valor | Superação | | | |
| CCDAEL.01 Dinamizar o processo de conformação da padaria do Estabelecimento prisional do Porto aos requisitos legais em matéria de segurança alimentar e segurança no trabalho | Ind 01 - Plano HACCP (Hazard Analysis and Critical Control Point) para a padaria do EP Porto elaborado | 30-09-20 | Plano HACCP para padaria do EP Porto | 31-08-20 | | | O CCDAEL elabora Plano HACCP para a padaria do EP do Porto, que envia à DPO, acompanhado da respetiva informação para despacho superior, até 30-setembro-2020. |
| | Ind 02 - Nº ações de formação sobre segurança alimentar e segurança e saúde no trabalho dirigidas à atividade de panificação | 31-12-20 | 2 ações de formação para EP Porto | 30-11-20 | (EP Porto) | | O CCDAEL assegura a realização de 2 ações de formação, devendo o estabelecimento prisional colaborar no apoio logístico necessário à realização das ações (presenciais ou através de meios telemáticos): - 1 ação de formação (HACCP), dirigida aos operadores (trabalhadores da padaria); - 1 ação de formação, sobre segurança e saúde no trabalho na indústria da panificação, dirigida aos trabalhadores da padaria. O CCDAEL elabora informação para despacho superior como evidência do cumprimento do indicador, nela identificando o número de beneficiários, que envia à DPO até 31-dezembro-2020. |
| CCDAEL.02 Promover condições para a existência de mapa de postos de trabalho autorizados por estabelecimento prisional (2ª fase) | Ind 03 – Nº de despachos de criação de postos de trabalho elaborados | 31-12-20 | 6 despachos de criação de postos de trabalho: EP Carregueira Caxias Sintra Linhó Lisboa Monsanto | 9 despachos de criação de postos de trabalho: EP Carregueira Caxias Sintra Linhó Lisboa Monsanto + Setúbal PJ Lisboa Hospital Prisional S. João de Deus | | | Na decorrência de recomendação de auditoria da Inspeção-Geral dos Serviços de Justiça, pretende-se vir a obter a competente aprovação dos postos de trabalho, funções e categorias correspondentes a cada atividade laboral, nos termos do nº 2 do artigo 78º do RGEF, com vista a obter um mapa ou matriz a nível nacional. Em 2019, foi efetuado levantamento, a nível nacional, dos postos de trabalho, funções e categorias correspondentes a cada atividade laboral, em cada estabelecimento prisional. Em 2020, o CCDAEL prepara, com a colaboração dos estabelecimentos prisionais envolvidos, a definição dos critérios e posteriormente a identificação das atividades contínuas, sazonais e inopinadas. Reconfirma/atualiza conjuntamente com cada estabelecimento prisional, e in loco, a informação prestada em 2019, e elabora propostas de despachos de criação dos postos de trabalho referentes aos estabelecimentos prisionais identificados na meta. O CCDAEL envia à DPO as propostas de despachos efetivamente elaborados, mediante trabalho prévio, acompanhadas da respetiva informação para despacho superior, até 31-dezembro-2020. |

| Objetivos | Indicadores | Meta | | | Partilha | QUAR | Detalhes |
|---|--|----------|-------|-----------|--------------------|----------------------|---|
| | | Data | Valor | Superação | | | |
| CCDAEL.03 Promover condições favoráveis à integração laboral de reclusos | Ind 04 - % de aumento de reclusos com atividades laborais produtivas | 31-12-20 | 3% | 5% | EP 08 Ind 09 | QUAR 08 Ind 09 | <p>Os estabelecimentos prisionais enviam ao CCDAEL mapas estatísticos trimestrais relativos à ocupação laboral (o mapa do último trimestre de 2020 deve ser remetido até 10-janeiro-2021), elaborando o CCDAEL relatório final demonstrativo da atividade laboral desenvolvida pela população reclusa, com dados a nível nacional e por estabelecimento prisional, discriminando as diferentes áreas de atividade laboral, nomeadamente o trabalho para entidades externas e, dentro da atividade geral, quantos reclusos se dedicam a atividades laborais produtivas.</p> <p>Para efeitos de avaliação de resultados do indicador definido para 2020 para os estabelecimentos prisionais, o CCDAEL envia obrigatoriamente até 31-maio-2020 formulário para:</p> <ul style="list-style-type: none"> - levantamento dos reclusos a desenvolver atividades laborais produtivas a 31-dezembro-2019, que cada estabelecimento prisional remete ao CCDAEL e à DPO até 30-julho-2020; - levantamento dos reclusos a desenvolver atividades laborais produtivas a 31-dezembro-2020, que cada estabelecimento prisional remete ao CCDAEL e à DPO até 10-janeiro-2021. <p>O CCDAEL elabora breve relatório intercalar, com dados, por estabelecimento prisional, reportados a 31-agosto, para avaliar a evolução do desempenho do indicador.</p> <p>O relatório anual de âmbito nacional do CCDAEL sobre atividade laboral inclui:</p> <p>a) O cálculo da taxa de ocupação laboral por estabelecimento prisional, efetuado através da seguinte forma: $[N^{\circ} \text{ de reclusos a trabalhar a 31-12-2020} / N^{\circ} \text{ total de reclusos a 31-dezembro-2020}] * 100$;</p> <p>b) dados, por estabelecimento prisional, sobre número de reclusos com atividades laborais produtivas, discriminando a % de aumento relativamente a 2019; por atividade laboral produtiva entende-se atividade que produz bens ou serviços transacionáveis para a DGRSP ou entidades terceiras.</p> <p>O CCDAEL remete o relatório nacional à DPO, acompanhado da respetiva informação para despacho superior, até 31-janeiro-2021, sendo condição para avaliação do indicador como cumprido evidenciar a % de aumento dos reclusos com atividades laborais produtivas em 2020 por estabelecimento prisional e a nível nacional e, simultaneamente, apresentar relatório nacional da atividade laboral da população reclusa contendo a informação já discriminada.</p> <p>Consideram-se excluídos do cumprimento deste indicador o EP Monsanto, EP Évora, Hospital Prisional S. João de Deus, EP junto da Polícia Judiciária de Lisboa e o EP junto da Polícia Judiciária do Porto.</p> <p>Fica também excluído o EP Leiria Jovens, por ter objetivo específico.</p> |

| Objetivos | Indicadores | Meta | | | Partilha | QUAR | Detalhes |
|---|--|----------|-----------------------------------|-----------|----------|------|--|
| | | Data | Valor | Superação | | | |
| CCDAEL.04 Identificar necessidades de técnicos para dinamização das explorações económicas dos estabelecimentos prisionais, visando o respetivo recrutamento | Ind 05 - Levantamento da necessidade de técnicos que executem as funções dos antigos mestres nas explorações económicas dos estabelecimentos prisionais | 31-12-20 | 1 levantamento nacional realizado | 30-11-20 | (EP) | | O CCDAEL elabora levantamento da necessidade de técnicos que executem as funções dos antigos mestres nas explorações económicas dos estabelecimentos prisionais, que envia à DPO, acompanhado da respetiva informação para despacho superior, até 31-dezembro-2020. O trabalho a desenvolver inclui confirmação junto dos EP dos dados reportados em 2019 e consensualização com os mesmos sobre necessidades efetivas. |
| CCDAEL.05 Promover o desenvolvimento de atividades que visam a unificação fiscal da DGRSP no âmbito das atividades económicas Projeto 'SIGAEP' Plano Justiça+Próxima | Ind 06 –Nº de ações programadas concluídas - objetivo operacional nº 1 do Projeto 'SIGAEP' | 31-12-20 | 5 ações | 30-11-20 | | | As 5 ações a concluir em 2020 referem-se a ações da responsabilidade do CCDAEL, no contexto do objetivo operacional nº 1 do Projeto 'SIGAEP' (medida nº 447 do Plano Justiça + Próxima). O CCDAEL elabora relatório demonstrativo da execução de ações previstas no objetivo operacional nº 1 do Projeto SIGAEP, discriminando as 5 ações concluídas e evidenciando a situação de partida e as tarefas desenvolvidas para a sua concretização, que remete à DPO, acompanhado de informação para despacho, até 31-dezembro-2020. |



2.1.9

Estabelecimentos Prisionais

| Objetivos dos Estabelecimentos Prisionais | | | | | | |
|---|--|----------|----------------|-----------|------------------|---|
| Objetivos | Indicadores | Meta | | | Partilha | QUAR |
| | | Data | Valor | Superação | | |
| EP.01 Qualificar condições de alojamento em meio prisional, implementando padrões de habitabilidade digna nos estabelecimentos prisionais | Ind 01 - Levantamento das condições de alojamento do estabelecimento prisional | 15-02-20 | 1 levantamento | 31-01-20 | DIE 01 Ind 01 | <p>Os estabelecimentos prisionais efetuam o levantamento das condições de alojamento de reclusos segundo orientações previamente recebidas e remetem o mesmo à DIE e à DPO até 15-fevereiro-2020 (sendo o indicador superado se o envio da informação ocorrer até 31-janeiro-2020).</p> <p>O levantamento incide sobre: área por recluso, privacidade das instalações sanitárias; condições de ventilação; condições de higiene/pintura.</p> <p>A DIE analisa a informação recolhida junto de cada EP sobre as condições de alojamento de reclusos nos estabelecimentos prisionais com base na informação remetida por cada estabelecimento prisional. Com base no levantamento nacional das condições de alojamento de reclusos nos estabelecimentos prisionais efetuado, a DIE elabora: - plano detalhado de qualificação das condições de alojamento de reclusos exequível em 2020, por estabelecimento prisional, nele integrando indicações das condições/meios para a concretização das obras, plano que divulga junto dos estabelecimentos prisionais destinatários até 01-junho-2020, remetendo-o igualmente à DPO até esta data como evidência do cumprimento do indicador; - formulário para verificação da execução do plano de intervenção, que remete a cada EP e à DPO na mesma data. Da conclusão do levantamento das condições de habitabilidade poderá resultar a identificação dos estabelecimentos prisionais que se encontram excluídos deste indicador, informação que será prestada pela DIE aos devidos estabelecimentos prisionais até 01-junho-2020.</p> |
| | Ind 02 - % de execução do plano de intervenção para qualificação das condições de alojamento em meio prisional | 31-12-20 | 85% | 100% | DIE 01 Ind 02 | <p>Os estabelecimentos prisionais preenchem formulário, previamente distribuído pela DIE, demonstrativo do resultado obtido (% do plano executada, o qual remetem, devidamente preenchido, à DIE e à DPO até 15-janeiro-2021. A DIE elabora relatório nacional demonstrativo do cumprimento do indicador, contendo o resultado (% de execução do Plano) obtido por cada estabelecimento prisional e o resultado nacional (% de execução do Plano a nível nacional), enviando-o à DPO, acompanhado pela respetiva informação para despacho, até 31-janeiro-2021. O relatório deverá clarificar, por EP e a nível nacional a qualificação das condições de alojamento obtida em termos de área por recluso, privacidade das instalações sanitárias; condições de ventilação; condições de higiene/pintura no sistema prisional, tendo por referência a condenação do Estado português por violação do artigo 3º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem (TEDH, 2019). Do relatório a elaborar pela DIE deverá também constar a identificação dos estabelecimentos prisionais excluídos do indicador e a respetiva fundamentação (desnecessidade de plano de intervenção).</p> |

Nota: Na coluna Partilha referem-se os serviços envolvidos e, entre parêntesis, os serviços cuja colaboração é necessária para a concretização do indicador em causa.

| Objetivos | Indicadores | Meta | | | Partilha | QUAR | Detalhes |
|--|---|----------|-------------|-----------|------------------|------|--|
| | | Data | Valor | Superação | | | |
| EP.02 Promover a transparência na gestão de verbas dos reclusos, consolidando a conta corrente dos reclusos | Ind 03 - Relatório final de ano da conta corrente dos reclusos - 2019 | 30-06-20 | 1 relatório | 31-05-20 | DCF 02 Ind 02 | | <p>Os 49 estabelecimentos prisionais elaboram relatório final de ano da Conta Corrente Reclusos relativamente ao ano de 2019, dele fazendo constar:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Listagem, à data de 31-12-2019, retirado do SIP, da conta corrente com identificação dos saldos relativos aos reclusos (presentes, históricos, fora, evadidos, internados, ausências ilegítimas, ou seja, todas as situações possíveis); - Reconciliação bancária, com anexação das folhas de cofres e resumo do livro de caixa do último mês do ano (documentos output do Conta Corrente SIP Reclusos), da folha de caixa do último mês do ano (Excel dia a dia do tesoureiro) e extrato bancário, devidamente visados pelo diretor do EP. Os estabelecimentos prisionais remetem o relatório elaborado à DCF e à DPO até 30-junho-2020. A DCF elabora: <ul style="list-style-type: none"> a) relatório intercalar com sistematização da informação recolhida com dados a 31-agosto-2020; b) relatório consolidado da Conta Corrente Reclusos, relativa a 2019, com dados por estabelecimento prisional, sintetizando em mapa o saldo da Conta Corrente SIP Reclusos/saldo em banco/saldo em caixa/montante reconciliado e fundamentação. <p>A DCF remete o relatório nacional, acompanhado pela respetiva informação para despacho, à DPO até 31-dezembro-2020.</p> |
| EP.03 Consolidar a conta corrente das cantinas dos estabelecimentos prisionais | Ind 04 - Relatório da conta corrente da(s) cantina(s) | 31-07-20 | 1 relatório | 30-06-20 | DCF 03 Ind 03 | | <p>Os 49 estabelecimentos prisionais apresentam relatório da conta corrente da(s) cantina(s), dele fazendo constar:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) documento com relação de investimentos e resultados líquidos dos últimos 3 anos; b) balanço e demonstração de resultados referentes a cada um dos anos. <p>Os estabelecimentos prisionais remetem o relatório elaborado à DCF e à DPO até 31-julho-2020.</p> <p>A DCF elabora relatório síntese da conta corrente das cantinas dos estabelecimentos prisionais, com dados por estabelecimento prisional e respetivos indicadores de gestão: rácios financeiros/funcionamento/económicos (volume de vendas, resultado líquido, margem de lucro).</p> <p>A DCF remete o relatório nacional, acompanhado pela respetiva informação para despacho, à DPO até 31-dezembro-2020.</p> |

| Objetivos | Indicadores | Meta | | | Partilha | QUAR | Detalhes |
|--|--|----------|---|---|-------------------|------|---|
| | | Data | Valor | Superação | | | |
| EP.04 Consolidar a implementação modelo de intervenção técnica integrada na execução das penas e medidas privativas da liberdade - MITI | Ind 05 - % de reclusos condenados com Plano Individual de Readaptação (PIR) aprovado em Conselho Técnico | 31-12-20 | EP com % PIR = ou > a 90% a 31-12-19 Manter a % PIR = ou > a 90% | EP com % de PIR elaborados (no ano 2019) = ou < 25% (do total de PIR em execução a 31-12-19) 15% de avaliações da execução do PIR | DGTP 01 Ind 01 | | <p>Os dados para aferir a % de PIR em execução são obtidos através da seguinte fórmula: $[N^{\circ} \text{ de reclusos condenados com PIR aprovado em CTI (em execução), a 31-dezembro-2020} / N^{\circ} \text{ total de reclusos condenados, cuja pena preencha os requisitos do nº 1 e 2 do artº 21º do CEP e com data de condenação e afetação ao EP anterior a 01-novembro-2020}] * 100$.</p> <p>A DGTP envia aos estabelecimentos prisionais até 15-junho-2020 mapa modelo para aferição dos reclusos com PIR em execução a 31-dezembro-2020. Os estabelecimentos prisionais que efetuem o registo dos PIR na Plataforma MITI- Formulários não terão de remeter o mapa referido. Cada EP elabora relatório demonstrativo de resultados (dele devendo constar: nº total de PIR elaborados no ano, nº de avaliações de execução de PIR no modelo MITI e a percentagem de avaliações da execução de PIR no modelo MITI, que permitam aferir os critérios de cumprimento e superação de cada EP, e envia-o à DGTP e à DPO até 08-janeiro-2021.</p> <p>Com fins de monitorização, a DGTP elabora relatório intercalar com dados a 31-agosto-2020.</p> <p>A DGTP elabora relatório nacional contendo dados por estabelecimento prisional, que permitam aferir os critérios de cumprimento e superação de cada EP, a saber: % de PIR elaborados e a % de avaliações da execução de PIR elaboradas, e envia-o à DPO, acompanhado da informação para despacho superior, até 28-fevereiro-2021.</p> |
| | | | | EP com % de PIR elaborados (no ano 2019) > 25% e < 50% (do total de PIR em execução a 31-12-19) 12% de avaliações da execução do PIR | | | |
| | | | | EP com % de PIR elaborados (no ano 2019) = ou > 50% (do total de PIR em execução a 31-12-19) 10% de avaliações da execução do PIR | | | |
| | | | EP com % PIR < a 90% a 31-12-19 Aumentar em 5 pontos percentuais | EP com % PIR < a 90% a 31-12-19 Aumentar em 8 pontos percentuais | | | |

| Objetivos | Indicadores | Meta | | | Partilha | QUAR | Detalhes |
|--|--|----------|--|---|--------------------|-------------------|---|
| | | Data | Valor | Superação | | | |
| EP.05 Promover a aplicação de programas dirigidos a necessidades crimínógenas específicas de ofensores adultos em contexto prisional | Ind 06 - Nº de programas aplicados com referência ao nível de segurança e grau de complexidade de gestão dos estabelecimentos prisionais (incluindo obrigatoriamente o PIPS-Plano Integrado de Prevenção do Suicídio e os dirigidos a autores de crimes de prevenção prioritária), segundo critérios de ponderação e assegurando o cumprimento de regras de distanciamento social ¹ | 30-12-20 | EP Segurança Alta/Grau de complex. de gestão elevado 6 programas | EP Segurança Alta/ Grau de complex. de gestão elevado 7 programas | CCGPP 01 Ind 01 | QUAR 07 Ind 07 | <p>Critérios de ponderação/equivalência em função da intensidade dos programas (de acordo com o Catálogo de Programas): Grau de intensidade elevado = 3 programas; Grau de intensidade moderado elevado = 2,5 programas; Grau de intensidade moderado = 1,5 programa; Grau de intensidade baixo = 1 programa. (Ex: A aplicação de 1 programa de intensidade elevado (i.e., GPS, Agressores Sexuais) equivale à aplicação de 3 programas de baixa intensidade (i.e. Programa Integrado de Prevenção do Suicídio, Programa de Estabilização Emocional). É também contemplado um critério específico de majoração do programa PIPS, que pontua 1,5 se apresentada evidência de realização de reunião mensal da EOP.</p> <p>É de aplicação obrigatória 1 dos programas dirigidos a autores de crimes de prevenção prioritária (Lei nº 96/2017 - agressores sexuais, agressores de violência doméstica, incendiários) para os estabelecimentos prisionais cujo número de reclusos condenados pelas referidas tipologias de crimes seja igual ou superior a 15 (data-valor: 30-abril-2020), tendo, no mínimo, de ser iniciada em 2020 a fase de seleção de casos.</p> <p>São contabilizados os programas iniciados em 2020.</p> <p>Com dados por estabelecimento prisional a 31-agosto-2020, o CCGPP elabora, em articulação com a DPO, breve relatório de desempenho do indicador.</p> <p>O CCGPP elabora relatório de avaliação de implementação de programas anual (tendo como referência o Catálogo de Programas em vigor), demonstrativo do cumprimento do indicador, sendo contabilizado o número de programas iniciados/aplicados no decurso do ano de 2020, enviando-o à DPO até 31-janeiro-2021. O relatório deve identificar nº de programas, sua designação e finalidades e nº de reclusos beneficiários por estabelecimento prisional.</p> <p>Consideram-se casos excecionais (meta diferenciada), tendo em conta as especificidades das características da população reclusa: EP junto à Polícia Judiciária de Lisboa, EP junto à Polícia Judiciária do Porto, Hospital Prisional S. João de Deus, EP de Évora e EP de Monsanto.</p> <p>O EP Santa Cruz do Bispo-Feminino e o Hospital Prisional S. João de Deus encontram-se excluídos da execução do PIPS.</p> |
| | | | EP Segurança Alta/Grau de complex. de gestão médio 4 programas | EP Segurança Alta/Grau de complex. de gestão médio 5 programas | | | |
| | | | EP Segurança Média/ Grau de complex. de gestão médio 2 programas | EP Segurança Média/ Grau de complex. de gestão médio 3 programas | | | |
| | | | EP com ocupação inferior a 100 reclusos (a 30-04-20) 2 programa | EP com ocupação inferior a 100 reclusos (a 30-04-20) 3 programas | | | |
| | | | Casos excecionais 1 programa | Casos excecionais 2 programas | | | |

¹ As regras de distanciamento social enquadram-se nas regras de prevenção aconselhadas pelas autoridades de saúde para conter a progressão da pandemia de COVID-19, sendo, para o efeito, produzidas orientações específicas pelo CCGPP.

| Objetivos | Indicadores | Meta | | | Partilha | QUAR | Detalhes |
|--|--|----------|--|--|--------------------|-------------------|---|
| | | Data | Valor | Superação | | | |
| EP.06 Promover condições para a qualificação escolar e profissional de reclusos | Ind 07 - % de reclusos que abandonaram as ações de formação escolar e profissional em 2020 C. Missão 2020 | 31-12-20 | EP com ponto partida < 10% Manter a % | EP com ponto partida < 10% Reduzir a % | DCATP 01 Ind 01 | QUAR 09 Ind 10 | <p>O valor de partida é definido pelo valor do relatório nacional de ensino e formação profissional de 2019. Para efeitos de cumprimento do objetivo, excluem-se da contabilização os reclusos que saíram da formação por: libertação, transferência de estabelecimento prisional, obtenção do nível/certificação antes do termo do curso, doença/internamento, falecimento: a % de saídas em 2019, em termos nacionais, nas ações/cursos de formação escolar e profissional a decorrer a 31-12-19 e transitadas para 2020, foi de 7,4% (sendo que 6,8% nas ações/cursos escolares e 9% nas ações/cursos de formação profissional). A % de saídas para 2020 é calculada para as ações iniciadas a partir de setembro/2020 e transitadas para 2021, sendo obtida através da seguinte fórmula: [Nº de reclusos que saíram das ações antes do seu termo/Nº total de reclusos inscritos em ações iniciadas a partir de setembro/2020 e transitadas para 2021]*100.</p> <p>Cada estabelecimento prisional preenche os mapas de monitorização por ação/curso, de acordo com as orientações técnicas em vigor e devidamente atualizados à data de 31-dezembro-2020 e remete-os à DCATP, remetendo também, até 15-janeiro-2021 o quadro síntese onde constam todos os cursos (concluídos e transitados), com a situação reportada a 31-dezembro-2020.</p> <p>A DCATP elabora relatório demonstrativo da concretização do indicador, com dados por estabelecimento prisional, e envia-o à DPO, acompanhado da respetiva informação para despacho superior, até 28-fevereiro-2021.</p> <p>Ficam excluídos do cumprimento deste indicador todos os estabelecimentos prisionais em que não se tenha verificado a iniciação de qualquer ação de formação escolar e profissional a partir de setembro/2020. Fica também excluído o EP Leiria Jovens, por ter objetivo específico.</p> |
| | | | EP com ponto partida ≥ 10% e < 30% Reduzir a % em 2 pontos | EP com ponto partida ≥ 10% e < 30% Reduzir a % em 5 pontos | | | |
| | | | EP com ponto partida ≥ 30% Reduzir a % em 5 pontos | EP com ponto partida ≥ 30% Reduzir a % em 8 pontos | | | |
| EP.07 Promover condições para a redução do número de reclusos indocumentados | Ind 08 - % de reclusos sem documento de identificação válido sinalizados | 31-12-20 | 20% dos reclusos indocumentados | 30% dos reclusos indocumentados | DCATP 04 Ind 04 | | <p>A DCATP envia aos estabelecimentos prisionais até 31-maio-2020 formulário para levantamento dos reclusos sem documento de identificação válido afetos ao estabelecimento prisional no ano de 2020, devolvendo estes o formulário preenchido à DCATP até 31-julho-2020, sendo os reclusos indocumentados identificados a esta data que constituem a base de contabilização de resultados. Cada estabelecimento prisional remete à DCATP informação sobre o número de reclusos indocumentados em 2020 e que foram sinalizados no decurso do ano (junto do IRN ou do SEF), preenchendo mapa disponibilizado pela DCATP, que remetem à DCATP e à DPO até 31-dezembro-2020.</p> <p>A DCATP elabora relatório estatístico com dados a nível nacional, evidenciando a % de reclusos indocumentados sinalizados (junto do IRN ou do SEF) em cada estabelecimento prisional, bem como a % de aumento de reclusos que passaram a dispor de documento de identificação válido, e envia-o à DPO, acompanhado de informação para despacho superior, até 31-janeiro-2021.</p> |

| Objetivos | Indicadores | Meta | | | Partilha | QUAR | Detalhes |
|---|--|----------|-------|-----------|---------------------|---------------------------------|---|
| | | Data | Valor | Superação | | | |
| EP.08 Promover condições favoráveis à integração laboral de reclusos | Ind 09 - % de aumento de reclusos com atividades laborais produtivas | 31-12-20 | 3% | 5% | CCDAEL 03 Ind 04 | QUAR 08 Ind 09 | <p>Os estabelecimentos prisionais enviam ao CCDAEL mapas estatísticos trimestrais relativos à ocupação laboral (o mapa do último trimestre de 2020 deve ser remetido até 10-janeiro-2021), elaborando o CCDAEL relatório final demonstrativo da atividade laboral desenvolvida pela população reclusa, com dados a nível nacional e por estabelecimento prisional, discriminando as diferentes áreas de atividade laboral, nomeadamente o trabalho para entidades externas e, dentro da atividade geral, quantos reclusos se dedicam a atividades laborais produtivas.</p> <p>Para efeitos de avaliação de resultados do indicador definido para 2020 para os estabelecimentos prisionais, o CCDAEL envia obrigatoriamente até 31-maio-2020 formulário para:</p> <ul style="list-style-type: none"> - levantamento dos reclusos a desenvolver atividades laborais produtivas a 31-dezembro-2019, que cada estabelecimento prisional remete ao CCDAEL e à DPO até 30-julho-2020; - levantamento dos reclusos a desenvolver atividades laborais produtivas a 31-dezembro-2020, que cada estabelecimento prisional remete ao CCDAEL e à DPO até 10-janeiro-2021. <p>O CCDAEL elabora breve relatório intercalar, com dados, por estabelecimento prisional, reportados a 31-agosto, para avaliar a evolução do desempenho do indicador.</p> <p>O relatório anual de âmbito nacional do CCDAEL sobre atividade laboral inclui:</p> <p>b) O cálculo da taxa de ocupação laboral por estabelecimento prisional, efetuado através da seguinte forma:</p> <p>[Nº de reclusos a trabalhar a 31-12-2020/Nº total de reclusos a 31-dezembro-2020]*100;</p> <p>b) dados, por estabelecimento prisional, sobre número de reclusos com atividades laborais produtivas, discriminando a % de aumento relativamente a 2019; por atividade laboral produtiva entende-se atividade que produz bens ou serviços transacionáveis para a DGRSP ou entidades terceiras.</p> <p>O CCDAEL remete o relatório nacional à DPO, acompanhado da respetiva informação para despacho superior, até 31-janeiro-2021, sendo condição para avaliação do indicador como cumprido evidenciar a % de aumento dos reclusos com atividades laborais produtivas em 2020 por estabelecimento prisional e a nível nacional e, simultaneamente, apresentar relatório nacional da atividade laboral da população reclusa contendo a informação já discriminada.</p> <p>Consideram-se excluídos do cumprimento deste indicador o EP Monsanto, EP Évora, Hospital Prisional S. João de Deus, EP junto da Polícia Judiciária de Lisboa e o EP junto da Polícia Judiciária do Porto.</p> <p>Fica também excluído o EP Leiria Jovens, por ter objetivo específico.</p> |

| Objetivos | Indicadores | Meta | | | Partilha | QUAR | Detalhes |
|--|--|----------|---|--|----------------------|------|--|
| | | Data | Valor | Superação | | | |
| EP.09 Promover condições favorecedoras do aumento de reclusos em regime aberto no exterior | Ind 10 - Nº de novas propostas para colocação de reclusos em regime aberto no exterior (RAE) ¹ | 31-12-20 | EP com >300 reclusos condenados 5 novas propostas | EP com > 300 reclusos condenados 7 novas propostas | DGTP 03 Ind 05 | | <p>Na definição das metas do indicador para cada estabelecimento prisional tem-se por referência a população prisional a 30-abril-2020 (reclusos condenados excluindo PDL e regimes de segurança por EP). Contabilizam-se para efeitos de avaliação do cumprimento do indicador as propostas de RAE que cada estabelecimento prisional faz chegar aos serviços centrais/DGTP até 31-dezembro-2020 e que são validadas como estando dentro dos critérios em vigor. A DGTP elabora relatório estatístico sobre regime aberto no exterior (RAE), nele integrando:</p> <ul style="list-style-type: none"> - caracterização dos reclusos que se encontravam em RAE em 2020 (tipo de atividades desenvolvidas no exterior, tipo de crimes, duração das penas, dados de caracterização como idade, sexo, etc); - levantamento das novas propostas de RAE apresentadas em 2020 por estabelecimento prisional e validadas pela DGTP. <p>A DGTP remete o relatório elaborado, que constitui evidência para o cumprimento do objetivo pelos estabelecimentos prisionais, à DPO, acompanhado da respetiva informação para despacho superior, até 31-dezembro-2020.</p> <p>Consideram-se excluídos do indicador: EP de Monsanto, Hospital Prisional São João de Deus, EP junto da Polícia Judiciária de Lisboa, EP junto da Polícia Judiciária do Porto e EP de Évora. Fica também excluído, em 2020, o EP de Viseu, dado o investimento em curso em obras de beneficiação do EP.</p> |
| | | | EP com >100 e ≤300 reclusos condenados 4 novas propostas | EP com >100 e ≤ 300 reclusos condenados 6 novas propostas | | | |
| | | | EP com ≤ 100 reclusos condenados 3 novas propostas | EP com ≤ 100 reclusos condenados 5 novas propostas | | | |
| EP.10 Reforçar as competências do Corpo da Guarda Prisional na utilização das armas de fogo, assegurando a realização do Plano Anual de Tiro | Ind 11 - % de implementação do Plano Anual de Tiro | 31-12-20 | 75% | 80% | DSOI 01 Ind 01 | | <p>A Divisão de Segurança, Operações e Informações elabora Plano Anual de Tiro (PAT) para o sistema prisional, que apresenta após realização de reunião de preparação com os formadores de tiro, para despacho superior até 01-março-2020, que envia aos estabelecimentos prisionais até 15-março-2020, acompanhado de formulário para registo da execução do Plano.</p> <p>A DES elabora proposta de distribuição aos estabelecimentos prisionais das munições para o PAT, contemplando um aumento a utilizar por cada atirador, que apresenta para aprovação superior até 01-março-2020, remetendo a mesma, acompanhada da devida informação para despacho, à DPO.</p> <p>Os estabelecimentos prisionais executam o Plano Anual de Tiro até 31-dezembro-2020, remetendo preenchido à DSOI e à DPO o formulário demonstrativo de resultados até 15-janeiro-2021.</p> <p>A DSOI elabora relatório final demonstrativo da concretização do Plano Anual de Tiro, evidenciando a % de execução do PAT por estabelecimento prisional, que remete, acompanhado da devida informação para despacho superior, à DPO até 31-janeiro-2021.</p> |

¹ Dada a situação de exceção e constrangimento decorrentes da pandemia de covid 19, restringiram-se metas, em 2020, num objetivo que se pretende de crescente impacto.

| Objetivos | Indicadores | Meta | | | Partilha | QUAR | Detalhes |
|--|---|----------|-------|-----------|----------------------|------|---|
| | | Data | Valor | Superação | | | |
| EP.11 Promover o reforço de condições de segurança em meio prisional, aumentando o controlo sobre a circulação de substâncias e bens ilícitos nos estabelecimentos prisionais | Ind 12 - % de espaços de alojamento prisional abrangidos por buscas | 31-12-20 | 83% | 90% | DSOI 02 Ind 02 | | <p>Para efeitos de avaliação do indicador, contabilizam-se todas as intervenções de buscas planeadas realizadas em 2020, excluindo-se as intervenções do GISP e GOC e excluindo-se a busca geral anual obrigatória, considerando-se intervenções de busca com incidência grupal ou individual.</p> <p>Cada EP remete à DSOI e à DPO:</p> <ul style="list-style-type: none"> - em formulário de registo próprio (assegurado pela DSOI), até 31-dezembro-2020, registos das buscas realizadas; - até 15-janeiro-2021, breve relatório demonstrativo do nº de intervenções realizadas, nº e % de espaços de alojamento abrangidos (tendo por referência o total de espaços de alojamento) e nº de reclusos abrangidos. <p>A DSOI elabora breve relatório nacional de validação de resultados, contendo dados por estabelecimento prisional, do indicador e remete-o, acompanhado da devida informação para despacho, à DPO até 31-janeiro-2021.</p> <p>Considera-se excluído deste indicador o Hospital Prisional S. João de Deus.</p> |

| Objetivos para Estabelecimentos Prisionais Específicos | | | | | | | |
|--|---|----------|--------------------------------|-----------|-----------------------|------|---|
| Objetivos | Indicadores | Meta | | | Partilha | QUAR | Detalhes |
| | | Data | Valor | Superação | | | |
| EP.12 Padronizar critérios de avaliação de reclusos propostos para colocação em regime de segurança | Linhó • Monsanto • Paços de Ferreira • Santa Cruz do Bispo Feminino | | | | | | |
| | Ind 13 - Modelo de avaliação único de reclusos propostos para regime de segurança elaborado | 31-12-20 | 1 modelo avaliação padronizado | 30-11-20 | DGPP 06 Ind 06 (DGTP) | | A DGPP, em articulação com os EP de Linhó, Monsanto, Paços Ferreira e Santa Cruz do Bispo Feminino, e com a colaboração da DGTP; elabora um modelo único de avaliação dos reclusos colocados em regime de segurança que integre os pareceres a que alude o art.º 219º do RGEF, bem como a informação, parecer e despacho superior, produzidos nos serviços centrais. A DGPP remete à DPO o modelo elaborado, acompanhado da respetiva informação para despacho superior, demonstrativo do cumprimento do indicador até 31-dezembro-2020. |
| EP.13 Reforçar a prevenção da reincidência e condições de integração social dos jovens reclusos através da promoção de percursos educativos ¹ | Leiria Jovens | | | | | | |
| | Ind 14 - % de jovens reclusos com ocupação estruturada e educativa do tempo, incluindo atividades formativas, laborais e artísticas | 31-12-20 | 75% | 80% | | | Por o EP Leiria Jovens ter vocação especial para a população reclusa jovem, é-lhe definido objetivo específico focado na ocupação estruturada, com fins educativos, do tempo dos jovens reclusos, enquanto fator associado à prevenção da reincidência no crime. Inclui-se no conceito de ocupação estruturada do tempo a ocupação integral de horário em atividades escolares-formativas e/ou trabalho e integração em projetos artísticos-inclusivos, neste último caso com incidência em períodos de ocupação a tempo integral. O EP Leiria Jovens elabora relatório comprovativo do cumprimento do indicador, evidenciando a % de jovens reclusos com ocupação estruturada do tempo no quadro do conceito definido – um jovem recluso é apenas contabilizado uma única vez – a 31-dezembro-2020, e as atividades desenvolvidas, e remete-o à DPO acompanhado de informação para despacho superior, até 15-janeiro-2021. |

¹ O EP Leiria Jovens fica excluído dos objetivos relativos a ocupação laboral e abandono escolar.

| Colaboração em objetivos de outras unidades orgânicas ⁽¹⁾ | | | |
|--|---|---|--|
| Unidade Orgânica | Objetivos | Indicadores | Colaboração dos EP |
| Centro de Competências de Gestão de Cuidados de Saúde | CCGCS.01 Reforçar o cumprimento da aplicação dos procedimentos de rastreio da tuberculose definidos no Protocolo para a Definição dos Procedimentos de Detecção e Prevenção da Tuberculose nos estabelecimentos prisionais | Ind 01 – % de conformidade dos procedimentos realizados nos estabelecimentos prisionais no âmbito da deteção e prevenção da tuberculose | O CCGCS envia aos estabelecimentos prisionais formulário sobre a aplicação dos procedimentos de rastreio de tuberculose (grelha de avaliação da conformidade) até 31-julho-2020. Cada estabelecimento prisional envia o formulário preenchido ao CCGCS até 31-dezembro-2020. Considera-se excluído deste indicador o Hospital Prisional de S. João de Deus. |
| | CCGCS.02 Avaliar práticas de prevenção da infeção, através da verificação dos procedimentos de desinfeção e esterilização nos serviços clínicos dos estabelecimentos prisionais | Ind 02 – Nº de estabelecimentos prisionais observados (visitas de observação efetuadas) | EP a definir prestam a colaboração que lhes for solicitada pelo CCGCS no âmbito em causa. |
| | CCGCS.03 Assegurar a recolha e o tratamento de dados de saúde nas áreas relativas às doenças infecciosas (hepatites, HIV e tuberculose) | Ind 03 - Relatório estatístico sobre doenças infecciosas (hepatites, HIV e tuberculose) | Os estabelecimentos prisionais remetem ao CCGCS os ficheiros de monitorização relativos às doenças infecciosas de acordo com a periodicidade em vigor. |
| Centro de Competências de Dinamização das Atividades Económicas e Laborais | CCDAEL.01 Dinamizar o processo de conformação da padaria do Estabelecimento Prisional do Porto aos requisitos legais em matéria de segurança alimentar e segurança no trabalho | Ind 02 - Nº ações de formação sobre segurança alimentar e segurança e saúde no trabalho dirigidas à atividade de panificação | O CCDAEL assegura a realização de 2 ações de formação, devendo o Estabelecimento Prisional do Porto colaborar no apoio logístico necessário à realização das ações (presenciais ou através de meios telemáticos). |
| | CCDAEL.04 Identificar necessidades de técnicos para dinamização das explorações económicas dos estabelecimentos prisionais, visando o respetivo recrutamento | Ind 05 - Levantamento da necessidade de técnicos que executem as funções dos antigos mestres nas explorações económicas dos estabelecimentos prisionais | O CCDAEL elabora levantamento da necessidade de técnicos que executem as funções dos antigos mestres nas explorações económicas dos estabelecimentos prisionais, que envia à DPO, acompanhado da respetiva informação para despacho superior, até 31-dezembro-2020. O trabalho a desenvolver inclui confirmação junto dos EP dos dados reportados em 2019 e consensualização com os mesmos sobre necessidades efetivas. |
| Divisão de Equipamentos e Segurança | DES.01 Modernizar e expandir os sistemas de videovigilância | Ind 01 - Nº de estabelecimentos prisionais modernizados com equipamento de videovigilância | EP a definir prestam a colaboração que lhes for solicitada pela DES no âmbito em causa. |
| | DES.02 Melhorar os pontos de controlo de passagem de forma a evitar a entrada de objetos ilícitos ou proibidos | Ind 02 - Nº de estabelecimentos prisionais com novos pórticos detetores de metais | EP a definir prestam a colaboração que lhes for solicitada pela DES no âmbito em causa. |
| | DES.04 Inspeccionar armeiros existentes nos estabelecimentos prisionais | Ind 04 - Nº de armeiros inspeccionados | EP a definir prestam a colaboração que lhes for solicitada pela DES no âmbito em causa. |

| Colaboração em objetivos de outras unidades orgânicas ⁽¹⁾ | | | |
|---|--|--|--|
| Unidade Orgânica | Objetivos | Indicadores | Colaboração dos EP |
| Direção de Serviços de Execução de Penas e Medidas na Comunidade Divisão de Gestão da População Prisional Divisão de Gestão do Tratamento Prisional Divisão de Coordenação de Atividades de Tratamento Prisional | DGPP.02 - Verificar a existência de favorecimento de afetação e/ou transferência de reclusos, através de amostra aleatória Plano de Prevenção da Corrupção - Medida 8 | Ind 02 – Estudo de conformidade sobre existência de favorecimento de afetação e/ou transferência de reclusos | Colaboração dos EP a designar, por solicitação da DGPP. |
| | DGPP.05 DGTP.04 Consolidar a aplicação de modelo para decisão de afetação/transferência de reclusos | Ind 05 - Modelo para decisão de afetação/transferência revisto para aplicação generalizada | Trata-se, com base em dados avaliativos da aplicação experimental efetuada em 5 estabelecimentos prisionais, de elaborar modelo para decisão de afetação/transferência revisto em condições de aplicação generalizada, divulgando-o junto dos estabelecimentos prisionais, recorrendo a DGTP e a DGPP à colaboração de EP a indicar. |
| | DGPP.07 Assegurar a revisão da lotação dos estabelecimentos prisionais | Ind 07 - Nº de estabelecimentos prisionais com revisão da lotação | Colaboração dos EP a designar, por solicitação da DGPP. |
| | DCATP.02 Avaliar o programa de voluntariado em meio prisional | Ind 02 - Estudo/diagnóstico sobre a execução do programa de voluntariado em meio prisional | Colaboração dos EP, por solicitação da DCATP. |
| | DCATP.03 Reforçar e qualificar a intervenção de âmbito sociocultural e desportivo no quadro do tratamento prisional | Ind 03 - Nº de atividades socioculturais e desportivas, de âmbito nacional ou regional, realizadas | Colaboração dos EP, por solicitação da DCATP. |
| Direção de Serviços de Assessoria Técnica e de Execução de Penas na Comunidade Direção de Serviços de Vigilância Eletrónica | DSATEPC.03 DSVE.01 Contribuir para o aumento de decisões de flexibilização da pena de prisão | Ind 03 - Orientações técnicas internas para a promoção de propostas de flexibilização da pena de prisão elaboradas | Colaboração dos EP a designar, por solicitação da DSATEPC e da DSVE, na elaboração de orientações a produzir em conformidade com o despacho do Sr. Diretor-Geral, de 02-janeiro-2020, sobre o relatório do grupo de trabalho sobre medidas de flexibilização na execução de penas e medidas privativas de liberdade. |
| Divisão de Infraestruturas e Equipamentos | DIE.05 Reforçar condições de segurança dos estabelecimentos | Ind 07 - Nº de novas portarias e/ou redes perimétricas instaladas | Os estabelecimentos prisionais colaboram com a DIE, por solicitação desta, na instalação de novas portarias e/ou redes perimétricas. |

(1) Objetivos de outras unidades orgânicas para cuja concretização é necessária a colaboração dos EP, mas que não constituem objetivos próprios.

2.1.10

Delegações Regionais de Reinserção

| Objetivos das Delegações Regionais de Reinserção | | | | | | | |
|--|---|----------|---|--|---|-------------------|---|
| Objetivos | Indicadores | Meta | | | Partilha | QUAR | Detalhes |
| | | Data | Valor | Superação | | | |
| DRR.01 Reorganizar a rede de equipas de reinserção social, otimizando recursos e qualificando respostas em função das necessidades de intervenção dos cidadãos em cumprimento de penas e medidas | Ind 01 - Matriz territorial de equipas de reinserção social por comarcas atualizada em função da atual organização do sistema judiciário | 31-12-20 | Estudo de reorganização da rede de ERS em função da atual organização do sistema judiciário | 30-11-20 | DSATEPC 01 Ind 01 DSJJ 07 Ind 08 | QUAR 10 Ind 11 | As DRR, a DSATEPC e a DSJJ e as remetem o estudo, elaborado no âmbito de grupo de trabalho superiormente criado para o efeito, à DPO, acompanhado de informação para despacho superior, até 31-dezembro-2020. |
| DRR.02 Promover a aplicação de programas e respostas estruturadas dirigidos a necessidades criminosas específicas, no âmbito da execução de medidas na comunidade | Ind 02 - Nº de ofensores que iniciaram programas ou respostas estruturadas dirigidos a necessidades criminosas específicas de execução na comunidade ¹ | 31-12-20 | 1.605 DRRN 438 DRRC 308 DRRSI 859 | 1.685 DRRN 460 DRRC 323 DRRSI 902 | DEPMC 03 Ind 03 CCGPP 01 Ind 02 | QUAR 07 Ind 08 | O indicador será contabilizado sobre as medidas iniciadas no ano de 2020, a partir da inserção no SIRS (que tem de ser assegurada pelas equipas de reinserção social conforme orientações em vigor). Com dados por delegação regional a 31-agosto-2020, a DEPMC e o CCGPP elaboram, em articulação com a DPO, breve relatório intercalar para avaliação do desempenho do indicador. As DRR fazem relatório analítico de resultados anuais e remetem à DEPMC e ao CCGPP até 15-janeiro-2021. A DEPMC elabora documento demonstrativo da concretização do indicador no âmbito das respostas de reinserção social e o CCGPP elabora relatório no âmbito dos programas, os quais enviam à DPO, acompanhado de informação para despacho superior, até 31-janeiro-2021. |
| DRR.03 Desenvolver programas em função de necessidades específicas dos ofensores condenados por criminalidade específica e a cumprir medidas de execução na comunidade | Ind 03 - % de arguidos/condenados em medidas de execução na comunidade por uma criminalidade específica caracterizados C. Missão 2020 | 30-09-20 | 90% | 100% | DEPMC 04 Ind 04 CCGPP 02 Ind 03 | QUAR 17 Ind 18 | A DEPMC e o CCGPP disponibilizam o protocolo de caracterização e a lista de medidas a caracterizar em cada DRR até 1 de junho. Monitorizam e reúnem evidências sobre os casos caracterizados e remetem à DPO informação demonstrativa da concretização do indicador em cada DRR até 15-outubro-2020. |

Nota: Na coluna Partilha referem-se os serviços envolvidos e, entre parêntesis, os serviços cuja colaboração é necessária para a concretização do indicador em causa.

¹ Estimou-se uma redução da meta em 25% face a resultados 2019, tendo por referência o abrandamento de pedidos dos tribunais no contexto do surto epidémico, contudo apenas a monitorização intercalar permitirá avaliar a evolução do desempenho do indicador.

| Objetivos | Indicadores | Meta | | | Partilha | QUAR | Detalhes |
|--|---|----------|-------|-----------|----------|------|---|
| | | Data | Valor | Superação | | | |
| DRR.04 Assegurar o cumprimento dos prazos legais no âmbito do apoio à execução de medidas probatórias | Ind 04 - % de planos de reinserção social (PRS) elaborados no prazo legal | 31-12-20 | 50% | 60% | (DEPMC) | | <p>A % de PRS elaborados reporta-se ao período compreendido entre 01-junho a e 31-dezembro-2020, para pedidos entrados até 31-outubro-2020. Os dados são obtidos com base nos relatórios do SIRS aferidos pelas DRR.</p> <p>A 31-agosto-2020 será efetuada recolha de dados coordenada pela DEPMC, para monitorização intercalar.</p> <p>As DRR elaboram relatório com dados demonstrativos da concretização do indicador por equipa de reinserção social, que remetem à DPO, acompanhado de informação para despacho superior, até 15-janeiro-2021.</p> |
| | Ind 05 - % de redução de planos de reinserção social (PRS) com pendência superior a 60 dias | 31-12-20 | 10% | 30% | (DEPMC) | | <p>A contabilização da % de redução de PRS pendentes é aferida em função dos PRS com elaboração pendente superior a 60 dias, no período 01-junho a 31-dezembro-2020 para pedidos entrados até 31-outubro-2020.</p> <p>Os dados são obtidos com base nos relatórios do SIRS aferidos pelas DRR.</p> <p>A 31-agosto-2020 será efetuada recolha de dados coordenada pela DEPMC, para monitorização intercalar.</p> <p>As Delegações Regionais elaboram relatório com dados demonstrativos da concretização do indicador por equipa de reinserção social, que remetem à DPO, acompanhado de informação para despacho superior, até 15-janeiro-2021.</p> |
| DRR.05 Desenvolver/consolidar práticas de gestão de caso na execução de penas e medidas na comunidade | Ind 06 - % de equipas de reinserção social envolvidas na aplicação de práticas do manual de gestão caso | 31-12-20 | 80% | 90% | (DEPMC) | | <p>Cada NAT deve promover sessões, com o apoio da DEPMC, visando formação em exercício - planeamento e aplicação - de práticas do manual de gestão de caso, em medidas probatórias em execução.</p> <p>Os resultados serão aferidos por relatório a elaborar pelos NAT, discriminando as equipas de reinserção social que foram abrangidas pelas sessões, demonstrando as práticas efetivadas. Estão excecionadas as equipas de competência específica na assessoria técnica, trabalho comunitário e tutelar educativo.</p> <p>Cada DRR elabora relatório demonstrativo da concretização do indicador, que envia à DPO - evidenciando a % de ERS envolvidas, nº de sessões realizadas, equipas participantes e principais temas e questões abordados -, acompanhado de informação para despacho superior, até 31-dezembro-2020.</p> |

| Objetivos | Indicadores | Meta | | | Partilha | QUAR | Detalhes |
|---|---|----------|---|---|----------------------|------|--|
| | | Data | Valor | Superação | | | |
| DRR.06 Assegurar o cumprimento dos prazos legais no âmbito do apoio à tomada de decisão judicial em processos tutelares educativos | Ind 07 - % de respostas no prazo legal a solicitações judiciais relativas a processos tutelares educativos na fase de inquérito | 31-12-20 | 64% DRRN 70% DRRC 66% DRRSI 60% | 70% DRRN 78% DRRC 74% DRRSI 68% | DSJJ 02 Ind 03 | | <p>A % de respostas obtida reporta-se ao período compreendido entre 01-junho e 31-dezembro-2020, para documentos entrados até 31-outubro-2020. Os prazos legais são os previstos na LTE: informação social - 15 dias (artº 71º, nº 3); relatório social - 30 dias (artº 71º, nº.4); relatório social com avaliação psicológica e perícia sobre a personalidade – 2 meses (artº 68º, nº 1). Os dados são obtidos pela DSJJ, com base nos relatórios do SIRS e enviados às DRR.</p> <p>Será efetuada pela DSJJ:</p> <ul style="list-style-type: none"> - a 30-junho-2020, primeira recolha de dados a enviar às DRR, para deteção de possíveis discrepâncias; - a 31-agosto-2020, segunda recolha de dados, destinados a monitorização da evolução do desempenho do indicador; - a 31-outubro-2020, terceira recolha de dados a enviar às DRR. <p>As Delegações Regionais elaboram relatório com dados demonstrativos da concretização do indicador por Equipa de Reinserção Social, incluindo o recurso ao relatório social simplificado e seu impacto nos resultados, que remetem à DSJJ e à DPO, acompanhado da respetiva informação para despacho, até 15-janeiro-2021.</p> <p>A DSJJ elabora relatório nacional, com dados por delegação regional de reinserção e equipa de reinserção social, que remete à DPO, acompanhado da respetiva informação para despacho superior, até 31-janeiro-2021</p> |
| DRR.07 Consolidar o modelo de gestão de caso na intervenção tutelar educativa | Ind 08 - % de PEP em conformidade com o YLS/CMI, de entre os supervisionados | 31-12-20 | 85% | 95% | DSJJ 04 Ind 05 | | <p>As ERS asseguram a conformidade entre a avaliação YLS, o Plano de Gestão de Caso/CMI e o PEP, com base na grelha de conformidade disponibilizada pela DSJJ. As ERS enviam toda a documentação aos NAT e à DSJJ por e-mail, aquando do envio do PEP ao tribunal (PEP elaborados ao longo de todo o ano de 2020).</p> <p>Os NAT avaliam a conformidade dos PEP das equipas de reinserção social.</p> <p>Base de incidência: pedidos de elaboração de PEP recebidos entre 1-junho e 30-novembro-2020 e elaborados até 31-dezembro-2020.</p> <p>A DSJJ elabora breve relatório intercalar com dados a 31-agosto para avaliação da evolução do desempenho do indicador.</p> <p>A DSJJ elabora relatório final demonstrativo do cumprimento do indicador, contendo a % de PEP supervisionados com conformidade, com dados por ERS, e remete-o à DPO acompanhado da respetiva informação para despacho superior, até 31-janeiro-2021.</p> |

| Colaboração em objetivos de outras unidades orgânicas ⁽¹⁾ | | | |
|--|--|--|---|
| Unidade Orgânica | Objetivos | Indicadores | Colaboração das DRR |
| Direção de Serviços de Assessoria Técnica e de Execução de Penas na Comunidade | DSATEPC.05 Promover a conformidade da elaboração de documentos de assessoria técnica aos tribunais com as orientações técnicas em vigor | Ind 06 - Nº de sessões formativas nos NAT para preparação da avaliação da conformidade das práticas profissionais com as orientações técnicas em vigor | Pretende-se criar condições para a avaliação da conformidade, pelos NAT, e a nível nacional, das práticas dos técnicos das equipas de reinserção social com as orientações técnicas constantes dos manuais de procedimentos em vigor no âmbito da assessoria técnica aos tribunais na fase pré-sentencial. OS NAT são os destinatários das sessões e devem colaborar na sua organização. |
| Direção de Serviços de Assessoria Técnica e de Execução de Penas na Comunidade Divisão de Execução de Penas e Medidas na Comunidade | DEPMC.01 Promover a articulação com as estruturas de saúde na execução de penas e medidas na comunidade | Ind 01 - Orientações técnicas para a articulação com as estruturas de saúde na execução de penas e medidas na comunidade concebidas | Colaboração na elaboração, com base nos resultados do levantamento elaborado em 2019, de orientações técnicas para a articulação com as estruturas de saúde na execução de penas e medidas na comunidade por solicitação da DEPMC. |
| | DEPMC.05 Promover boas práticas de articulação com as entidades beneficiárias de trabalho | Ind 05 - Guia de boas práticas | As DRR colaboram na elaboração de guia de práticas de articulação com as entidades beneficiárias de trabalho por solicitação da DEPMC. |
| Direção de Serviços de Justiça Juvenil | DSJJ.01 Assegurar a recolha de dados regulares sobre reincidência e ajustamento social dos jovens ofensores alvo da intervenção do sistema de justiça | Ind 01 - Estudo da reincidência de jovens ofensores alvo da intervenção da DGRSP, em <i>follow-up</i> a 24 meses (todas as medidas, incluindo suspensão do processo) e ajustamento social no âmbito de acompanhamento educativo e internamento | A recolha de dados insere-se na obrigação prevista no artº 225º da LTE. A DSJJ envia aos CE e às ERS, até 30-abril-2020, a listagem dos jovens e um guião de procedimentos para a recolha de dados relativos ao ajustamento social/reincidência das medidas de internamento e de acompanhamento educativo. Os centros educativos elaboram um relatório das avaliações de <i>follow-up</i> até 31-dezembro-2020, com recolha de dados a 12 e 24 meses após o termo das medidas de internamento. As equipas de reinserção social colaboram na verificação dos dados obtidos pela DSJJ em 20% dos casos relativamente às medidas de acompanhamento educativo. A DSJJ elabora relatório/estudo de âmbito nacional, evidenciando dados estatísticos sobre a reincidência e ajustamento social dos jovens, que remete à DPO, acompanhado da respetiva informação para despacho superior, até 31-janeiro-2021. |
| | DSJJ.05 Assegurar a implementação da supervisão intensiva e funcionamento das casas de autonomia | Ind 06 - Relatório final avaliativo da supervisão intensiva em meio natural de vida/casa de autonomia | Trata-se de assegurar o acompanhamento da implementação da supervisão intensiva em meio natural de vida e em casa de autonomia. A DSJJ elabora relatório avaliativo final demonstrativo do cumprimento do indicador. |
| Direção de Serviços de Assessoria Técnica e de Execução de Penas na Comunidade Direção de Serviços de Justiça Juvenil | DSATEPC.02 DSJJ.08 Promover a desmaterialização de <i>dossiers</i> dos processos penais e tutelares educativos das equipas de reinserção social, contribuindo para a redução do consumo de papel | Ind 02 - Modelo de desmaterialização de <i>dossiers</i> dos processos penais e tutelares educativos das equipas de reinserção social elaborado | Colaboração na elaboração de modelo de desmaterialização de <i>dossiers</i> dos processos penais e tutelares educativos das equipas de reinserção social por solicitação da DSATEPC e da DSJJ. |

| Colaboração em objetivos de outras unidades orgânicas ⁽¹⁾ | | | |
|--|--|--|--|
| Unidade Orgânica | Objetivos | Indicadores | Colaboração das DRR |
| Direção de Serviços de Assessoria Técnica e de Execução de Penas na Comunidade Direção de Serviços de Vigilância Eletrônica | DSATEPC.03 DSVE.01 Contribuir para o aumento de decisões de flexibilização da pena de prisão | Ind 03 - Orientações técnicas internas para a promoção de propostas de flexibilização da pena de prisão elaboradas | Colaboração, por solicitação da DSATEPC e da DSVE, na elaboração de orientações a produzir em conformidade com o despacho do Sr. Diretor-Geral, de 02-janeiro-2020, sobre o relatório do grupo de trabalho sobre medidas de flexibilização na execução de penas e medidas privativas de liberdade. |
| Divisão de Infraestruturas e Equipamentos | DIE.03 Qualificar condições de funcionamento das equipas de reinserção social e de atendimento aos cidadãos alvo de processos judiciais | Ind 04- Levantamento das necessidades de reinstalação ou beneficiação das equipas de reinserção social/equipas de vigilância eletrônica em função de modelo tipo de instalações superiormente aprovado | As DRR colaboram no levantamento das necessidades de reinstalação ou beneficiação das equipas de reinserção social/equipas de vigilância eletrônica por solicitação da DIE: |
| | | Ind 05 - Nº de equipas de reinserção social/equipas de vigilância eletrônica alvo de reinstalação ou beneficiação de espaços | As DRR colaboram no processo de reinstalação ou beneficiação das equipas de reinserção social/equipas de vigilância eletrônica por solicitação da DIE: |

(1)Objetivos de outras unidades orgânicas para cuja concretização é necessária a colaboração das DRR, mas que não constituem objetivos próprios.

Objetivos das Equipas de Reinserção Social

| Objetivos | Indicadores | Meta | | | Partilha | QUAR | Detalhes |
|---|--|----------|-------|-----------|--|------|--|
| | | Data | Valor | Superação | | | |
| ERS.01 Desenvolver programas em função de necessidades específicas dos ofensores condenados por criminalidade específica e a cumprir medidas de execução na comunidade (DRR.03) | Ind 01 - % de arguidos/condenados em medidas de execução na comunidade por uma criminalidade específica caracterizados C. Missão 2020 | 30-09-20 | 90% | 100% | DEPMC 04 Ind 04 CCGPP 02 Ind 03 | | A DEPMC e o CCGPP disponibilizam o protocolo de caracterização e a lista de medidas a caracterizar em cada DRR até 1 de junho. Monitorizam e reúnem evidências sobre os casos caracterizados e remetem à DPO informação demonstrativa da concretização do indicador em cada DRR até 15-outubro-2020. |
| ERS.02 Assegurar o cumprimento dos prazos legais no âmbito do apoio à execução de medidas probatórias (DRR.04) | Ind 02 - % de planos de reinserção social (PRS) elaborados no prazo legal | 31-12-20 | 50% | 60% | (DEPMC) | | A % de PRS elaborados reporta-se ao período compreendido entre 01-junho a 31-dezembro-2020, para pedidos entrados até 31-outubro-2020. Os dados são obtidos com base nos relatórios do SIRS aferidos pelas DRR. A 31-agosto-2020 será efetuada recolha de dados coordenada pela DEPMC, para monitorização intercalar. As DRR elaboram relatório com dados demonstrativos da concretização do indicador por equipa de reinserção social, que remetem à DPO, acompanhado de informação para despacho superior, até 15-janeiro-2021. |
| | Ind 03 – % de redução de planos de reinserção social (PRS) com pendência superior a 60 dias | 31-12-20 | 10% | 30% | (DEPMC) | | A contabilização da % de redução de PRS pendentes é aferida em função dos PRS com elaboração pendente superior a 60 dias, no período 01-junho a 31-dezembro-2020 para pedidos entrados até 31-outubro-2020. Os dados são obtidos com base nos relatórios do SIRS aferidos pelas DRR. A 31-agosto-2020 será efetuada recolha de dados coordenada pela DEPMC, para monitorização intercalar. As Delegações Regionais elaboram relatório com dados demonstrativos da concretização do indicador por equipa de reinserção social, que remetem à DPO, acompanhado de informação para despacho superior, até 15-janeiro-2021. |

Nota: Na coluna Partilha referem-se os serviços envolvidos e, entre parêntesis, os serviços cuja colaboração é necessária para a concretização do indicador em causa.

| Objetivos | Indicadores | Meta | | | Partilha | QUAR | Detalhes |
|---|---|----------|--|--|-------------------|------|--|
| | | Data | Valor | Superação | | | |
| ERS.03 Assegurar o cumprimento dos prazos legais no âmbito do apoio à tomada de decisão judicial em processos tutelares educativos (DRR.06) | Ind 04 - % de respostas no prazo legal a solicitações judiciais relativas a processos tutelares educativos na fase de inquérito | 31-12-20 | 64% DRRN 70% DRRC 66% DRRSI 60% | 70% DRRN 78% DRRC 74% DRRSI 68% | DSJJ 02 Ind 03 | | <p>A % de respostas obtida reporta-se ao período compreendido entre 01-junho e 31-dezembro-2020, para documentos entrados até 31-outubro-2020. Os prazos legais são os previstos na LTE: informação social - 15 dias (artº 71º, nº 3); relatório social - 30 dias (artº 71º, nº.4); relatório social com avaliação psicológica e perícia sobre a personalidade – 2 meses (artº 68º, nº 1). Os dados são obtidos pela DSJJ, com base nos relatórios do SIRS e enviados às DRR.</p> <p>Será efetuada pela DSJJ:</p> <ul style="list-style-type: none"> - a 30-junho-2020, primeira recolha de dados a enviar às DRR, para deteção de possíveis discrepâncias; - a 31-agosto-2020, segunda recolha de dados, destinados a monitorização da evolução do desempenho do indicador; - a 31-outubro-2020, terceira recolha de dados a enviar às DRR. <p>As Delegações Regionais elaboram relatório com dados demonstrativos da concretização do indicador por Equipa de Reinserção Social, incluindo o recurso ao relatório social simplificado e seu impacto nos resultados, que remetem à DSJJ e à DPO, acompanhado da respetiva informação para despacho, até 15-janeiro-2021.</p> <p>A DSJJ elabora relatório nacional, com dados por delegação regional de reinserção e equipa de reinserção social, que remete à DPO, acompanhado da respetiva informação para despacho superior, até 31-janeiro-2021</p> |
| ERS.04 Consolidar o modelo de gestão de caso na intervenção tutelar educativa (DRR.07) | Ind 05 - % de PEP em conformidade com o YLS/CMI, de entre os supervisionados | 31-12-20 | 85% | 95% | DSJJ 04 Ind 05 | | <p>As ERS asseguram a conformidade entre a avaliação YLS, o Plano de Gestão de Caso/CMI e o PEP, com base na grelha de conformidade disponibilizada pela DSJJ.</p> <p>As ERS enviam toda a documentação aos NAT e à DSJJ por e-mail, aquando do envio do PEP ao tribunal (PEP elaborados ao longo de todo o ano de 2020).</p> <p>Os NAT avaliam a conformidade dos PEP das equipas de reinserção social.</p> <p>Base de incidência: pedidos de elaboração de PEP recebidos entre 1-junho e 30-novembro-2020 e elaborados até 31-dezembro-2020.</p> <p>A DSJJ elabora breve relatório intercalar com dados a 31-agosto para avaliação da evolução do desempenho do indicador.</p> <p>A DSJJ elabora relatório final demonstrativo do cumprimento do indicador, contendo a % de PEP supervisionados com conformidade, com dados por ERS, e remete-o à DPO acompanhado da respetiva informação para despacho superior, até 31-janeiro-2021.</p> |

2.1.11

Centros Educativos

| Objetivos dos Centros Educativos | | | | | | | |
|--|--|----------|--------------------------|--------------------------|-------------------|------|---|
| Objetivos | Indicadores | Meta | | | Partilha | QUAR | Detalhes |
| | | Data | Valor | Superação | | | |
| CE.01 Consolidar a implementação do modelo de gestão de caso | Ind 01 - % de conformidade entre YLS/CMI/PEP de todos os casos | 31-12-20 | 75% dos PEP elaborados | 90% dos PEP elaborados | DSJJ 04 Ind 05 | | Os CE asseguram a conformidade entre a avaliação YLS, o plano de gestão de caso CMI e o projeto educativo pessoal, com base na grelha de conformidade disponibilizada pela DSJJ e enviam toda a documentação à DSJJ por email, aquando do envio do PEP ao tribunal. Base de incidência: pedidos de elaboração de PEP concluídos até 31-dezembro-2020. Base de incidência: pedidos de elaboração de PEP recebidos entre 1-junho e 30-novembro-2020 e elaborados até 31-dezembro-2020. A DSJJ elabora relatório intercalar com dados a 31-agosto para avaliação da evolução do desempenho do indicador, que remete à DPO. A DSJJ elabora relatório final demonstrativo do cumprimento do indicador, com dados por centro educativo, e remete-o à DPO acompanhado da respetiva informação para despacho superior, até 31-janeiro - 2021. |
| CE.02 Assegurar o estudo do ajustamento social dos jovens que cessaram a medida de internamento e promover a sua integração socioeducativa/ formativa/ laboral | Ind 02 - % de integração efetiva (atividades socioeducativas estruturadas ou no sistema educativo/profissional/estágio) dos jovens que cessam a medida tutelar educativa de internamento | 31-12-20 | 60% de jovens integrados | 65% de jovens integrados | DSJJ 01 Ind 02 | | Para aferir os resultados dos centros educativos, a monitorização é assegurada pela DSJJ através da informação constante dos relatórios finais de execução das medidas de internamento, no período compreendido entre 1-janeiro-2020 e 31-dezembro-2020. A DSJJ elabora relatório intercalar com dados a 31-agosto para avaliação do desempenho do indicador. A DSJJ elabora relatório final de âmbito nacional, o qual deve apresentar o cálculo e resultado por CE, e remete-o à DPO, acompanhado da respetiva informação para despacho superior, até 31-janeiro-2021. |
| CE.03 Implementar o novo Regulamento Interno dos centros educativos | Ind 03 - % de conformidade do funcionamento do centro educativo com o Regulamento Interno | 31-12-20 | 50% conformidade | 60% conformidade | (DSJJ) | | A DSJJ divulga até 01-junho-2020 a grelha de monitorização. A DSJJ elabora relatório intercalar com dados a 31-agosto para avaliação do desempenho do indicador. A DSJJ elabora relatório final, com dados por CE demonstrativos do grau de conformidade, o qual remete à DPO, acompanhado da respetiva informação para despacho superior, até 31-dezembro-2020. |

Nota: na coluna Partilha referem-se os serviços envolvidos e, entre parêntesis, os serviços cuja colaboração é necessária para a concretização do indicador em causa.

| Objetivos | Indicadores | Meta | | | Partilha | QUAR | Detalhes |
|---|--|----------|--|--|---------------------|------|---|
| | | Data | Valor | Superação | | | |
| CE.04 Promover a supervisão intensiva em articulação com as equipas de reinserção social | Ind 04 – Nº de jovens propostos para período de supervisão intensiva | 31-12-20 | 2 jovens propostos para colocação em supervisão intensiva por CE | 1 jovem colocado em supervisão intensiva ao longo de 2020 por CE | (DSJJ) (DRR-ERS) | | <p>Os CE, após a discussão de cada caso em Conselho Pedagógico, no máximo até meio da medida (para medidas de internamento com mais de 1 ano), com uma análise fundamentada, sinaliza o caso à DSJJ, através de extrato da ata de CP onde constem os pontos essenciais para a eventual proposta de supervisão intensiva, após 1-março-2020.</p> <p>A DSJJ elabora relatório intercalar com dados a 31-agosto para avaliação do desempenho do indicador.</p> <p>Cada CE supera se, efetivamente, for colocado, ao longo de 2020, pelo menos 1 jovem em supervisão intensiva.</p> <p>A DSJJ elabora relatório final demonstrativo do cumprimento do indicador, com dados por centro educativo, e remete-o à DPO acompanhado da respetiva informação para despacho superior, até 31-dezembro-2020.</p> |
| CE.05 Implementar estratégia preventiva da reincidência com participação de pessoas relevantes da comunidade | Ind 05 - Nº de sessões implementadas | 31-12-20 | 2 sessões | 4 sessões | (DSJJ) | | <p>Os CE apresentam à DSJJ propostas de sessões para validação que envolvem pessoas da comunidade (figuras públicas ou outras) que, com o seu exemplo, podem promover processos de desistência de comportamentos pro-criminais (por exemplo, pessoas da comunidade que se constituam como modelos de comportamento positivo, que tenham superado as suas dificuldades, motivadores de um comportamento pró-social e de superação).</p> <p>A DSJJ elabora relatório intercalar com dados a 31-agosto para avaliação do desempenho do indicador.</p> <p>A DSJJ elabora relatório final com dados por CE demonstrativos do cumprimento/superação do indicador, o qual remete à DPO, acompanhado da respetiva informação para despacho superior, até 31-dezembro-2020.</p> |

| Colaboração em objetivos de outras unidades orgânicas ⁽¹⁾ | | | |
|--|--|--|---|
| Unidade Orgânica | Objetivos | Indicadores | Colaboração dos CE |
| Direção de Serviços de Justiça Juvenil | DSJJ.01 Assegurar a recolha de dados regulares sobre reincidência e ajustamento social dos jovens ofensores alvo da intervenção do sistema de justiça | Ind 01 - Estudo da reincidência de jovens ofensores alvo da intervenção da DGRSP, em <i>follow-up</i> a 24 meses (todas as medidas, incluindo suspensão do processo) e ajustamento social no âmbito de acompanhamento educativo e internamento | A recolha de dados insere-se na obrigação prevista no artº 225º da LTE. A DSJJ envia aos CE e às ERS, até 30-abril-2020, a listagem dos jovens e um guião de procedimentos para a recolha de dados relativos ao ajustamento social/reincidência das medidas de internamento e de acompanhamento educativo. Os centros educativos elaboram um relatório das avaliações de <i>follow-up</i> até 31-dezembro-2020, com recolha de dados a 12 e 24 meses após o termo das medidas de internamento. As equipas de reinserção social colaboram na verificação dos dados obtidos pela DSJJ em 20% dos casos relativamente às medidas de acompanhamento educativo. A DSJJ elabora relatório/estudo de âmbito nacional, evidenciando dados estatísticos sobre a reincidência e ajustamento social dos jovens, que remete à DPO, acompanhado da respetiva informação para despacho superior, até 31-janeiro-2021. |
| | DSJJ.03 Implementar programas dirigidos a jovens com comportamentos violentos | Ind 04 – Manual experimental do programa | Os centros educativos colaboram, sob a orientação da DSJJ, nas atividades para aplicação experimental do programa dirigidos a jovens com comportamentos violentos |
| | DSJJ.05 Assegurar a implementação da supervisão intensiva e funcionamento das casas de autonomia | Ind 06 - Relatório final avaliativo da supervisão intensiva em meio natural de vida/casa de autonomia | Trata-se de assegurar o acompanhamento da implementação da supervisão intensiva em meio natural de vida e em casa de autonomia. A DSJJ elabora relatório avaliativo final demonstrativo do cumprimento do indicador. |
| | DSJJ.06 Atualizar a regulamentação do funcionamento dos centros educativos | Ind 07 - Proposta de novo Regulamento Geral e Disciplinar dos Centros Educativos (RGDCE) integrando contributos da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento dos Centros Educativos | A proposta de novo RGDCE encontra-se em análise no grupo de trabalho criado para a reflexão sobre a medida de internamento, com a participação das magistraturas. A partir desta análise, serão solicitados contributos aos CE. Com base na versão obtida, serão solicitados os contributos da CAFCE. A DSJJ elabora proposta final do RGDCE e remete-o à DPO, acompanhado da respetiva Informação para despacho superior, até 31-dezembro-2020. |

(1)Objetivos de outras unidades orgânicas para cuja concretização é necessária a colaboração dos CE, mas que não constituem objetivos próprios.

2.2 ÁREA INSTRUMENTAL

2.2.1 Serviços de Auditoria e Inspeção – Norte, Centro, Sul e Ilhas

| Objetivos dos Serviços de Auditoria e Inspeção | | | | | | |
|---|---|----------|---|--------------------------------------|----------|---|
| Objetivos | Indicadores | Meta | | | Partilha | QUAR |
| | | Data | Valor | Superação | | |
| SAI.01 Reforçar padrões de ética e de conduta dos profissionais da DGRSP Plano de Prevenção da Corrupção – Medida 58 | Ind 01 – Código de Ética e Conduta da DGRSP aprovado | 20-06-20 | 1 código de ética e conduta da DGRSP aprovado | 31-05-20 | | A delegação Sul e Ilhas do SAI apresenta para despacho superior Código de Ética e Conduta da DGRSP, elaborado no contexto de grupo de trabalho superiormente designado para o efeito. O SAI Sul remete o Código de Ética e Conduta da DGRSP aprovado à DPO, acompanhado de informação para despacho superior, até 15-abril-2020. |
| SAI.02 Proceder à revisão da proposta de regulamento interno do Serviço de Auditoria e Inspeção Plano de Prevenção da Corrupção – Medida 58 | Ind 02 – Proposta de regulamento interno do Serviço de Auditoria e Inspeção revista | 30-11-20 | 1 regulamento | 30-09-20 | | As delegações Norte, Centro e Sul e Ilhas do SAI procedem à revisão da proposta de regulamento interno do Serviço de Auditoria e Inspeção, a qual remetem à DPO, acompanhada de informação para despacho superior, até 30-novembro-2020. |
| SAI.03 Criar mecanismos de controlo interno e reforçar a qualidade na atividade de auditoria e inspeção Plano de Prevenção da Corrupção – Medida 59 | Ind 03 – Manual de auditoria dos serviços prisionais e de reinserção (manual técnico/ procedimentos internos dos SAI de suporte à realização de auditorias/inspeções) | 31-12-20 | 1 manual de auditoria | 30-11-20 | | As delegações Norte, Centro e Sul e Ilhas do SAI elaboram manual técnico/ procedimentos internos dos SAI de suporte à realização de auditorias/inspeções, que remetem à DPO, acompanhado de informação para despacho superior, até 31-dezembro-2020. |
| SAI.04 Promover a transparência e o reforço da garantia de direitos das pessoas sujeitas a intervenção do sistema de justiça ¹ | Ind 04 – Mecanismo de queixas e reclamações das pessoas sujeitas a intervenção do sistema de justiça implementado | 31-12-20 | 1 mecanismo de queixas e reclamações | 30-11-20 | | As delegações Norte, Centro e Sul e Ilhas do SAI elaboram mecanismo de queixas e reclamações das pessoas sujeitas a intervenção do sistema de justiça e implementam condições para o seu funcionamento, remetendo à DPO o documento de suporte ao funcionamento do mecanismo, acompanhado de informação para despacho superior, até 31-dezembro-2020. |
| SAI.05 Realizar ações inspetivas aos estabelecimentos prisionais | Ind 05 – Nº de estabelecimentos prisionais alvo de ação inspetiva surpresa ao funcionamento geral | 31-12-20 | Norte 2 Centro 2 Sul e Ilhas 2 | Norte 3 Centro 3 Sul e Ilhas 3 | | As delegações Norte, Centro e Sul e Ilhas do SAI remetem evidências sobre as ações inspetivas realizadas à DPO, acompanhadas de informação para despacho superior, até 31-dezembro-2020. |

Nota: Na coluna Partilha referem-se os serviços envolvidos e, entre parêntesis, os serviços cuja colaboração é necessária para a concretização do indicador em causa.

¹ Objetivo que contribui de forma transversal para os propósitos do Plano de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas da DGRSP.

| Objetivos | Indicadores | Meta | | | Partilha | QUAR | Detalhes |
|---|---|----------|---|---|--|-------------------------------|---|
| | | Data | Valor | Superação | | | |
| SAI.06 Realizar ações inspetivas aos centros educativos | Ind 06 – Nº de centros educativos alvo de ação inspetiva surpresa ao funcionamento geral | 30-11-20 | Norte 1 até 30-11-20 Centro 1 até 30-11-20 | Norte 1 até 30-09-20 Centro 1 até 30-09-20 | | | As delegações Norte, Centro e Sul e Ilhas do SAI remetem evidências sobre as ações inspetivas realizadas à DPO, acompanhadas de informação para despacho superior, respetivamente: - SAI Norte e SAI Centro, até 31-novembro-2020; - SAI Sul e Ilhas, até 31-dezembro-2020. |
| | | 31-12-20 | Sul e Ilhas 2 | Sul e Ilhas 3 | | | |
| SAI.07 Realizar ações inspetivas às equipas de reinserção social/vigilância eletrónica | Ind 07 – Nº de equipas de reinserção social/vigilância eletrónica alvo de ação inspetiva a tempos de resposta a tribunais, procedimentos e pendências | 31-12-20 | Norte 1 Centro 1 Sul e Ilhas 1 | Norte 2 Centro 2 Sul e Ilhas 2 | | | As delegações Norte, Centro e Sul e Ilhas do SAI remetem evidências sobre as ações inspetivas realizadas à DPO, acompanhadas de informação para despacho superior, até 31-dezembro-2020. |
| SAI.08 Modernizar e aumentar os meios de comunicação à distância entre reclusos e a sua rede familiar/social | Ind 08 – Nº de projetos piloto de teste de colocação de telefones fixos em celas implementados e avaliados | | 1 projeto piloto em EP | 2 projetos piloto em EP | DSOI 05 Ind 05 GTIC 01 Ind 01 | QUAR 03 Ind 03 | A implementação e avaliação do(s) projetos(s) piloto de teste de colocação de telefones fixos em celas Implementados e avaliados é assegurada por grupo de trabalho superiormente constituído para o efeito, integrado pelo GTIC, a DSS-DSOI e o SAI Sul e Ilhas, tendo como condição base de exequibilidade o estabelecimento de protocolo com empresa(s) para esta finalidade específica Como evidência do cumprimento do indicador, GTIC, DSS-DSOI e SAI Sul elaboram relatório descritivo e avaliativo, do qual deverá constar a) descrição do(s) projeto(s) piloto implementado(s); b) avaliação do(s) projeto(s) piloto implementado(s), incluindo identificação das condições necessárias - como condições técnicas para a abertura de procedimento concursal - ou de exequibilidade para a generalização da colocação de telefones fixos em celas em todo o sistema prisional, de forma planeada e progressiva; c) propostas de necessárias alterações legislativas (incluindo a derrogação parcial do regime '1 chamada/dia/5 minutos' e), nomeadamente as que possam decorrer das experiências piloto como condição para a sua generalização a todo o sistema prisional. SAI Sul, GTIC e DSS-DSOI e remetem o relatório elaborado à DPO, acompanhado de informação para despacho superior, até 31-dezembro-2020. |

| Colaboração em objetivos de outras unidades orgânicas ⁽¹⁾ | | | |
|--|--|---|---|
| Unidade Orgânica | Objetivos | Indicadores | Colaboração do SAI |
| Divisão de Planejamento e Organização | DPO.01 Assegurar a avaliação da implementação do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da DGRSP | Ind 01 - Relatório de avaliação da implementação do Plano de Prevenção da Corrupção | As unidades orgânicas responsáveis pela coordenação/supervisão de medidas preventivas contidas no Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da DGRSP prestam à DPO a informação solicitada para efeitos de monitorização/avaliação da implementação do Plano. |

(1) Objetivos de outras unidades orgânicas para cuja concretização é necessária a colaboração do SAI, mas que não constituem objetivos próprios.

Objetivos da Divisão de Gestão de Recursos Humanos

| Objetivos | Indicadores | Meta | | | Partilha | QUAR | Detalhes |
|---|--|----------|-----------------------------------|----------------------------------|----------|-------------------|---|
| | | Data | Valor | Superação | | | |
| DGRH.01 Promover modalidades de organização do trabalho que facilitem a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal | Ind 01 - % de trabalhadores beneficiários de horário flexível e/ou de escalas de rotatividade entre teletrabalho e trabalho presencial | 31-12-20 | 35 % | 40% | | QUAR 19 Ind 20 | Trata-se de objetivo obrigatório, na decorrência do contemplado na Lei do Orçamento de Estado para 2020, artigo 25º, nº 1, alínea a). Para o cálculo do indicador, estão excluídos os trabalhadores do Corpo da Guarda Prisional e os técnicos profissionais de reinserção social, grupos profissionais que, pela natureza das suas funções, apenas em situações excecionais poderão aceder a regimes flexíveis. A DGRH elabora relatório demonstrativo da percentagem de trabalhadores da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais beneficiários, em 31-dezembro-2020, de horário flexível e/ou de escalas de rotatividade entre teletrabalho e trabalho presencial. A DGRH remete o relatório elaborado, acompanhado da devida informação para despacho superior, à DPO até 15-janeiro-2021. |
| DGRH.02 Promover a salvaguarda do conflito de interesses nos processos de recrutamento e seleção de pessoal Plano de Prevenção da Corrupção - Medida 53 | Ind 02 - % de procedimentos concursais com declaração de inexistência de conflito de interesses integrada | 31-12-20 | 100% dos procedimentos concursais | 30-06-20 | | | A DGRH elabora relatório demonstrativo da concretização do indicador e envia-o à DPO, acompanhado da informação para despacho superior, até 31-dezembro-2020. |
| DGRH.03 Implementar procedimentos padronizados no âmbito do recrutamento e seleção de pessoal normas internas de procedimento Plano de Prevenção da Corrupção - Medida 54 | Ind 03 - % de procedimentos concursais com rotatividade dos júris de seleção | 31-12-20 | 60% dos procedimentos concursais | 80% dos procedimentos concursais | | | Pretende-se padronizar critérios no âmbito do recrutamento e seleção de pessoal, assegurando critérios objetivos e a fundamentação das decisões. A DGRH elabora relatório demonstrativo da concretização do indicador e envia-o à DPO, acompanhado da informação para despacho superior, até 31-dezembro-2020. |
| | Ind 04 - % de procedimentos concursais com anonimato da prova escrita | 31-12-20 | 60% dos procedimentos concursais | 80% dos procedimentos concursais | | | Pretende-se padronizar critérios no âmbito do recrutamento e seleção de pessoal, assegurando critérios objetivos e a fundamentação das decisões. A DGRH elabora relatório demonstrativo da concretização do indicador e envia-o à DPO, acompanhado da informação para despacho superior, até 31-dezembro-2020. |

Nota: Na coluna Partilha referem-se os serviços envolvidos e, entre parêntesis, os serviços cuja colaboração é necessária para a concretização do indicador em causa.

| Objetivos | Indicadores | Meta | | | Partilha | QUAR | Detalhes |
|---|--|----------|--|--|---|------|--|
| | | Data | Valor | Superação | | | |
| DGRH.04 Desenvolver e implementar um instrumento de diagnóstico de necessidades de recrutamento de recursos humanos para a DGRSP | Ind 05 – Diagnóstico de necessidades de recrutamento de recursos humanos disponibilizado a todas as unidades orgânicas | 30-07-20 | 1 documento diagnóstico | 30-06-20 | | | A DGRH elabora um formulário único adaptável à utilização por qualquer unidade orgânica da DGRSP, no qual se inscreverão as necessidades de reforço das suas equipas de trabalhadores nas diversas categorias profissionais, e envia-o às unidades orgânicas até 30-abril-2020. Com base nos dados recolhidos elabora diagnóstico de necessidades de recursos humanos e remete-o à DPO, acompanhado da respetiva informação para despacho superior, até 31-julho-2020. |
| DGRH.05 Assegurar a gestão e o acompanhamento do processo de classificação de serviço do Corpo da Guarda Prisional, garantindo-lhe maior eficiência | Ind 06 – Mapas síntese das fases do processo de avaliação dos elementos do CGP com apuramento global de pontos | 30-11-20 | Mapas dispo nibilizados | 31-10-20 | | | A DGRH promove a execução de todas as atividades relacionadas com a classificação de serviço dos elementos do CGP, nas suas diferentes fases, culminando com a informação relativa ao número de pontos acumulados por cada elemento da corporação para efeitos de progressão nas respetivas carreiras. A DGRH remete à DPO breve relatório com as evidências de cumprimento do indicador, acompanhado da respetiva informação para despacho superior, até 30-novembro-2020. |
| DGRH.06 Proceder à revisão dos formulários de recursos humanos disponibilizados na <i>intranet</i> | Ind 07 – Nº de formulários disponibilizados na <i>intranet</i> atualizados e implementados | 31-12-20 | 2 | 4 | | | A DGRH envia os formulários revistos à DPO, acompanhado da informação para despacho superior, na qual evidencia a sua implementação, até 31-dezembro-2020. |
| DGRH.07 Promover a desmaterialização dos circuitos internos existentes nos serviços de suporte Projeto ‘SGD GI@bal’ Plano Justiça + Próxima | Ind 08 - % de processos elaborados através do <i>edoclink</i> | 31-12-20 | 75% dos processos pelo <i>edoclink</i> | 80% dos processos pelo <i>edoclink</i> | DAPPR 05 Ind 10 DF 06 Ind 08 DCF 04 Ind 04 DCT 03 Ind 05 DCP 04 Ind 04 DGP 03 Ind 03 DDA 01 Ind 02 GTIC 02 Ind 02 | | A aferição do cumprimento do indicador faz-se através do seguinte cálculo: (Número de processos elaborados através do <i>edoclink</i> /Número total de processos elaborados)*100. O GTIC elabora, a partir de dados do próprio <i>edoclink</i> , breve relatório demonstrativo da concretização do indicador e envia-o à DPO, acompanhado da informação para despacho superior, até 31-dezembro-2020. |

| Colaboração em objetivos de outras unidades orgânicas ⁽¹⁾ | | | |
|--|--|---|---|
| Unidade Orgânica | Objetivos | Indicadores | Colaboração da DGRH |
| Divisão de Planeamento e Organização | DPO.01 Assegurar a avaliação da implementação do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da DGRSP | Ind 01 - Relatório de avaliação da implementação do Plano de Prevenção da Corrupção | As unidades orgânicas responsáveis pela coordenação/supervisão de medidas preventivas contidas no Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da DGRSP prestam à DPO a informação solicitada para efeitos de monitorização/avaliação da implementação do Plano. |

(1) Objetivos de outras unidades orgânicas para cuja concretização é necessária a colaboração da DGRH, mas que não constituem objetivos próprios.

Objetivos da Divisão de Administração de Pessoal e Processamento de Remunerações

| Objetivos | Indicadores | Meta | | | Partilha | QUAR | Detalhes |
|--|--|----------|--|--|----------|------|--|
| | | Data | Valor | Superação | | | |
| DAPPR.01 Aprofundar os mecanismos de controlo interno no processamento de abonos e descontos Plano de Prevenção da Corrupção - Medida 51 | Ind 01 – % de movimentos com validação prévia das entradas e saídas dos trabalhadores | 31-12-20 | 60% dos movimentos | 80% dos movimentos | | | A DAPPR elabora relatório demonstrativo da concretização do indicador e envia-o à DPO, acompanhado da informação para despacho superior, até 31-dezembro-2020. |
| | Ind 02 – Prazo de verificação dos abonos e descontos com início em cada mês, complementada com respetiva documentação de suporte | 31-12-20 | Até ao 12º dia de cada mês | Até ao 10º dia de cada mês | | | A DAPPR elabora relatório demonstrativo da concretização do indicador e envia-o à DPO, acompanhado da informação para despacho superior, até 31-dezembro-2020. |
| DAPPR.02 Aprofundar os mecanismos de controlo interno da assiduidade e pontualidade Plano de Prevenção da Corrupção - Medida 52 | Ind 03 – Normas internas de procedimento atualizadas | 30-09-20 | 1 documento normas | 30-06-20 | | | A DAPPR remete à DPO as normas atualizadas, acompanhado da informação para despacho superior, até 30-setembro-2020, evidenciando a sua divulgação. |
| | Ind 04 - Normas internas com cumprimento verificado por critério aleatório | 31-12-20 | Códigos de assiduidade verificados trimestralmente | Códigos de assiduidade verificados mensalmente | | | A DAPPR elabora relatório demonstrativo da concretização do indicador, evidenciando a periodicidade da verificação de códigos concretizada, e envia-o à DPO, acompanhado da informação para despacho superior, até 31-dezembro-2020. |
| | Ind 05 – % de implementação de sistemas de registo biométrico nas unidades orgânicas dos serviços desconcentrados | 31-12-20 | 50% das unidades orgânicas desconcentradas | 80% das unidades orgânicas desconcentradas | (GTIC) | | A DAPPR elabora relatório demonstrativo da concretização do indicador e envia-o à DPO, acompanhado da informação para despacho superior, até 31-dezembro-2020. |
| DAPPR.03 Promover a atualização e correção dos dados do sistema SRH | Ind 06 - % de trabalhadores em efetividade de funções com os dados validados | 31-12-20 | 40% | 60% | | | A DAPPR elabora relatório demonstrativo da concretização do indicador, evidenciando a percentagem encontrada, e envia-o à DPO, acompanhado da informação para despacho superior, até 31-dezembro-2020. |
| | Ind 07 - % de conformidade do registo da assiduidade com os acidentes de trabalho qualificados em 2019 | 31-12-20 | 60% | 80% | | | A DAPPR elabora relatório demonstrativo da concretização do indicador, evidenciando a taxa de conformidade encontrada, e envia-o à DPO, acompanhado da informação para despacho superior, até 31-dezembro-2020. |

Nota: Na coluna Partilha referem-se os serviços envolvidos e, entre parêntesis, os serviços cuja colaboração é necessária para a concretização do indicador em causa.

| Objetivos | Indicadores | Meta | | | Partilha | QUAR | Detalhes |
|---|---|----------|--|--|---|------|--|
| | | Data | Valor | Superação | | | |
| DAPPR.04 Preparar a organização dos processos Individuais dos trabalhadores com vista à sua desmaterialização Projeto 'e-Utente' Plano Justiça + Próxima | Ind 08 – Plano de trabalho de reorganização dos processos Individuais dos trabalhadores e preparação da sua digitalização apresentado | 30-09-20 | 1 plano de trabalho | 30-06-20 | (DDA) | | A DAPPR remete à DPO o plano de trabalho elaborado, acompanhado da informação para despacho superior, até 30-setembro-2020. |
| | Ind 09- Nº de processos individuais de trabalhadores no ativo reorganizados de acordo com as normas em vigor | 31-12-20 | 200 | 220 | (DDA) | | A DAPPR remete à DPO, breve relatório com indicação do nº de processos individuais de trabalhadores no ativo reorganizados de acordo com as normas em vigor e atividades inerentes, acompanhado da respetiva informação para despacho superior, até 31-dezembro-2020. |
| DAPPR.05 Promover a desmaterialização dos circuitos internos existentes nos serviços de suporte Projeto 'SGD GI@bal' Plano Justiça + Próxima | Ind 10 - % de processos elaborados através do <i>edoclink</i> | 31-12-20 | 75% dos processos pelo <i>edoclink</i> | 80% dos processos pelo <i>edoclink</i> | DGRH 07 Ind 08 DF 06 Ind 08 DCF 04 Ind 04 DCT 03 Ind 05 DCP 04 Ind 04 DGP 03 Ind 03 DDA 01 Ind 02 GTIC 02 Ind 02 | | A aferição do cumprimento do indicador faz-se através do seguinte cálculo: (Número de processos elaborados através do <i>edoclink</i> /Número total de processos elaborados)*100. O GTIC elabora, a partir de dados do próprio <i>edoclink</i> , breve relatório demonstrativo da concretização do indicador e envia-o à DPO, acompanhado da informação para despacho superior, até 31-dezembro-2020. |

| Objetivos da Divisão de Formação | | | | | | | |
|--|--|----------|-----------------------------|-----------|----------|---------------------------------|---|
| Objetivos | Indicadores | Meta | | | Partilha | QUAR | Detalhes |
| | | Data | Valor | Superação | | | |
| DF.01 Potenciar o recurso à formação à distância como resposta alternativa ao modelo de formação clássico, explorando as suas potencialidades de consolidação numa organização com grande dispersão geográfica e promovendo a motivação para a formação contínua e <i>on the job</i> | Ind 01 - Nº de trabalhadores beneficiários de formação à distância | 31-12-20 | 589 | 649 | | QUAR 20 Ind 21 | Trata-se de objetivo obrigatório, na decorrência do contemplado na Lei do Orçamento de Estado para 2020, artigo 25º, nº 1, alínea a), de prever em QUAR objetivos que promovam a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal. Os constrangimentos decorrentes do surto epidémico fizeram emergir na DGRSP as potencialidades da formação à distância como um recurso que se pode vir a tornar de uso regular numa organização de implantação nacional com elevada dispersão geográfica de unidades desconcentradas e, podendo vir a tornar-se um elemento facilitador da adesão à formação dado que a formação presencial obriga a deslocações predominantemente para Lisboa, sendo as deslocações um fator que afeta compromissos pessoais e familiares. A DF elabora relatório demonstrativo do número de trabalhadores beneficiários de formação à distância, discriminando o nome das ações de formação/curso, as horas de formação e o número de participantes por ação ou curso, e as unidades orgânicas de pertença dos formandos, que remete à DPO, acompanhado da devida informação para despacho superior, até 15-janeiro-2021. |
| DF.02 Executar o Plano Anual de Formação Interna da DGRSP | Ind 02 – Nº de ações de formação continua realizadas | 31-12-20 | 20 | 30 | | | Na contabilização das ações de formação incluem-se as ações do Plano Anual de Formação Interna. A DF elabora relatório, discriminando o número de ações (realizadas até 31 de dezembro de 2019), respetiva temática e número de participantes por ação, e remete-o à DPO, acompanhado da respetiva informação para despacho superior, até 15-janeiro-2021. |
| DF.03 Elaborar o Relatório da Formação de 2019 | Ind 03 – Ficheiros (RFP e anexo P) destinados ao INA enviados | 31-07-20 | 1 comprovativo da submissão | 30-06-20 | | | A DF remete à DPO o comprovativo da submissão dos ficheiros ao INA, que remete à DPO até 31-julho-2020. |
| | Ind 04- Relatório anual da atividade formativa | 31-07-20 | 1 relatório | 30-06-20 | | | A DF remete à DPO o relatório anual da atividade formativa do ano de 2019, acompanhado da respetiva informação para despacho superior, até 31-julho-2020. |

Nota: Na coluna Partilha referem-se os serviços envolvidos e, entre parêntesis, os serviços cuja colaboração é necessária para a concretização do indicador em causa.

| Objetivos | Indicadores | Meta | | | Partilha | QUAR | Detalhes |
|---|---|----------|--|--|--|------|--|
| | | Data | Valor | Superação | | | |
| DF.04 Preparar o Curso de Formação Inicial da Carreira de Guarda Prisional | Ind 05 – Proposta com o Plano de Estudos, Regulamento e Estrutura de Coordenação do Curso | 31-08-20 | 1 proposta | 31-07-20 | | | O curso de Formação Inicial da Carreira de Guarda Prisional tem a duração de 9 meses A DF envia a proposta com o Plano de Estudos, Regulamento e Estrutura de Coordenação, acompanhada da respetiva informação para despacho superior à DPO, até 30-junho-2020. |
| DF.05 Preparar o Plano Anual de Formação Interna da DGRSP para 2021 | Ind 06 – Levantamento/atualização de necessidades de formação | 30-11-20 | 1 levantamento de necessidades | 30-10-20 | | | A DF envia o levantamento de necessidades à DPO, acompanhado de informação para despacho superior, até 30-novembro-2020. |
| | Ind 07 - Proposta de Plano de Formação para 2021 | 31-12-20 | 1 <i>draft</i> do PAF 2021 | 30-11-20 | | | A DF envia o <i>draft</i> do Plano de Formação, acompanhado da respetiva informação para despacho superior à DPO, até 31-dezembro-2021. |
| DF.06 Promover a desmaterialização dos circuitos internos existentes nos serviços de suporte Projeto 'SGD GI@bal' Plano Justiça + Próxima | Ind 08 - % de processos elaborados através do <i>edoclink</i> | 31-12-20 | 75% dos processos pelo <i>edoclink</i> | 80% dos processos pelo <i>edoclink</i> | DGRH 07 Ind 08 DAPPR 05 Ind 10 DCF 04 Ind 04 DCT 03 Ind 05 DCP 04 Ind 04 DGP 03 Ind 03 DDA 01 Ind 02 GTIC 02 Ind 02 | | A aferição do cumprimento do indicador faz-se através do seguinte cálculo: (Número de processos elaborados através do <i>edoclink</i> /Número total de processos elaborados)*100. O GTIC elabora, a partir de dados do próprio <i>edoclink</i> , breve relatório demonstrativo da concretização do indicador e envia-o à DPO, acompanhado da informação para despacho superior, até 31-dezembro-2020. |

2.2.3

Direção de Serviços de Contratação Pública e Gestão Patrimonial

| Objetivos da Divisão de Contratação Pública | | | | | | | |
|--|---|----------|--|--|---|------|--|
| Objetivos | Indicadores | Meta | | | Partilha | QUAR | Detalhes |
| | | Data | Valor | Superação | | | |
| DCP.01 Elaborar manual de procedimentos para a área da contratação pública | Ind 01 – Manual de procedimentos para a área da contratação pública elaborado | 15-12-20 | Manual de procedimentos | 16-11-20 | | | A DCP elabora manual de procedimentos na área da contratação pública e remete-o à DPO, acompanhado da respetiva informação para despacho superior, até 15-dezembro-2020. |
| DCP.02 Contribuir para a melhoria dos processos de contratação pública | Ind 02 – Nº de orientações técnicas na área da contratação pública dirigidas aos serviços desconcentrados elaboradas e divulgadas | 6-10-20 | 6 orientações técnicas | 7-09-20 | | | A DCP remete à DPO as orientações técnicas na área da contratação pública dirigidas aos serviços desconcentrados elaboradas, acompanhadas da respetiva informação para despacho superior, na qual se evidencia a divulgação das mesmas, até 6-outubro-2020. |
| DCP.03 Melhorar o desempenho dos profissionais da DCP | Ind 03 - Nº de sessões de capacitação/ <i>workshop</i> com colaboradores da área da contratação pública | 31-08-20 | 3 | 5 | | | As sessões de capacitação/ <i>workshop</i> na área da contratação pública são preparadas e dinamizadas pela DCP, com vista a melhorar o desempenho dos profissionais. A DCP elabora breve relatório final do conjunto das sessões realizadas e remete-o à DPO, acompanhado de informação para despacho superior, até 31-agosto-2020. |
| DCP.04 Promover a desmaterialização dos circuitos internos existentes nos serviços de suporte Projeto 'SGD GI@bal' Plano Justiça + Próxima | Ind 04 - % de processos elaborados através do <i>edoclink</i> | 31-12-20 | 75% dos processos pelo <i>edoclink</i> | 80% dos processos pelo <i>edoclink</i> | DGRH 07 Ind 08 DAPPR 05 Ind 10 DF 06 Ind 08 DCF 04 Ind 04 DCT 03 Ind 05 DGP 03 Ind 03 DDA 01 Ind 02 GTIC 02 Ind 02 | | A aferição do cumprimento do indicador faz-se através do seguinte cálculo: (Número de processos elaborados através do <i>edoclink</i> /Número total de processos elaborados)*100. O GTIC elabora, a partir de dados do próprio <i>edoclink</i> , breve relatório demonstrativo da concretização do indicador e envia-o à DPO, acompanhado da informação para despacho superior, até 31-dezembro-2020. |

Nota: Na coluna Partilha referem-se os serviços envolvidos e, entre parêntesis, os serviços cuja colaboração é necessária para a concretização do indicador em causa.

| Colaboração em objetivos de outras unidades orgânicas ⁽¹⁾ | | | |
|--|--|---|---|
| Unidade Orgânica | Objetivos | Indicadores | Colaboração da DCP |
| Divisão de Planeamento e Organização | DPO.01 Assegurar a avaliação da implementação do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da DGRSP | Ind 01 - Relatório de avaliação da implementação do Plano de Prevenção da Corrupção | As unidades orgânicas responsáveis pela coordenação/supervisão de medidas preventivas contidas no Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da DGRSP prestam à DPO a informação solicitada para efeitos de monitorização/avaliação da implementação do Plano. |

(1) Objetivos de outras unidades orgânicas para cuja concretização é necessária a colaboração do DCP, mas que não constituem objetivos próprios.

| Objetivos da Divisão de Gestão Patrimonial | | | | | | | |
|--|--|----------|--|--|---|------|--|
| Objetivos | Indicadores | Meta | | | Partilha | QUAR | Detalhes |
| | | Data | Valor | Superação | | | |
| DGP.01 Elaborar manual de procedimentos para a área da gestão patrimonial | Ind 01 – Manual de procedimentos para a área da gestão patrimonial elaborado | 15-12-20 | Manual de procedi mentos | 16-11-20 | | | A DGP elabora manual de procedimentos e regras técnicas aplicadas na área da gestão patrimonial e remete-o à DPO, acompanhado da respetiva informação para despacho superior, até 15-dezembro-2020. |
| DGP.02 Contribuir para a melhoria dos processos de gestão patrimonial | Ind 02 – Nº de orientações técnicas na área da gestão patrimonial dirigidas aos serviços desconcentrados elaboradas e divulgadas | 6-10-20 | 3 orientações técnicas | 7-09-20 | | | A DGP remete à DPO as orientações técnicas na área da gestão patrimonial dirigidas aos serviços desconcentrados elaboradas, acompanhadas da respetiva informação para despacho superior, na qual se evidencia a divulgação das mesmas, até 6-outubro-2020. |
| DGP.03 Promover a desmaterialização dos circuitos internos existentes nos serviços de suporte Projeto ‘SGD GI@bal’ Plano Justiça + Próxima | Ind 03 - % de processos elaborados através do <i>edoclink</i> | 31-12-20 | 75% dos processos pelo <i>edoclink</i> | 80% dos processos pelo <i>edoclink</i> | DGRH 07 Ind 08 DAPPR 05 Ind 10 DF 06 Ind 08 DCF 04 Ind 04 DCT 03 Ind 05 DCP 04 Ind 04 DDA 01 Ind 02 GTIC 02 Ind 02 | | A aferição do cumprimento do indicador faz-se através do seguinte cálculo: (Número de processos elaborados através do <i>edoclink</i> /Número total de processos elaborados)*100. O GTIC elabora, a partir de dados do próprio <i>edoclink</i> , breve relatório demonstrativo da concretização do indicador e envia-o à DPO, acompanhado da informação para despacho superior, até 31-dezembro-2020. |

Nota: Na coluna Partilha referem-se os serviços envolvidos e, entre parêntesis, os serviços cuja colaboração é necessária para a concretização do indicador em causa.

| Colaboração em objetivos de outras unidades orgânicas ⁽¹⁾ | | | |
|--|--|---|---|
| Unidade Orgânica | Objetivos | Indicadores | Colaboração da DGP |
| Divisão de Planeamento e Organização | DPO.01 Assegurar a avaliação da implementação do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da DGRSP | Ind 01 - Relatório de avaliação da implementação do Plano de Prevenção da Corrupção | As unidades orgânicas responsáveis pela coordenação/supervisão de medidas preventivas contidas no Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da DGRSP prestam à DPO a informação solicitada para efeitos de monitorização/avaliação da implementação do Plano. |

(1) Objetivos de outras unidades orgânicas para cuja concretização é necessária a colaboração do DGP, mas que não constituem objetivos próprios.

Objetivos da Divisão de Contabilidade e Tesouraria

| Objetivos | Indicadores | Meta | | | Partilha | QUAR | Detalhes |
|---|--|----------|--|--|---|------|--|
| | | Data | Valor | Superação | | | |
| DCT.01 Aprofundar os mecanismos de controlo interno das operações e registos contabilísticos Plano de Prevenção da Corrupção - Medida 21 | Ind 01 – Nº de normas internas de procedimento já existentes atualizadas | 31-12-20 | 2 | 4 | | | A DCT envia à DPO, acompanhadas da informação para despacho superior, as normas atualizadas, demonstrativas da concretização do indicador, até 31-dezembro-2020. |
| | Ind 02 – Nº de normas internas específicas por processo elaboradas | 31-12-20 | 2 | 4 | | | A DCT envia à DPO, acompanhadas da informação para despacho superior, as normas elaboradas, demonstrativas da concretização do indicador, até 31-dezembro-2020. |
| | Ind 03 – Nº de medidas de controlo de prazos criadas | 31-12-20 | 2 | 4 | | | A DCT envia à DPO, acompanhadas da informação para despacho superior, os documentos relativos às medidas criadas, demonstrativas da concretização do indicador, até 31-dezembro-2020. |
| DCT.02 Promover uma maior segregação de funções das operações e registos contabilísticos Plano de Prevenção da Corrupção - Medidas 22 e 23 | Ind 04 – Nº de medidas implementadas para promover a segregação de funções | 31-12-20 | 2 | 4 | | | A DCT envia à DPO, acompanhadas da informação para despacho superior, os documentos relativos às medidas implementadas, demonstrativas da concretização do indicador, até 31-dezembro-2020. |
| DCT.03 Promover a desmaterialização dos circuitos internos existentes nos serviços de suporte Projeto 'SGD GI@bal' Plano Justiça + Próxima | Ind 05 - % de processos elaborados através do <i>edoclink</i> | 31-12-20 | 75% dos processos pelo <i>edoclink</i> | 80% dos processos pelo <i>edoclink</i> | DGRH 07 Ind 08 DAPPR 05 Ind 10 DF 06 Ind 08 DCF 04 Ind 04 DCP 04 Ind 04 DGP 03 Ind 03 DDA 01 Ind 02 GTIC 02 Ind 02 | | A aferição do cumprimento do indicador faz-se através do seguinte cálculo: (Número de processos elaborados através do <i>edoclink</i> /Número total de processos elaborados)*100. O GTIC elabora, a partir de dados do próprio <i>edoclink</i> , breve relatório demonstrativo da concretização do indicador e envia-o à DPO, acompanhado da informação para despacho superior, até 31-dezembro-2020. |

Nota: Na coluna Partilha referem-se os serviços envolvidos e, entre parêntesis, os serviços cuja colaboração é necessária para a concretização do indicador em causa.

| Colaboração em objetivos de outras unidades orgânicas ⁽¹⁾ | | | |
|--|--|---|---|
| Unidade Orgânica | Objetivos | Indicadores | Colaboração da DCT |
| Direção de Serviços de Vigilância Eletrônica | DSVE.06 Monitorizar o custo financeiro do arguido/condenado em penas/medidas fiscalizadas por vigilância eletrônica | Ind 06 - Relatório de análise da despesa de funcionamento do Sistema Nacional de Vigilância Eletrônica (SNVE) | A DCT colabora com a DSVE disponibilizando dados sobre a despesa de 2019 com a vigilância eletrônica, relativos a custos de funcionamento corrente (pessoal, comunicações, combustíveis, etc.) e custos contratuais (por tecnologia de Radiofrequência e Geolocalização). |
| Divisão de Planeamento e Organização | DPO.01 Assegurar a avaliação da implementação do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da DGRSP | Ind 01 - Relatório de avaliação da implementação do Plano de Prevenção da Corrupção | As unidades orgânicas responsáveis pela coordenação/supervisão de medidas preventivas contidas no Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da DGRSP prestam à DPO a informação solicitada para efeitos de monitorização/avaliação da implementação do Plano. |

(1) Objetivos de outras unidades orgânicas para cuja concretização é necessária a colaboração da DCT, mas que não constituem objetivos próprios.

Objetivos da Divisão de Coordenação Financeira

| Objetivos | Indicadores | Meta | | | Partilha | QUAR | Detalhes |
|--|--|----------|--|---|--------------------|------|--|
| | | Data | Valor | Superação | | | |
| DCF.01 Promover a descentralização dos processos financeiros pelos serviços desconcentrados | Ind 01 – Nº de centros financeiros criados | 31-12-20 | +2 (face a 2019) | +4 (face a 2019) | | | A DCF envia à DPO, acompanhados da informação para despacho superior, documentos demonstrativos da concretização do indicador, até 31-dezembro-2020. |
| DCF.02 Promover a transparência na gestão de verbas dos reclusos, consolidando a conta corrente dos reclusos | Ind 02 - Relatório anual consolidado da conta corrente dos reclusos - 2019 | 31-12-20 | 1 relatório com dados a nível nacional com proposta de adoção de medidas | 1 proposta de modelo padronizado de relatório | EP 02 Ind 03 | | Os 49 estabelecimentos prisionais elaboram relatório final de ano da Conta Corrente Reclusos relativamente ao ano de 2019, dele fazendo constar: -Listagem, à data de 31-12-2019, retirado do SIP, da conta corrente com identificação dos saldos relativos aos reclusos (presentes, históricos, fora, evadidos, internados, ausências ilegítimas, ou seja, todas as situações possíveis); - Reconciliação bancária, com anexação das folhas de cofres e resumo da livro de caixa do último mês do ano (documentos output do Conta Corrente SIP Reclusos), da folha de caixa do último mês do ano (Excel dia a dia do tesoureiro) e extrato bancário, devidamente visados pelo diretor do EP. Os estabelecimentos prisionais remetem o relatório elaborado à DCF e à DPO até 30-junho-2020. A DCF elabora: - relatório intercalar com sistematização da informação recolhida com dados a 31-agosto-2020; - relatório consolidado da Conta Corrente Reclusos, relativa a 2019, com dados por estabelecimento prisional, sintetizando em mapa o saldo da Conta Corrente SIP Reclusos/saldo em banco/saldo em caixa/montante reconciliado e fundamentação. A DCF remete o relatório nacional, acompanhado pela respetiva informação para despacho, à DPO até 31-dezembro-2020. |

Nota: Na coluna Partilha referem-se os serviços envolvidos e, entre parêntesis, os serviços cuja colaboração é necessária para a concretização do indicador em causa.

| Objetivos | Indicadores | Meta | | | Partilha | QUAR | Detalhes |
|---|---|----------|--|--|---|------|--|
| | | Data | Valor | Superação | | | |
| DCF.03 Consolidar a conta corrente das cantinas dos estabelecimentos prisionais | Ind 03 - Relatório da conta corrente das cantinas dos estabelecimentos prisionais | 31-12-20 | 1 relatório | 31-05-20 | EP. 03 Ind 04 | | Os 49 estabelecimentos prisionais apresentam relatório da conta corrente da(s) cantina(s), dele fazendo constar: - documento com relação de investimentos e resultados líquidos dos últimos 3 anos; - balanço e demonstração de resultados referentes a cada um dos anos. Os estabelecimentos prisionais remetem o relatório elaborado à DCF e à DPO até 31-julho-2020. A DCF elabora relatório síntese da conta corrente das cantinas dos estabelecimentos prisionais, com dados por estabelecimento prisional e respetivos indicadores de gestão: rácios financeiros/funcionamento/económicos (volume de vendas, resultado líquido, margem de lucro). A DCF remete o relatório nacional, acompanhado pela respetiva informação para despacho, à DPO até 31-dezembro-2020. |
| DCF.04 Promover a desmaterialização dos circuitos internos existentes nos serviços de suporte Projeto 'SGD GI@bal' Plano Justiça + Próxima | Ind 04 - % de processos elaborados através do <i>edoclink</i> C. Missão 2020 | 31-12-20 | 75% dos processos pelo <i>edoclink</i> | 80% dos processos pelo <i>edoclink</i> | DGRH 07 Ind 08 DAPPR 05 Ind 10 DF 06 Ind 08 DCT 03 Ind 05 DCP 04 Ind 04 DGP 03 Ind 03 DDA 01 Ind 02 GTIC 02 Ind 02 | | A aferição do cumprimento do indicador faz-se através do seguinte cálculo: (Número de processos elaborados através do <i>edoclink</i> /Número total de processos elaborados)*100. O GTIC elabora, a partir de dados do próprio <i>edoclink</i> , breve relatório demonstrativo da concretização do indicador e envia-o à DPO, acompanhado da informação para despacho superior, até 31-dezembro-2020. |

Colaboração em objetivos de outras unidades orgânicas ⁽¹⁾

| Unidade Orgânica | Objetivos | Indicadores | Colaboração da DCF |
|--------------------------------------|--|---|---|
| Divisão de Planeamento e Organização | DPO.01 Assegurar a avaliação da implementação do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da DGRSP | Ind 01 - Relatório de avaliação da implementação do Plano de Prevenção da Corrupção | As unidades orgânicas responsáveis pela coordenação/supervisão de medidas preventivas contidas no Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da DGRSP prestam à DPO a informação solicitada para efeitos de monitorização/avaliação da implementação do Plano. |

(1) Objetivos de outras unidades orgânicas para cuja concretização é necessária a colaboração do DCF, mas que não constituem objetivos próprios.

2.1.5

Divisão de Documentação e Arquivo

Objetivos da Divisão de Documentação e Arquivo

| Objetivos | Indicadores | Meta | | | Partilha | QUAR | Detalhes |
|---|--|----------|--|--|---|----------------|--|
| | | Data | Valor | Superação | | | |
| DDA.01 Consolidação do atual sistema de gestão documental nos serviços centrais e alargamento aos serviços desconcentrados da DGRSP Projeto 'SGD GI@bal' Plano Justiça + Próxima | Ind 01 - Modelo de alargamento do <i>edoclink</i> a toda a organização definido | 31-12-20 | Modelo de alargamento definido | 30-11-20 | | QUAR 12 Ind 13 | A DDA elabora o modelo de alargamento do <i>edoclink</i> , traduzido no planeamento faseado, incluindo formação, da generalização da utilização do sistema de gestão documental em toda a DGRSP e envia-o à DPO, acompanhado pela informação para despacho superior, até 31-dezembro-2020. |
| | Ind 02 - % de processos elaborados através do <i>edoclink</i> | 31-12-20 | 75% dos processos pelo <i>edoclink</i> | 80% dos processos pelo <i>edoclink</i> | DGRH 07 Ind 08 DAPPR 05 Ind 10 DF 06 Ind 08 DCF 04 Ind 04 DCT 03 Ind 05 DCP 04 Ind 04 DGP 03 Ind 03 GTIC 02 Ind 02 | | A aferição do cumprimento do indicador faz-se através do seguinte cálculo: (Número de processos elaborados através do <i>edoclink</i> /Número total de processos elaborados)*100. O GTIC elabora, a partir de dados do próprio <i>edoclink</i> , breve relatório demonstrativo da concretização do indicador e envia-o à DPO, acompanhado da informação para despacho superior, até 31-dezembro-2020. |
| DDA.02 Prosseguir o tratamento documental do acervo bibliográfico da DGRSP | Ind 03 - Nº de artigos de publicações periódicas na área da reinserção e prisional publicadas pela instituição, com registo, catalogação e indexação | 31-12-20 | 400 | 500 | | | A DDA elabora informação para despacho superior demonstrativa do cumprimento do indicador, evidenciando o nº de artigos tratados face à meta, e envia-a à DPO até 31-dezembro-2020. |
| | Ind 04 - Nº de artigos da publicação periódica "'e Juventude' com registo, catalogação e indexação | 31-12-20 | 800 | 900 | | | A DDA elabora informação para despacho superior demonstrativa do cumprimento do indicador, evidenciando o nº de artigos tratados face à meta, e envia-a à DPO até 31-dezembro-2020. |

Nota: Na coluna Partilha referem-se os serviços envolvidos e, entre parêntesis, os serviços cuja colaboração é necessária para a concretização do indicador em causa.

| Objetivos | Indicadores | Meta | | | Partilha | QUAR | Detalhes |
|---|---|----------|---------|-----------|----------|------|--|
| | | Data | Valor | Superação | | | |
| DDA.03 Prosseguir a organização e incorporação do arquivo das diversas unidades orgânicas | Ind 05 - Nº de metros lineares de fundos dos estabelecimentos prisionais, centros educativos e serviços centrais com respetivo tratamento | 31-12-20 | 800 | 1.000 | | | A DDA elabora informação para despacho superior demonstrativa do cumprimento do indicador, evidenciando o nº de metros de fundos tratados face à meta, e envia-a à DPO até 31-dezembro-2020. |
| | Ind 06 - Nº de processos individuais da Divisão de Gestão das Penas – segunda metade século XX registados e inseridos na base de dados | 31-12-20 | 6.000 | 8.000 | | | A DDA elabora informação para despacho superior demonstrativa do cumprimento do indicador, evidenciando o nº de processos individuais tratados face à meta, e envia-a à DPO até 31-dezembro-2020. |
| DDA.04 Promover o tratamento de dados de arquivo tendo em vista a sua migração para a nova aplicação ATOM | Ind 07 - Nº de registos na base de dados de Access, Docbase e Excel, para indexar e tratar tendo em vista a sua migração | 31-12-20 | 350.000 | 450.000 | | | A totalidade da base de dados de Access, Docbase e Excel corresponde a 450.000 registos. A DDA elabora informação para despacho superior demonstrativa do cumprimento do indicador, evidenciando o nº de registos efetuados face à meta, e envia-a à DPO até 31-dezembro-2020. |
| DDA.05 Prosseguir trabalho de incorporação e inventariação de peças com interesse museológico | Ind 08 - Nº de peças inventariadas | 31-12-20 | 400 | 500 | | | A DDA elabora informação para despacho superior demonstrativa do cumprimento do indicador, evidenciando o nº de peças inventariadas, efetuados face à meta, e envia-a à DPO até 31-dezembro-2020. |

| Colaboração em objetivos de outras unidades orgânicas ⁽¹⁾ | | | |
|--|--|---|---|
| Unidade Orgânica | Objetivos | Indicadores | Colaboração da DDA |
| Divisão de Administração de Pessoal e Processamento de Remunerações | DAPPR.04 Preparar a organização dos processos Individuais dos trabalhadores com vista à sua desmaterialização | Ind 08 – Plano de trabalho de reorganização dos processos Individuais dos trabalhadores e preparação da sua digitalização apresentado | A DDA colabora com a DAPPR na elaboração de plano de trabalho de reorganização dos processos Individuais dos trabalhadores e preparação da sua digitalização. |
| | | Ind 09- Nº de processos individuais de trabalhadores no ativo reorganizados de acordo com as normas em vigor | A DDA colabora com a DAPPR na reorganização de processos individuais de trabalhadores no ativo de acordo com as normas em vigor. |

(1) Objetivos de outras unidades orgânicas para cuja concretização é necessária a colaboração da DDA, mas que não constituem objetivos próprios.

2.1.6

Divisão de Planejamento e Organização

Objetivos da Divisão de Planejamento e Organização

| Objetivos | Indicadores | Meta | | | Partilha | QUAR | Detalhes |
|--|--|---|---|---|---|------|---|
| | | Data | Valor | Superação | | | |
| DPO.01 Assegurar a avaliação da implementação do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da DGRSP | Ind 01 - Relatório de avaliação da implementação do Plano de Prevenção da Corrupção | 31-05-20 | Relatório de monitorização da execução do Plano de Prevenção da Corrupção | 30-04-20 | (DSS DSEMP DSATEPC DSVE DSJJ CCCRE DSCPGP DSF DSRH HPSJD GTIC SAI) | | Implica a participação das unidades orgânicas previstas no Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da DGRSP. A DPO procede à análise e tratamento da informação recolhida, elabora relatório de avaliação e apresenta superiormente, acompanhado da respetiva informação para despacho, o relatório de avaliação, evidenciando o cumprimento do prazo definido. |
| DPO.02 Assegurar a concretização do processo de planeamento estratégico da DGRSP, operacionalizando instrumento de avaliação do desempenho organizacional anual | Ind 02 - Proposta de QUAR - Quadro de Avaliação Responsabilização 2020 (após receção final dos contributos das unidades orgânicas com objetivos desdobrados) | Até 15 dias úteis após receção de contributos de unidades orgânicas | 1 proposta de QUAR | Até 10 dias úteis após receção de contributos de unidades orgânicas | | | O QUAR anual deve ser elaborado conforme previsto no artigo 10º da Lei do SIADAP. A DPO apresenta superiormente, acompanhado da respetiva informação para despacho, a proposta de QUAR, evidenciando o cumprimento do prazo definido. |
| | Ind 03 - Proposta de preliminar de QUAR - Quadro de Avaliação Responsabilização 2021 | 31-12-20 | 1 documento preliminar ao QUAR 2021 | 15-11-20 | | | O QUAR anual deve ser elaborado conforme previsto no artigo 10º da Lei do SIADAP. A DPO apresenta superiormente documento preliminar com vista à aprovação do QUAR 2021. |
| DPO.03 Assegurar o processo de gestão por objetivos da DGRSP, através da construção de instrumento de planeamento anual com recurso à metodologia <i>Balanced Scorecard</i> adaptada | Ind 04 - Plano de Atividades 2020 (após receção dos contributos finais - mapa de objetivos em versão finalizada - de todas as unidades orgânicas) | Até 30 dias úteis após receção de contributos de unidades orgânicas | 1 plano de atividades | Até 20 dias úteis após receção de contributos de unidades orgânicas | | | A elaboração do Plano de Atividades assenta numa metodologia participativa, implicando a colaboração de todas as unidades orgânicas. A DPO apresenta superiormente, acompanhado da respetiva informação para despacho, o Plano de Atividades relativo ao ano 2020, evidenciando o cumprimento do prazo definido. |

Nota: Na coluna Partilha referem-se os serviços envolvidos e, entre parêntesis, os serviços cuja colaboração é necessária para a concretização do indicador em causa

| Objetivos | Indicadores | Meta | | | Partilha | QUAR | Detalhes |
|--|--|---|---|---|----------|------|---|
| | | Data | Valor | Superação | | | |
| DPO.04 Monitorizar a concretização da atividade planeada da DGRSP, facilitando a supervisão superior e acompanhamento da concretização dos objetivos estabelecidos pelas unidades orgânicas | Ind 05 - Relatório intercalar de monitorização do cumprimento do QUAR 2020 com análise e identificação dos desvios (após receção dos contributos finais das unidades orgânicas) | Até 15 dias úteis após receção de contributos de unidades orgânicas | 1 relatório intercalar | Até 10 dias úteis após receção de contributos de unidades orgânicas | | | Documento sintético identificando desvios e nível de concretização de indicadores, com base em informação remetida à DPO pelas unidades orgânicas. Os dados reportam-se a 31-agosto-2020. A DPO apresenta superiormente, acompanhado da respetiva informação para despacho, o relatório, evidenciando o cumprimento do prazo definido. |
| | Ind 06 - Relatório intercalar de monitorização do cumprimento do Plano de Atividades 2020 com informação por unidades orgânicas (após receção dos contributos finais das unidades orgânicas) | Até 15 dias úteis após receção de contributos de unidades orgânicas | 1 relatório intercalar | Até 10 dias úteis após receção de contributos de unidades orgânicas | | | Documento sintético identificando desvios e nível de concretização de indicadores, com base em informação remetida à DPO e também solicitada às unidades orgânicas. Os dados reportam-se a 31-agosto-2020. A DPO apresenta superiormente, acompanhado da respetiva informação para despacho, o relatório, evidenciando o cumprimento do prazo definido. |
| DPO.05 Promover a autoavaliação no âmbito da gestão por objetivos | Ind 07 - Inquérito de autoavaliação do desempenho das unidades orgânicas em 2019 (apresentação resultados após receção final dos contributos das unidades orgânicas) | Até 20 dias úteis após receção de contributos de unidades orgânicas | 1 documento com dados do inquérito de auto avaliação tratados | Até 15 dias úteis após receção de contributos de unidades orgânicas | | | Aplicação de questionário de autoavaliação aos dirigentes das unidades orgânicas, para integração no Relatório de Atividades e Autoavaliação 2019, tendo por referência o artº 14º da Lei nº 66-B/2007, de 28 de dezembro. A meta refere-se a relatório contendo os dados tratados resultantes da aplicação do questionário. A DPO apresenta superiormente, informação para despacho demonstrativa do cumprimento do prazo definido e evidenciando os resultados obtidos. |
| DPO.06 Assegurar o registo e avaliação do desempenho da atividade anual e planeada da DGRSP | Ind 08 - Relatório de Atividades de 2019 da DGRSP (apresentação após receção final dos contributos das unidades orgânicas) | Até 30 dias úteis após receção de contributos de unidades orgânicas | 1 relatório de atividades e auto avaliação | Até 20 dias úteis após receção de contributos de unidades orgânicas | | | Implica a participação de todas as unidades orgânicas da DGRSP. A DPO apresenta superiormente, acompanhado da respetiva informação para despacho, o relatório de atividades e autoavaliação, evidenciando o cumprimento do prazo definido. |

Objetivos da Divisão de Infraestruturas e Equipamentos

| Objetivos | Indicadores | Meta | | | Partilha | QUAR | Detalhes |
|--|--|----------|--|--|-----------------|------|---|
| | | Data | Valor | Superação | | | |
| DIE.01 Qualificar condições de alojamento em meio prisional, implementando padrões de habitabilidade digna nos estabelecimentos prisionais | Ind 01 - Plano nacional de intervenção para qualificação das condições de alojamento em meio prisional | 01-06-20 | 1 plano de intervenção o por estabelecimento prisional | 15-05-20 | EP 01 Ind 01 | | <p>A DIE analisa a informação recolhida junto de cada EP sobre as condições de alojamento de reclusos nos estabelecimentos prisionais com base na informação remetida por cada estabelecimento prisional.</p> <p>Com base no levantamento nacional das condições de alojamento de reclusos nos estabelecimentos prisionais efetuado, a DIE elabora:</p> <ul style="list-style-type: none"> - plano detalhado de qualificação das condições de alojamento de reclusos exequível em 2020, por estabelecimento prisional, nele integrando indicações das condições/meios para a concretização das obras, plano que divulga junto dos estabelecimentos prisionais destinatários até 01-junho-2020, remetendo-o igualmente à DPO até esta data como evidência do cumprimento do indicador; - formulário para verificação da execução do plano de intervenção, que remete a cada EP e à DPO na mesma data. <p>Da conclusão do levantamento das condições de habitabilidade poderá resultar a identificação dos estabelecimentos prisionais que se encontram excluídos deste indicador, informação que será prestada pela DIE aos devidos estabelecimentos prisionais até 01-junho-2020.</p> |
| | Ind 02 - Relatório nacional de execução do plano nacional de intervenção para qualificação das condições de alojamento em meio prisional | 31-12-20 | 1 relatório | 1 relatório intercalar/acompanhamento da execução a 30-09-20 | EP 01 Ind 02 | | <p>Os estabelecimentos prisionais preenchem formulário, previamente distribuído pela DIE, demonstrativo do resultado obtido (% do plano executada, o qual remetem, devidamente preenchido, à DIE e à DPO até 15-janeiro-2021.</p> <p>A DIE elabora relatório nacional demonstrativo do cumprimento do indicador, contendo o resultado (% de execução do Plano) obtido por cada estabelecimento prisional e o resultado nacional (% de execução do Plano a nível nacional), enviando-o à DPO, acompanhado pela respetiva informação para despacho, até 31-janeiro-2021. O relatório deverá clarificar, por EP e a nível nacionais a qualificação das condições de alojamento obtida em termos de área por recluso, privacidade das instalações sanitárias; condições de ventilação; condições de higiene/pintura no sistema prisional, tendo por referência a condenação do Estado português por violação do artigo 3º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem (TEDH, 2019). Do relatório a elaborar pela DIE deverá também constar a identificação dos estabelecimentos prisionais excluídos do indicador e a respetiva fundamentação (desnecessidade de plano de intervenção).</p> |

Nota: Na coluna Partilha referem-se os serviços envolvidos e, entre parêntesis, os serviços cuja colaboração é necessária para a concretização do indicador em causa.

| Objetivos | Indicadores | Meta | | | Partilha | QUAR | Detalhes |
|---|--|----------|--|-----------|--------------|----------------|--|
| | | Data | Valor | Superação | | | |
| DIE.02 Qualificar as infraestruturas do sistema de execução de penas e medidas, investindo na sua remodelação/beneficiação | Ind 03 - Nº de estabelecimentos prisionais ou centros educativos alvo de beneficiação/remodelação | 31-12-20 | 6 | 9 | | | A DIE elabora breve relatório com identificação dos estabelecimentos prisionais ou centros educativos beneficiados, e remete-o à DPO, acompanhado pela respetiva informação para despacho superior, até 31-dezembro-2020. |
| DIE.03 Qualificar condições de funcionamento das equipas de reinserção social e de atendimento aos cidadãos alvo de processos judiciais | Ind 04- Levantamento das necessidades de reinstalação ou beneficiação das equipas de reinserção social/equipas de vigilância eletrónica em função de modelo tipo de instalações superiormente aprovado | 31-12-20 | Levantamento das necessidades de intervenção em função do modelo tipo aprovado | 30-11-20 | (DRR) (DSVE) | | A DIE elabora breve relatório integrando o resultado do levantamento das necessidades de reinstalação ou beneficiação das equipas de reinserção social/equipas de vigilância eletrónica em função de modelo tipo de instalações superiormente aprovado e remete-o à DPO, acompanhado pela respetiva informação para despacho superior, até 31-dezembro-2020. |
| | Ind 05 - Nº de equipas de reinserção social/equipas de vigilância eletrónica alvo de reinstalação ou beneficiação de espaços | 31-12-20 | 2 equipas | 3 equipas | (DRR) (DSVE) | QUAR 14 Ind 15 | O processo incide sobre a reinstalação ou beneficiação de instalações com obras de adaptação, segundo modelo tipo de instalações superiormente aprovado em 2019 A DIE elabora breve relatório com identificação das equipas beneficiadas, e remete-o à DPO, acompanhado pela respetiva informação para despacho superior, até 31-dezembro-2020. |
| DIE.04 Promover a remodelação, beneficiação e conservação das infraestruturas da DGRSP, com recurso | Ind 06 – % de execução material das obras financiadas pelo PIDDAC | 31-12-20 | 85% | 95% | | | A DIE elabora breve relatório demonstrando quais as obras executadas (abrange estabelecimentos prisionais, equipas, centros educativos e serviços centrais) em 2020 financiadas pelo PIDDAC (Programa de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central) e identificando, como demonstração do cumprimento do indicador, qual a % execução material face ao financiamento para 2020. A DIE remete o relatório elaborado à DPO, acompanhado pela respetiva informação para despacho superior, até 31-dezembro-2020. |
| DIE.05 Reforçar condições de segurança dos estabelecimentos | Ind 07 - Nº de novas portarias e/ou redes perimétricas instaladas | 31-12-20 | 2 | 3 | (DES) (EP) | | A DIE elabora breve relatório com identificação dos equipamentos instalados e estabelecimentos prisionais beneficiados, e remete-o à DPO, acompanhado pela respetiva informação para despacho superior, até 31-dezembro-2020. |

| Objetivos do Gabinete de Tecnologias de Informação e Comunicação | | | | | | | |
|---|--|----------|--|--|--|----------------------|--|
| Objetivos | Indicadores | Meta | | | Partilha | QUAR | Detalhes |
| | | Data | Valor | Superação | | | |
| GTIC.01 Modernizar e aumentar os meios de comunicação à distância entre reclusos e a sua rede familiar/social | Ind 01 – Nº de projetos piloto de teste de colocação de telefones fixos em celas implementados e avaliados | 31-12-20 | 1 projeto piloto em EP | 2 projetos piloto em EP | DSOI 05 Ind 05 SAI 08 Ind 08 | QUAR 03 Ind 03 | <p>A implementação e avaliação do(s) projetos(s) piloto de teste de colocação de telefones fixos em celas Implementados e avaliados é assegurada por grupo de trabalho superiormente constituído para o efeito, integrado pelo GTIC, a DSS e o SAI, tendo como condição base de exequibilidade o estabelecimento de protocolo com empresa(s) para esta finalidade específica. Como evidência do cumprimento do indicador, GTIC, a DSS e o SAI elaboram relatório descritivo e avaliativo, do qual deverá constar</p> <ul style="list-style-type: none"> - descrição do(s) projeto(s) piloto implementado(s); - avaliação do(s) projeto(s) piloto implementado(s), incluindo identificação das condições necessárias - como condições técnicas para a abertura de procedimento concursal - ou de exequibilidade para a generalização da colocação de telefones fixos em celas em todo o sistema prisional, de forma planeada e progressiva; propostas de necessárias alterações legislativas (incluindo a derrogação parcial do regime '1 chamada/dia/5 minutos' e), nomeadamente as que possam decorrer das experiências piloto como condição para a sua generalização a todo o sistema prisional. <p>GTIC, DSS e SAI remetem o relatório elaborado à DPO, acompanhado de informação para despacho superior, até 31-dezembro-2020.</p> |
| GTIC.02 Promover a desmaterialização dos circuitos internos existentes nos serviços de suporte Projeto 'SGD GI@ba' Plano Justiça + Próxima | Ind 02 - % de processos elaborados através do <i>edoclink</i> | 31-12-20 | 75% dos processos pelo <i>edoclink</i> | 80% dos processos pelo <i>edoclink</i> | DGRH 07 Ind 08 DAPPR 05 Ind 10 DF 06 Ind 08 DCF 04 Ind 04 DCT 03 Ind 05 DCP 04 Ind 04 DGP 03 Ind 03 DDA 01 Ind 02 | | <p>A aferição do cumprimento do indicador faz-se através do seguinte cálculo: (Número de processos elaborados através do <i>edoclink</i>/Número total de processos elaborados)*100.</p> <p>O GTIC elabora, a partir de dados do próprio <i>edoclink</i>, breve relatório demonstrativo da concretização do indicador e envia-o à DPO, acompanhado da informação para despacho superior, até 31-dezembro-2020.</p> |

Nota: Na coluna Partilha referem-se os serviços envolvidos e, entre parêntesis, os serviços cuja colaboração é necessária para a concretização do indicador em causa.

| Objetivos | Indicadores | Meta | | | Partilha | QUAR | Detalhes |
|--|---|----------|--------------------------------|--------------------------------|-----------------|----------------|---|
| | | Data | Valor | Superação | | | |
| GTIC.03 Desenvolver um acesso digital para a população reclusa, com acesso seguro a sítios web com informação e serviços fundamentais Projeto 'Cidad@o Recluso+ Plano Justiça + Próxima | Ind 03 –Portal do Recluso no âmbito do Projeto 'Cidad@o Recluso+' apresentado | 31-12-20 | Portal do Recluso apresentado | 30-11-20 | | | O GTIC elabora breve relatório demonstrativo da concretização do indicador e envia-o à DPO, acompanhado da informação para despacho superior, até 31-dezembro-2020. |
| GTIC.04 Implementar a desmaterialização do processo clínico individual e sua integração na Plataforma de Dados em Saúde do Ministério da Saúde Projeto 'Saúde Próxima' Plano Justiça + Próxima | Ind 04 – Nº de estabelecimentos prisionais com desmaterialização do Processo Clínico Individual e integração na Plataforma de Dados em Saúde do Ministério da Saúde | 31-12-20 | 30 estabelecimentos prisionais | 35 estabelecimentos prisionais | CCGCS 06 Ind 06 | QUAR 13 Ind 14 | Ponto de partida: a 21 de novembro de 2017 foi assinado o protocolo entre a DGRSP e os Serviços Partilhados do Ministério da Saúde (SPMS) com vista à informatização dos serviços clínicos dos estabelecimentos prisionais, ligação à rede informática da saúde e implementação de telemedicina. Apesar de terem vindo a assinados os necessários acordos específicos, o processo de desmaterialização, condição essencial para a implementação da telemedicina, não se iniciou ainda. O GTIC elabora breve relatório demonstrativo da concretização do indicador, evidenciando o nº de estabelecimentos prisionais/centros educativos com desmaterialização do Processo Clínico e envia-o à DPO, acompanhado da informação para despacho superior, até 31-dezembro-2020. |
| GTIC.05 Prosseguir a renovação e modernização do parque informático da DGRSP Projeto 'Modernização do Parque Tecnológico da DGRSP' Plano Justiça + Próxima | Ind 05 – Nº de novos computadores afetos às unidades orgânicas | 31-12-20 | 1.100 | 30-11-20 | | | O GTIC elabora informação para despacho superior demonstrativa do cumprimento do indicador, nela discriminando o número de novos computadores afetos por unidade orgânica, e envia-a à DPO até 31-dezembro-2020. |

| Colaboração em objetivos de outras unidades orgânicas ⁽¹⁾ | | | |
|--|--|---|---|
| Unidade Orgânica | Objetivos | Indicadores | Colaboração do GTIC |
| Divisão de Administração de Pessoal e Processamento de Remunerações | DAPPR.02 Aprofundar os mecanismos de controlo interno da assiduidade e pontualidade | Ind 05 – % de implementação de sistemas de registo biométrico nas unidades orgânicas dos serviços desconcentrados | O GTIC colabora com a DAPPR na implementação de sistemas de registo biométrico nas unidades orgânicas dos serviços desconcentrados. |
| Divisão de Planeamento e Organização | DPO.01 Assegurar a avaliação da implementação do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da DGRSP | Ind 01 - Relatório de avaliação da implementação do Plano de Prevenção da Corrupção | As unidades orgânicas responsáveis pela coordenação/supervisão de medidas preventivas contidas no Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da DGRSP prestam à DPO a informação solicitada para efeitos de monitorização/avaliação da implementação do Plano. |

(1) Objetivos de outras unidades orgânicas para cuja concretização é necessária a colaboração do GTIC, mas que não constituem objetivos próprios.

Objetivos do Gabinete Jurídico e de Contencioso

| Objetivos | Indicadores | Meta | | | Partilha | QUAR | Detalhes |
|---|---|----------|------------|-----------|----------|------|---|
| | | Data | Valor | Superação | | | |
| GJC.01 Garantir a eficácia na elaboração de informações e emissão de pareceres | Ind 01 – Nº médio de dias para elaboração de informações de apreciação de impugnações administrativas | 31-12-20 | 20 dias | 15 dias | | | O GJC elabora breve relatório demonstrativo do tempo médio para elaboração de informações e emissão de pareceres, após remessa do processo instrutor da unidade orgânica, com o cálculo dos dias para cada documento elaborado, aferindo a respetiva média, e remete-o à DPO, acompanhado da respetiva informação para despacho superior, até 31-dezembro-2020. São contabilizados pedidos entrados no GJC até 31-outubro-2020. Para efeitos de avaliação do cumprimento do objetivo, dada a formulação do indicador, não é aceite a contabilização por amostragem. |
| GJC.02 Garantir a eficácia na elaboração das peças processuais nos processos contenciosos não urgentes | Ind 02 - Nº médio de dias para elaboração de peças jurídicas nos processos contenciosos não urgentes | 31-12-20 | 9 dias | 8 dias | | | O GJC elabora breve relatório demonstrativo do tempo médio para elaboração de peças jurídicas nos processos contenciosos não urgentes, com o cálculo dos dias para cada peça jurídica elaborada, aferindo a respetiva média, e remete-o à DPO, acompanhado da respetiva informação para despacho superior, até 31-dezembro-2020. São contabilizados processos entrados no GJC até 31-outubro-2020. Para efeitos de avaliação do cumprimento do objetivo, dada a formulação do indicador, não é aceite a contabilização por amostragem. |
| GJC.03 Preparar e colaborar na elaboração de projetos de diplomas legais, regulamentos, notas internas e protocolos | Ind 03 – Nº de colaborações | 31-12-20 | 10 | 15 | | | As colaborações consistem na elaboração de projetos de diplomas legais e outros atos normativos e na elaboração de informações e emissão de pareceres sobre minutas de protocolos. O GJC envia à DPO, até 31-dezembro-2020, informação para despacho superior contendo elementos demonstrativos/discriminativos do número de colaborações concretizadas. |
| GJC.04 Assegurar sistema de controlo interno e monitorização | Ind 04 - Proposta de melhoria - remodelação do banco de dados de ações judiciais | 31-12-20 | 1 proposta | 30-11-20 | | | O GJC elabora proposta com base na monitorização do desempenho no âmbito contencioso. O GJC remete à DPO a proposta de melhoria elaborada, acompanhada da respetiva informação para despacho superior, até 31-dezembro-2020. |

Nota: Na coluna Partilha referem-se os serviços envolvidos e, entre parêntesis, os serviços cuja colaboração é necessária para a concretização do indicador em causa.

| Autoridade Central ¹ | | | | | | | |
|--|---|----------|------------------------------------|--|----------|------|---|
| Objetivos | Indicadores | Meta | | | Partilha | QUAR | Detalhes |
| | | Data | Valor | Superação | | | |
| GJC.05 Melhorar a informação estatística da atividade da Autoridade Central Portuguesa, através de atualização periódica | Ind 05 - Documento estatístico sobre a atividades da ACP em 2019 | 31-12-20 | 1 documento com dados estatísticos | 1 documento síntese com estatística por tipo de atividade da ACP | | | O GJC remete documento com a atualização dos dados estatísticos da ACP, com corte de dados a 31-dezembro-2020, à DPO, acompanhado da respetiva informação para despacho superior, até 31- janeiro-2021. |
| GJC.06 Reduzir o tempo para o primeiro tratamento dos processos entrados na Autoridade Central Portuguesa | Ind 06 - Nº médio de dias úteis para primeira resposta aos pedidos novos entrados (2020) na ACP | 31-12-20 | 14 dias úteis | 9 dias úteis | | | O GJC envia documento comprovativo da concretização do indicador, contendo elementos demonstrativos do tempo em dias úteis (média) de resposta assegurado, à DPO, acompanhado da respetiva informação para despacho superior, até 31-dezembro-2020. |

¹ Regulamento (CE) 2201/2003, de 27 de novembro de 2003 relativo à competência, ao reconhecimento e à execução de decisões em matéria matrimonial e em matéria de responsabilidade parental, Convenção de Haia de 25 de outubro de 1980 – convenção sobre os aspetos civis do rapto parental - e convenção de Haia de 19 de outubro de 1996 - responsabilidade parental e medidas de proteção de crianças.

| Objetivos do Centro de Competências de Comunicação e Relações Externas | | | | | | | |
|---|--|----------|---|--|----------|------|--|
| Objetivos | Indicadores | Meta | | | Partilha | QUAR | Detalhes |
| | | Data | Valor | Superação | | | |
| CCCRE.01 Publicar revista eletrônica da DGRSP com caráter técnico e científico | Ind 01 - Nº da revista da DGRSP 'Sombras e Luzes' publicados | 31-12-20 | 1 número | 2 números | | | O CCCRE apresenta à DPO o(s) número(s) editado(s), evidenciando a sua publicação em 2020. |
| CCCRE.02 Monitorizar hábitos de visita/navegação na intranet e na internet | Ind 02 –Projeto de monitorização das árvores de navegação da intranet e da internet | 30-11-20 | 1 projeto de monitorização | 30-10-2020 | | | Pretende-se compreender os hábitos de navegação dos utilizadores nas árvores da intranet e internet. O CCCRE elabora o projeto de monitorização e remete-o, acompanhado da respetiva informação para despacho superior, à DPO até 30-novembro-2020. |
| CCCRE.03 Reforçar a supervisão sobre o uso e divulgação de informação privilegiada e/ou daquela que nos termos da lei não deva ser divulgada ¹ | Ind 03 – Estudo de análise de fontes invocadas e de conteúdos de notícias publicadas sobre a DGRSP em 2019 | 31-12-20 | 1 estudo análise conteúdo notícias | 30-11-20 | | | O CCCRE elabora estudo de análise de fontes invocadas e de conteúdos de notícias publicadas sobre a DGRSP em 2019, e envia-o à DPO, acompanhado pela respetiva informação para despacho superior, até 31-dezembro-2020. |
| CCCRE.04 Identificar as áreas de formação dos estágios académicos realizados no período 2015 a 2019 | Ind 04 - Estudo sobre a evolução das áreas de formação de incidência dos estágios académicos | 31-10-20 | 1 estudo | 30-09-20 | | | O CCCRE elabora estudo sobre formação sobre as quais incidiram os estágios realizados na DGRSP nos anos de 2015 a 2019, que remete à DPO, acompanhado pela respetiva informação para despacho superior, até 31-dezembro-2020. |
| CCCRE.05 Produzir dados estatísticos sobre a evolução das penas e medidas na comunidade por crime de violência doméstica | Ind 05 - Relatório estatístico sobre a evolução (2011 a 2020) das penas e medidas na comunidade por crime de violência doméstica | 31-12-20 | 1 relatório estatístico relativo ao período 2011/2020 | 1 relatório estatístico relativo ao período 2011/2020 com projeção para o ano 2021 | | | O CCCRE apresenta relatório estatístico com tratamento e análise de dados sobre a evolução (2011 a 2020) das penas e medidas na comunidade por crime de violência doméstica, com corte de dados a 31-dezembro-2020. O CCCRE remete o relatório elaborado à DPO, acompanhado da respetiva informação para despacho superior, até 31-janeiro-2021. |
| CCCRE.06 Melhorar a resposta aos pedidos de investigação académica | Ind 06 – Tempo médio para solicitar informação complementar e preparar informação para despacho superior | 31-12-20 | 15 dias | 10 dias | | | O CCCRE efetua o registo da data da candidatura e das datas de solicitação de documentos/informação em falta (requerimento, declaração do estabelecimento ensino superior, parecer do orientador, projeto de investigação e outros necessários à candidatura) e, após apreciação, regista a data do consequente parecer de deferimento / indeferimento, e remete os registos referentes ao ano de 2020 à DPO, acompanhado pela devida informação para despacho superior, nela evidenciando o cumprimento do indicador, até 31-dezembro-2020. |

Nota: Na coluna Partilha referem-se os serviços envolvidos e, entre parêntesis, os serviços cuja colaboração é necessária para a concretização do indicador em causa

¹ Contribui para a medida 1 do Plano de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas da DGRSP.

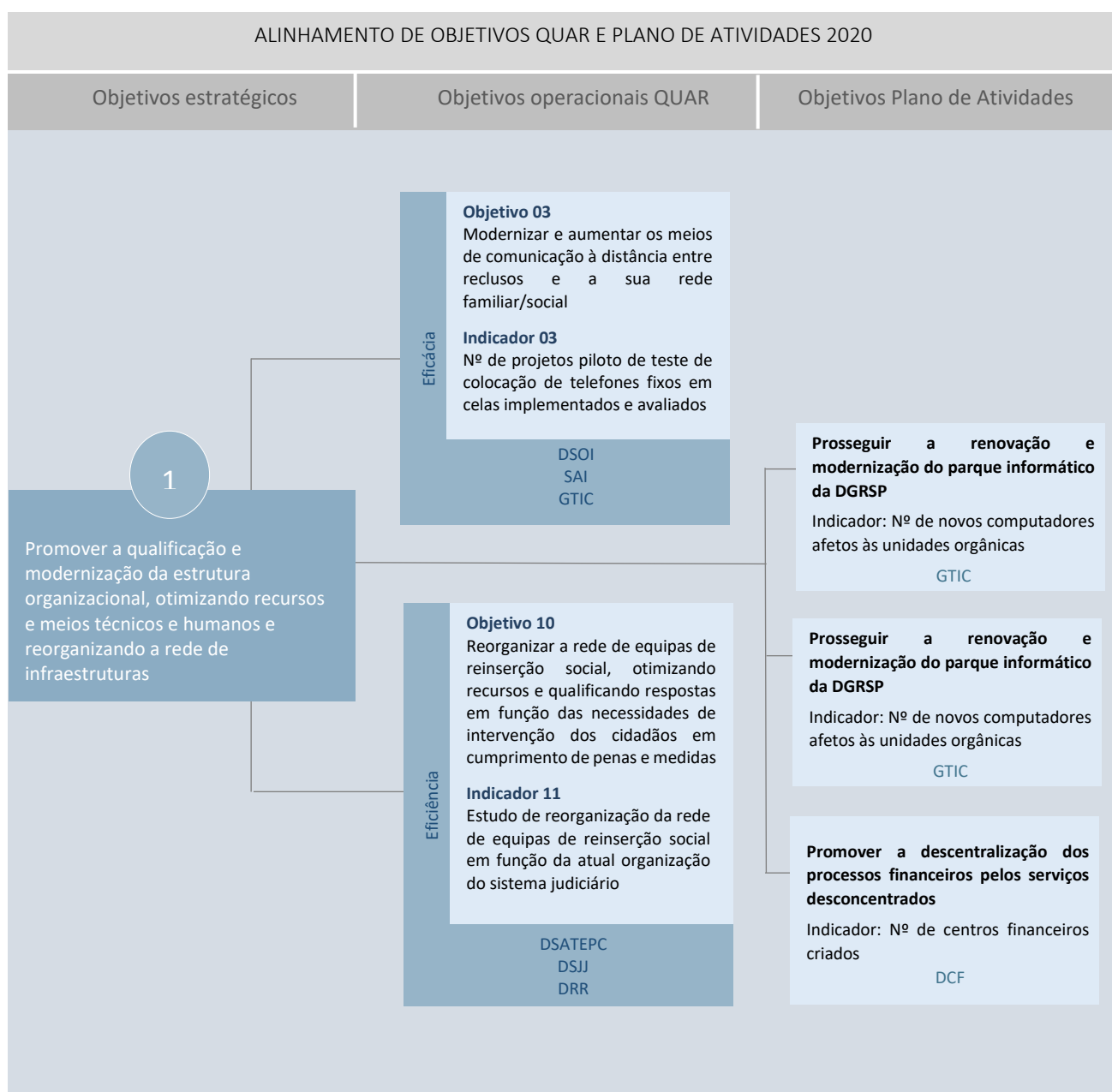
| Colaboração em objetivos de outras unidades orgânicas ⁽¹⁾ | | | |
|--|--|---|---|
| Unidade Orgânica | Objetivos | Indicadores | Colaboração do CCCRE |
| Direção de Serviços de Vigilância Eletrónica | DSVE.03 Promover a melhoria da execução das decisões judiciais fiscalizadas com vigilância eletrónica | Ind 03 - Taxa anual de revogações da decisão judicial, por incumprimento do sujeito vigiado (todos os contextos penais) | O CCCRE assegura dados a retirar do SIRS, por referência à relação entre o total de penas e medidas findas e aquelas que foram revogadas por incumprimento do sujeito vigiado, com dados reportados a 31-dezembro-2020. |
| Divisão de Planeamento e Organização | DPO.01 Assegurar a avaliação da implementação do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da DGRSP | Ind 01 - Relatório de avaliação da implementação do Plano de Prevenção da Corrupção | As unidades orgânicas responsáveis pela coordenação/supervisão de medidas preventivas contidas no Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da DGRSP prestam à DPO a informação solicitada para efeitos de monitorização/avaliação da implementação do Plano. |

(1) Objetivos de outras unidades orgânicas para cuja concretização é necessária a colaboração do GTIC, mas que não constituem objetivos próprios.

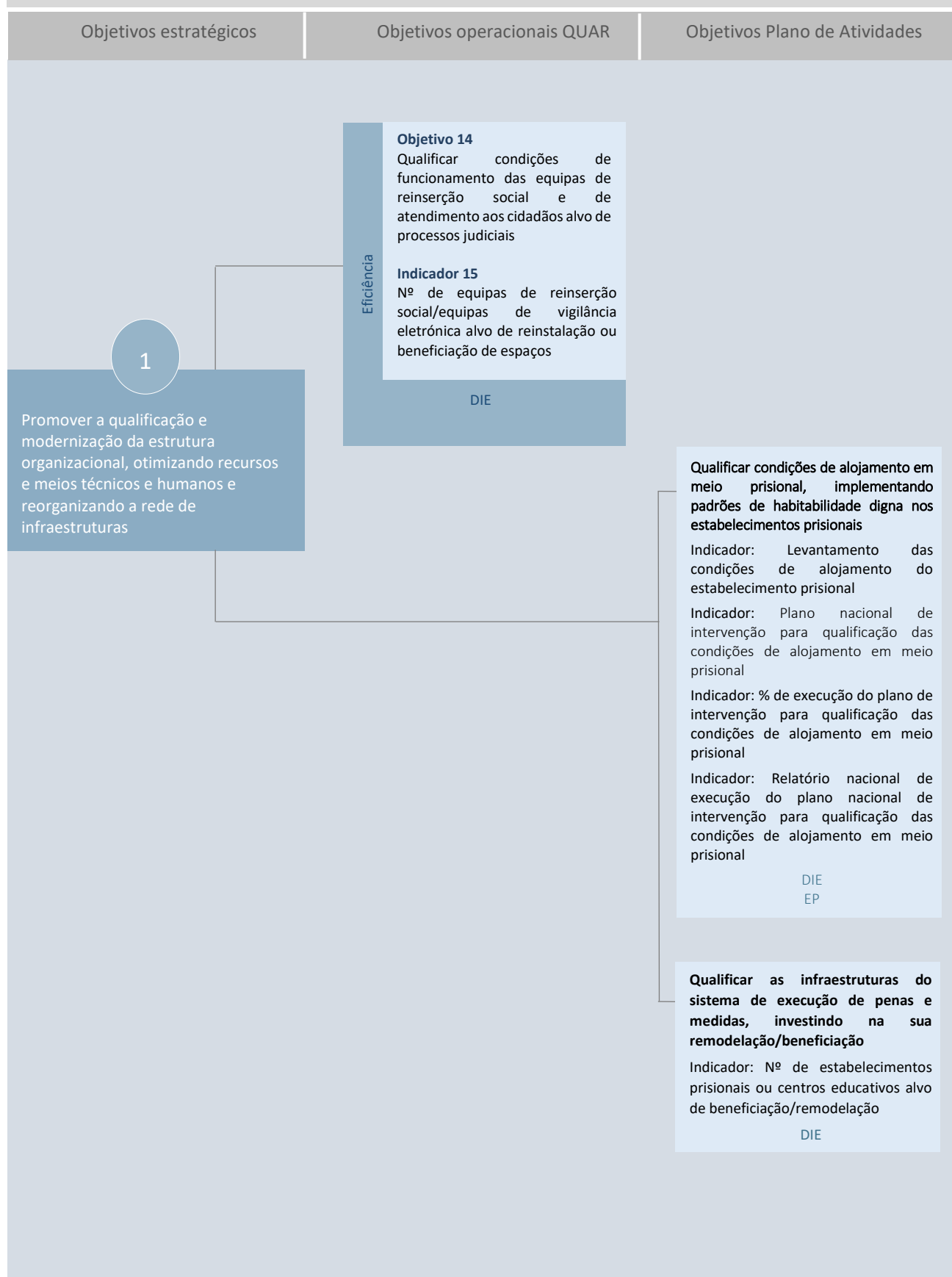
3

ALINHAMENTO ENTRE OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E OPERACIONAIS

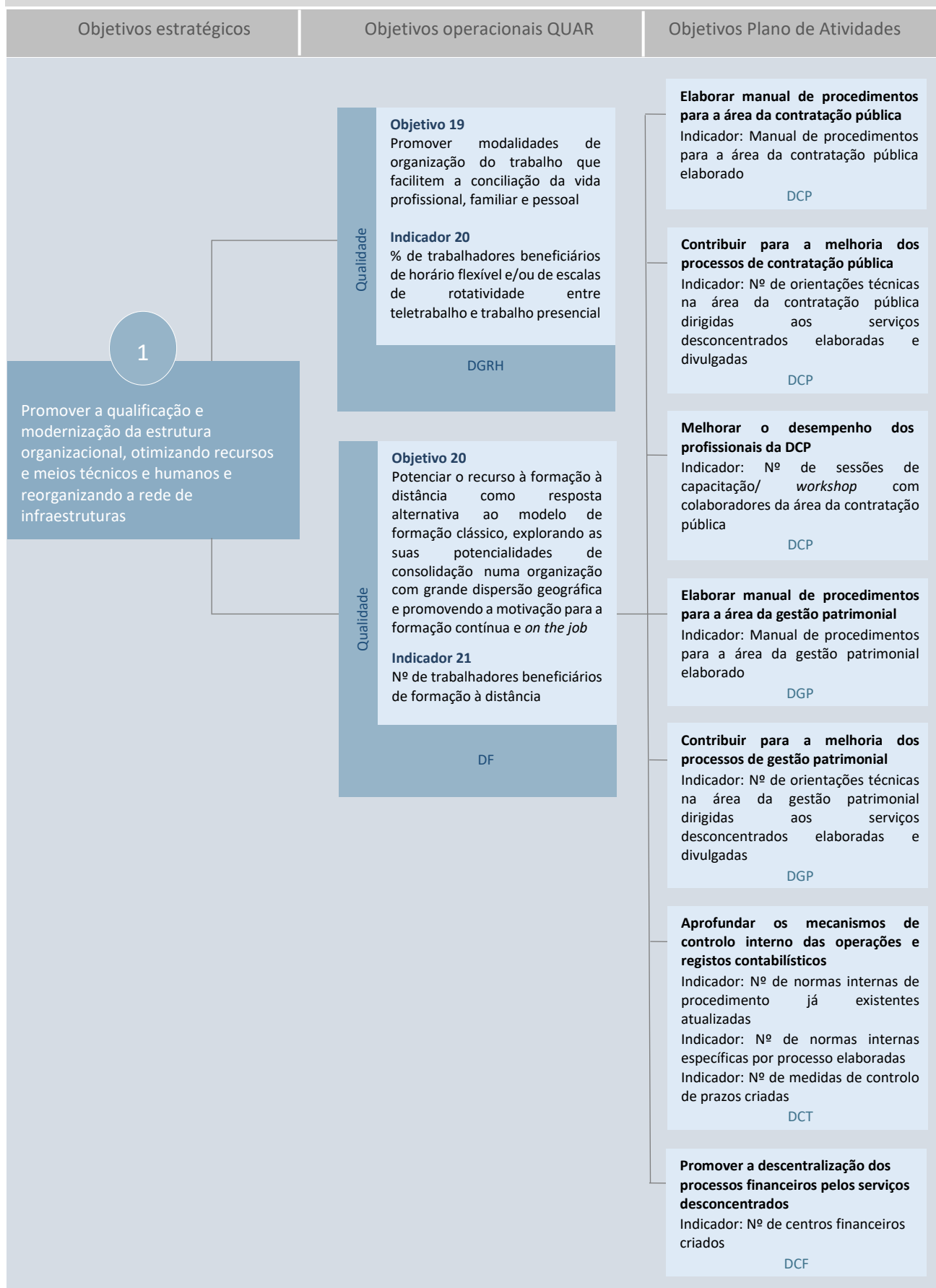
O alinhamento dos objetivos plurianuais, correspondentes aos objetivos estratégicos do QUAR, com os operacionais do QUAR e com os restantes objetivos das unidades orgânicas que integram o Plano de Atividades que para aqueles contribuem, procura-se dar uma visão global dos resultados que a DGRSP se propõe atingir em 2020.



ALINHAMENTO DE OBJETIVOS QUAR E PLANO DE ATIVIDADES 2020



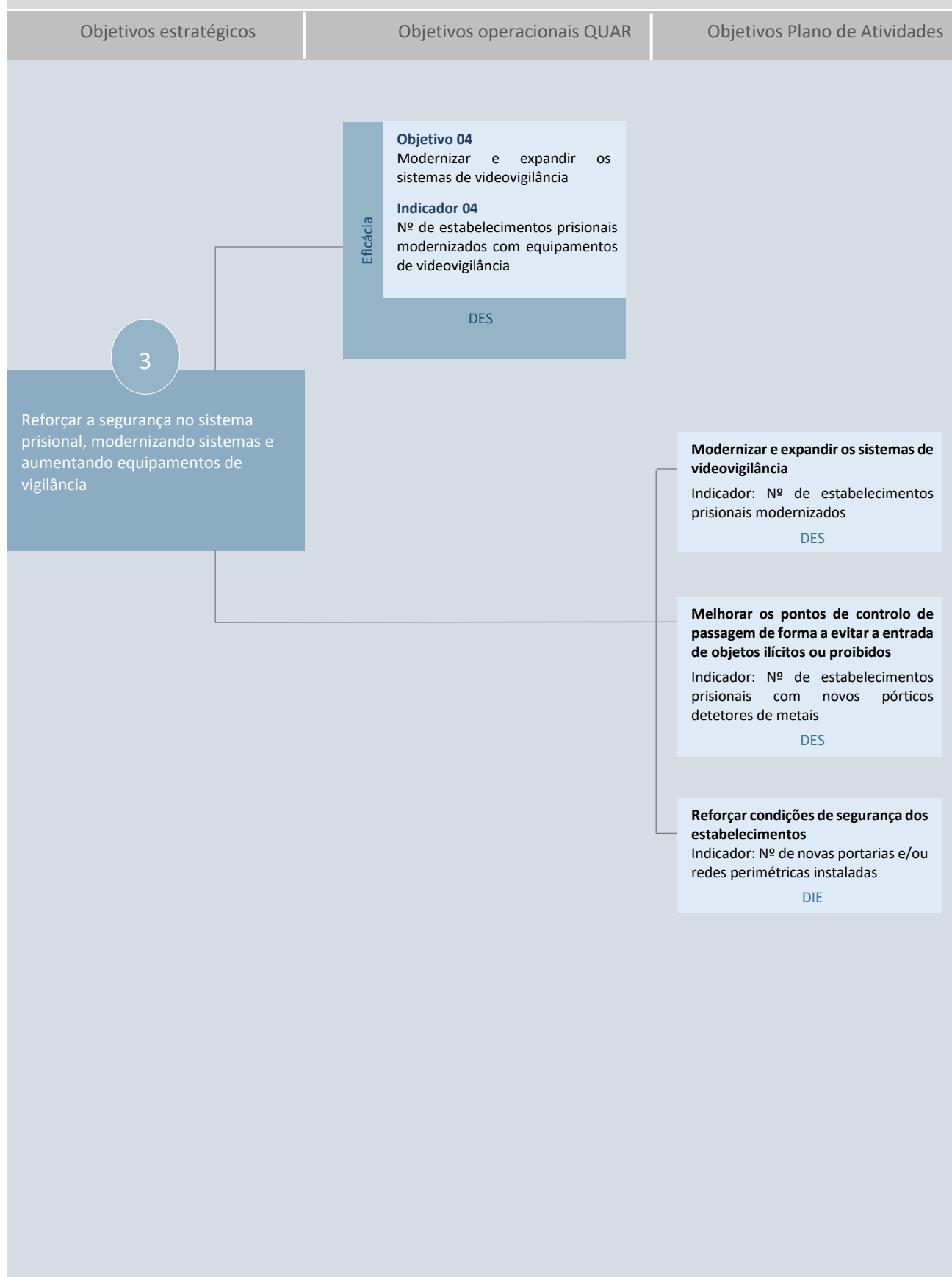
ALINHAMENTO DE OBJETIVOS QUAR E PLANO DE ATIVIDADES 2020



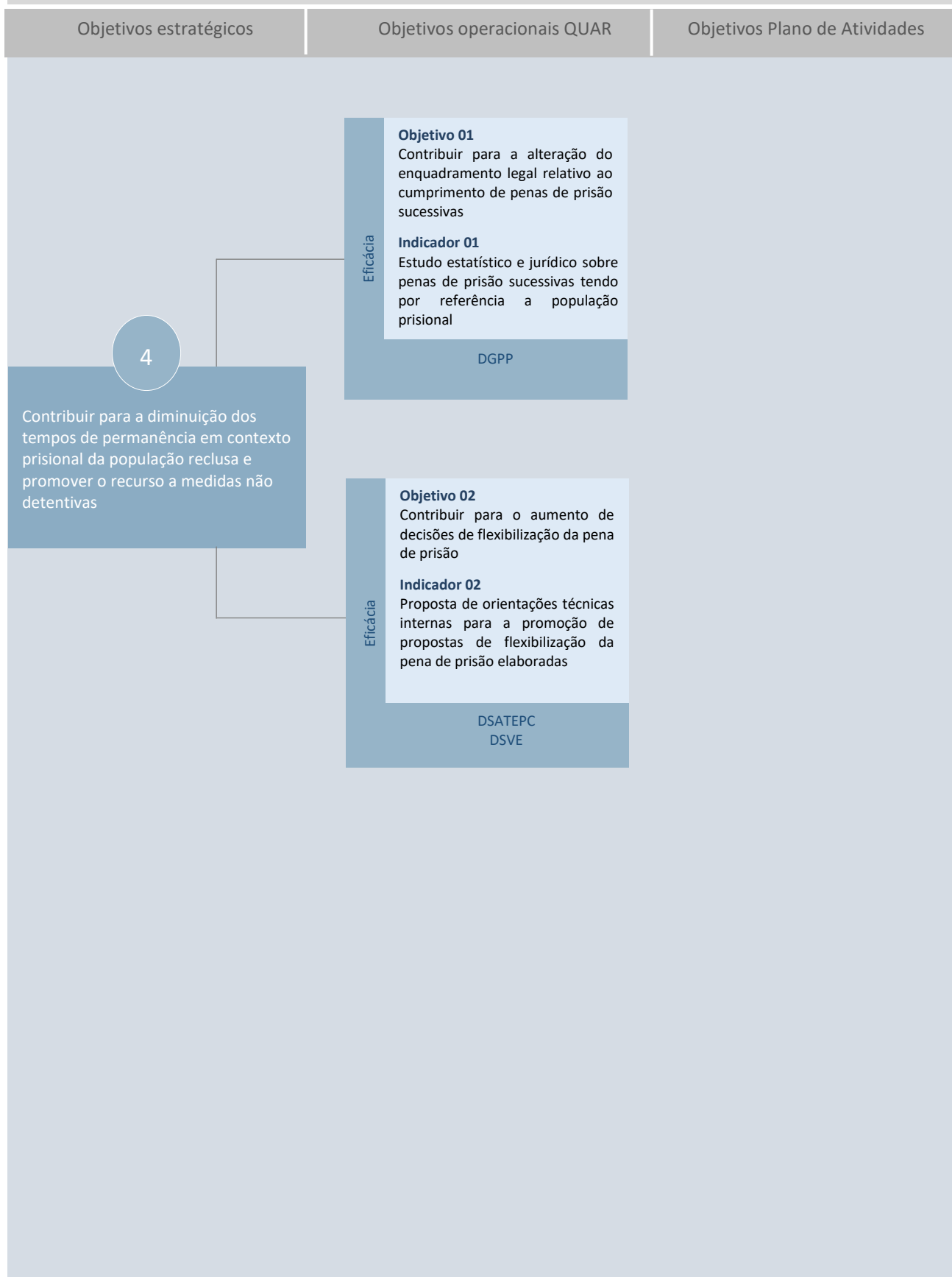
ALINHAMENTO DE OBJETIVOS QUAR E PLANO DE ATIVIDADES 2020



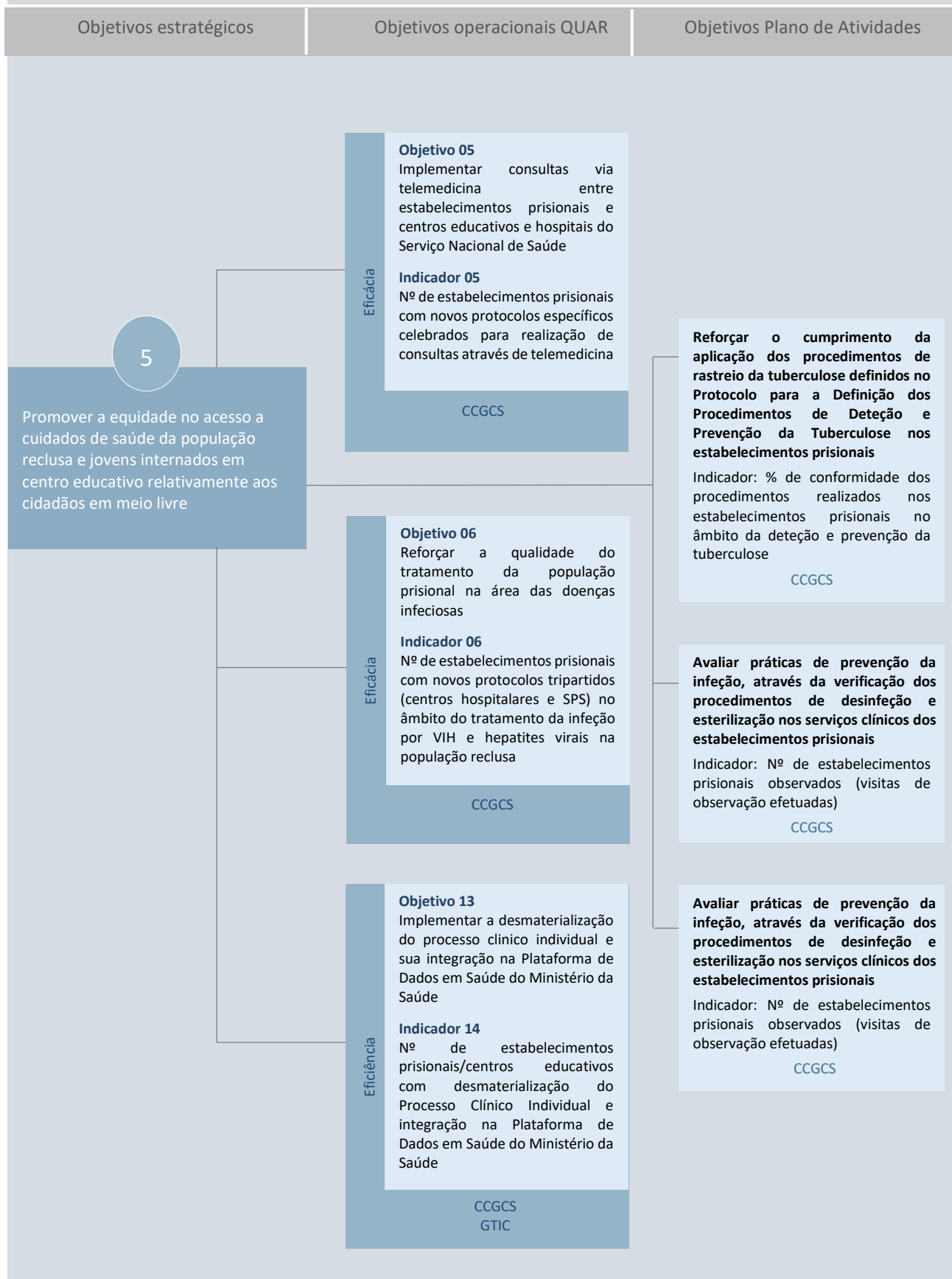
ALINHAMENTO DE OBJETIVOS QUAR E PLANO DE ATIVIDADES 2020



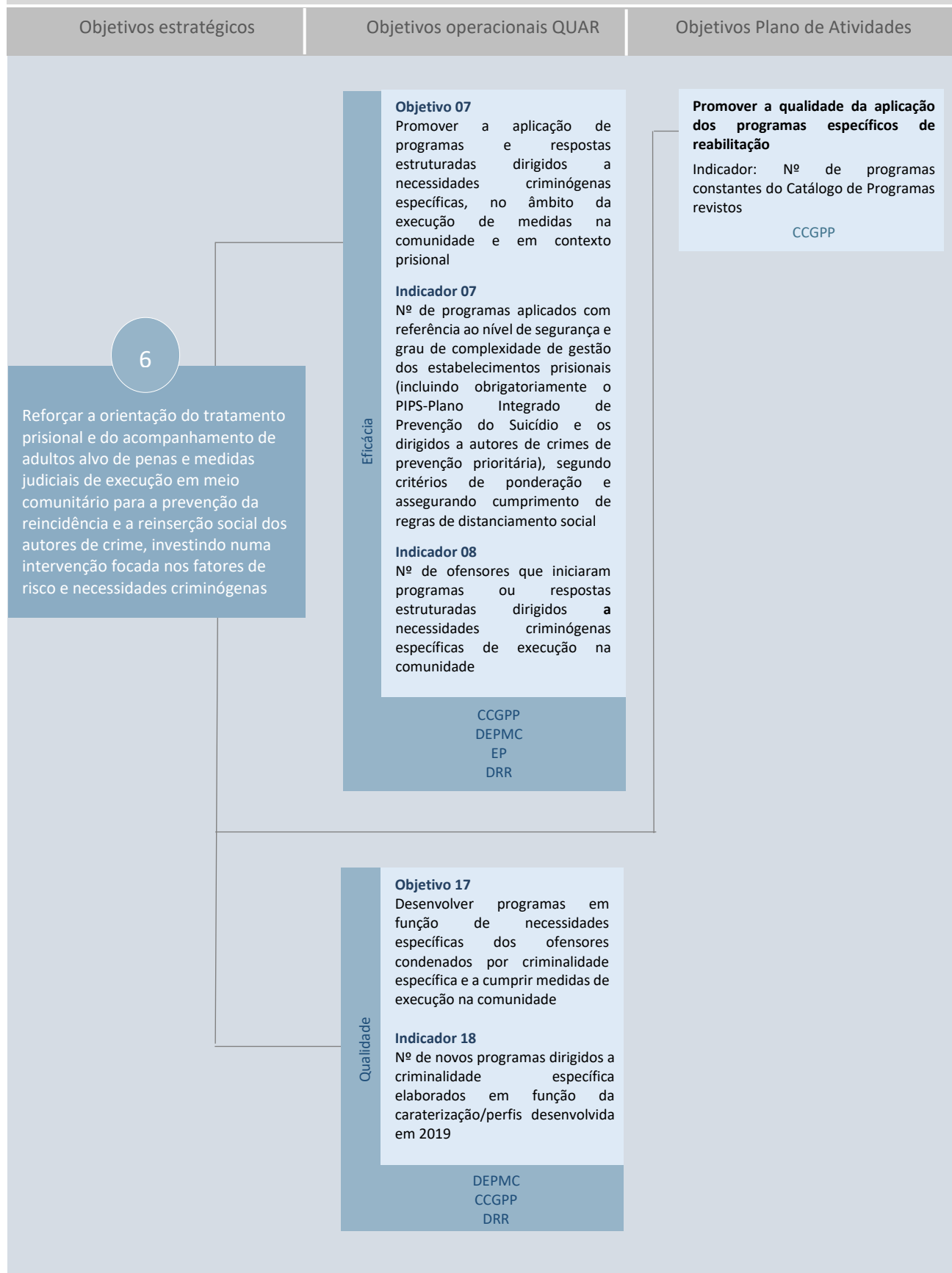
ALINHAMENTO DE OBJETIVOS QUAR E PLANO DE ATIVIDADES 2020



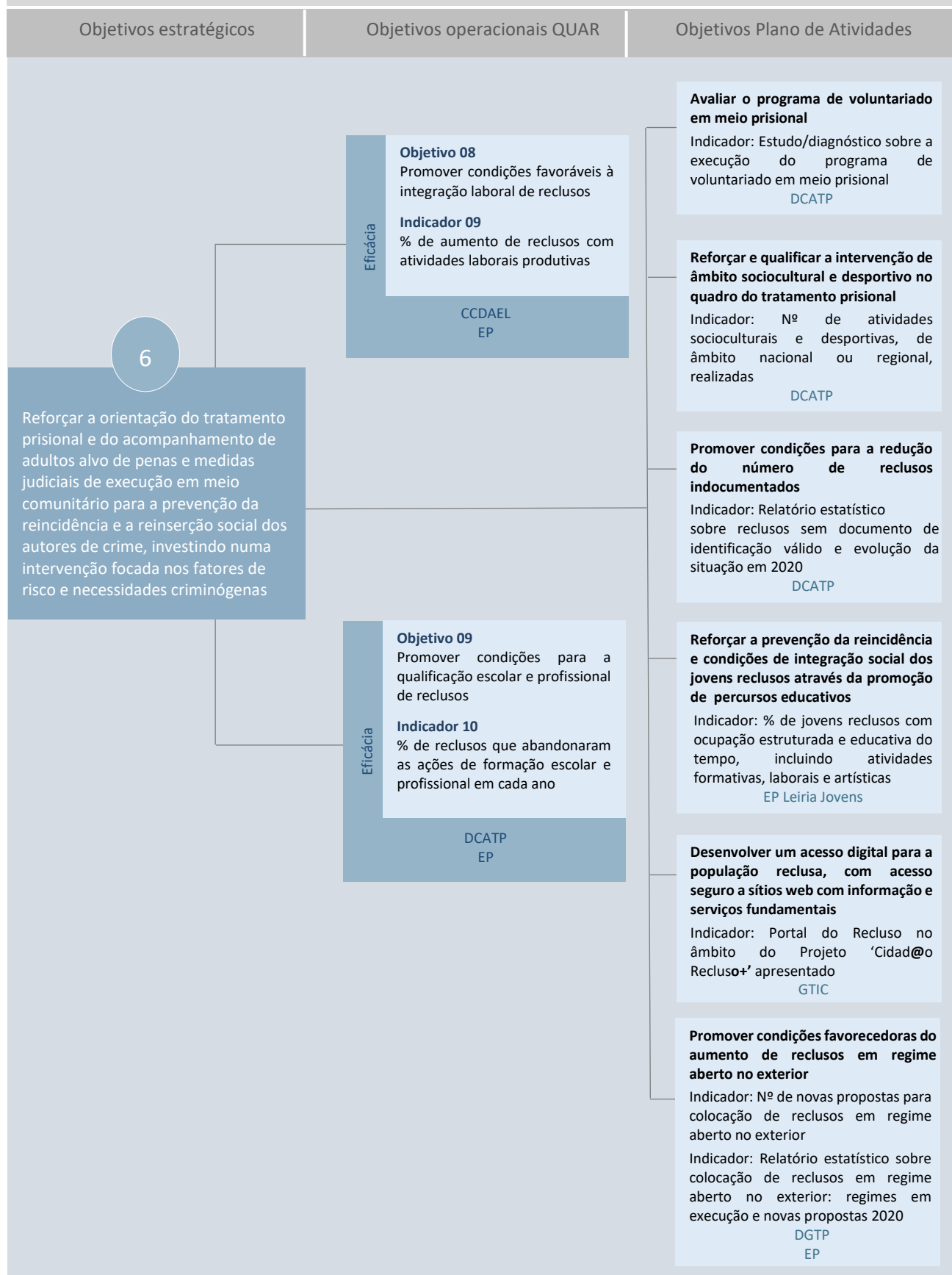
ALINHAMENTO DE OBJETIVOS QUAR E PLANO DE ATIVIDADES 2020



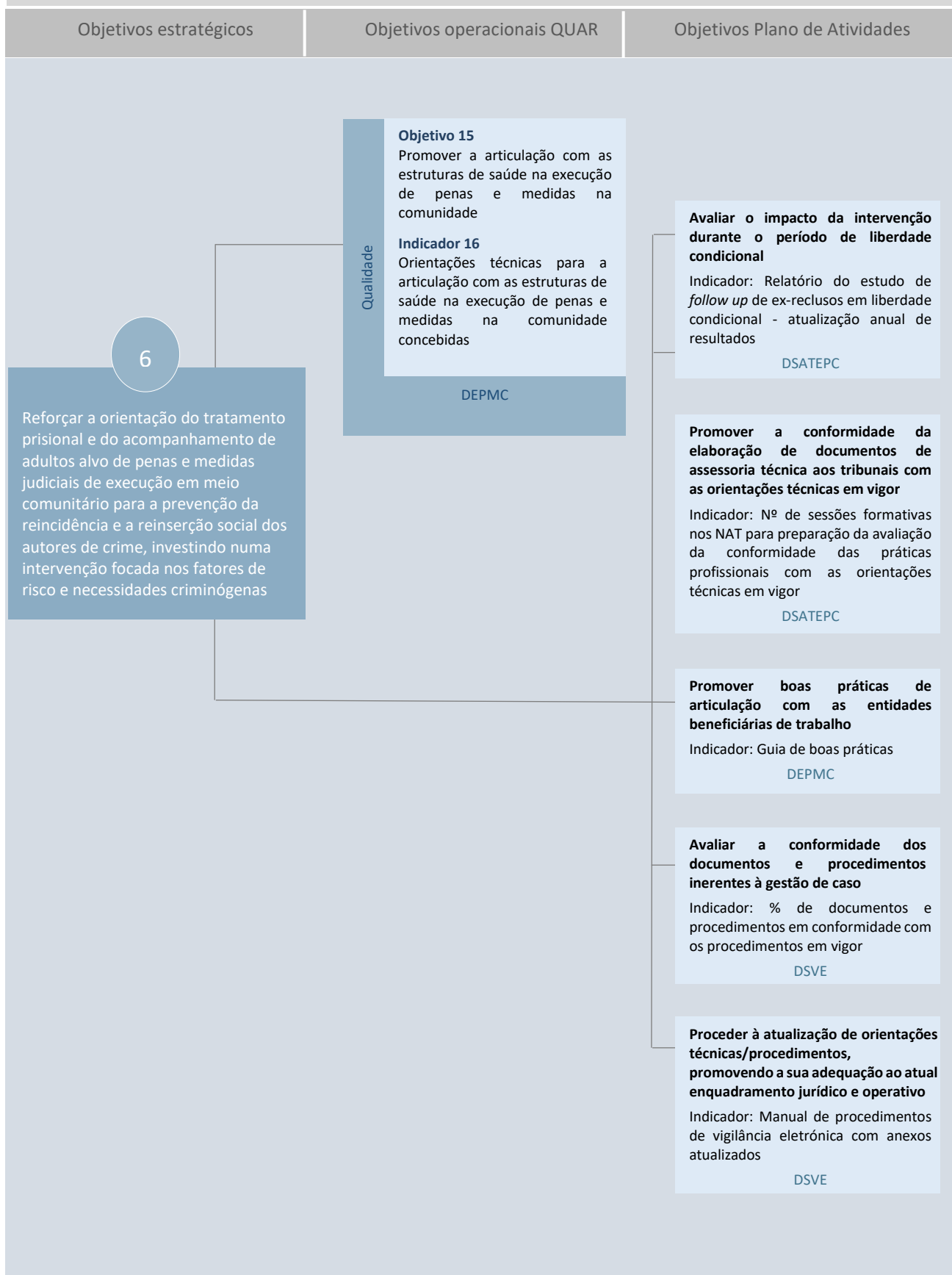
ALINHAMENTO DE OBJETIVOS QUAR E PLANO DE ATIVIDADES 2020



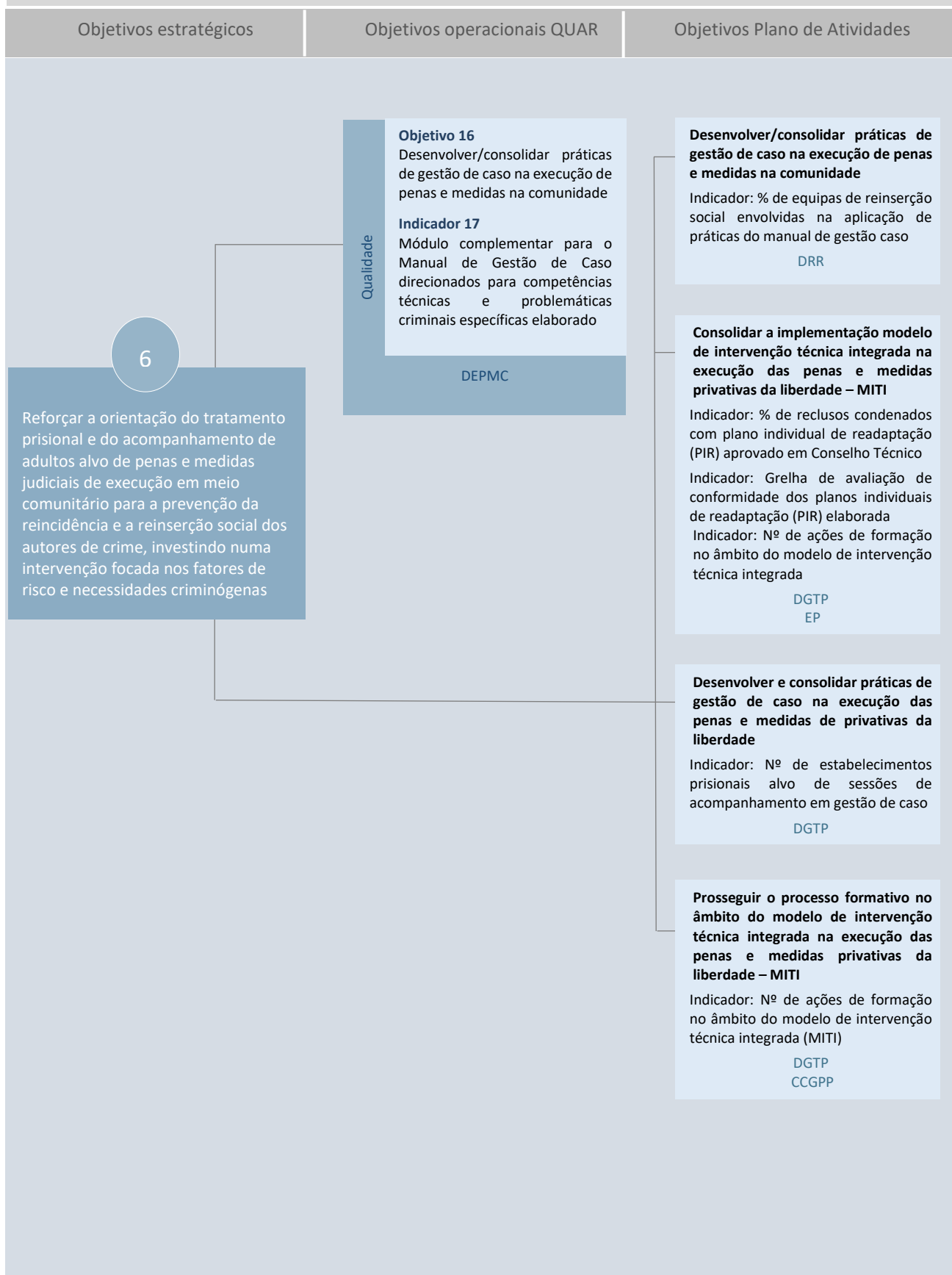
ALINHAMENTO DE OBJETIVOS QUAR E PLANO DE ATIVIDADES 2020



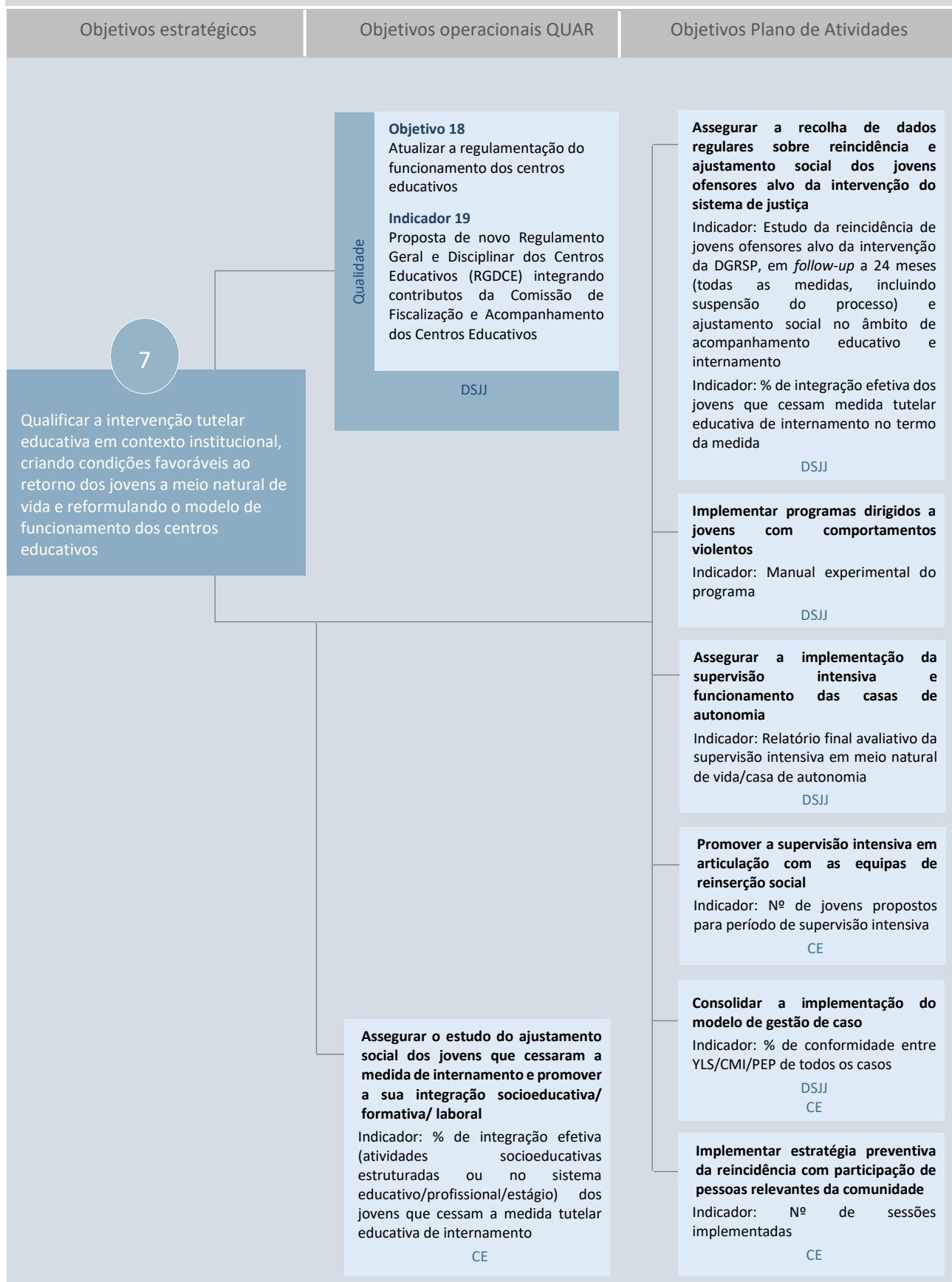
ALINHAMENTO DE OBJETIVOS QUAR E PLANO DE ATIVIDADES 2020



ALINHAMENTO DE OBJETIVOS QUAR E PLANO DE ATIVIDADES 2020



ALINHAMENTO DE OBJETIVOS QUAR E PLANO DE ATIVIDADES 2020





III

RECURSOS HUMANOS E FINANCEIROS

1

RECURSOS HUMANOS

Constam do quadro seguinte os recursos humanos planeados pela DGRSP para 2020, classificados por categorias, num total de 8 257 trabalhadores.

| Previsão de recursos humanos 2020 | |
|--|---------------------|
| | Nº de trabalhadores |
| Dirigentes - Direção Superior | 4 |
| Dirigentes - Direção intermédia e chefes de equipa multidisciplinar e diretores de estabelecimento prisional | 93 |
| Adjuntos de estabelecimento prisional | 91 |
| Inspetores-coordenador (MMP) | 3 |
| Técnicos superiores de reeducação, técnicos superiores de reinserção social (inclui coordenadores de equipas de reinserção social, vigilância eletrónica e centros educativos) | 814 |
| Técnicos superiores (inclui Especialistas de Informática e Técnicos Superiores em funções no SAI) | 414 |
| Docentes (Educadores de infância) | 2 |
| Pessoal médico | 65 |
| Pessoal de enfermagem | 266 |
| Técnicos de diagnóstico e terapêutica | 41 |
| Técnicos de orientação escolar e social | 5 |
| Corpo da Guarda Prisional (Inclui 29 Comissários, 119 Chefes Principais, 378 Chefes, 2137 Guardas Principais e 2314 Guardas) | 4 977 |
| Técnicos profissionais de reinserção social (inclui responsável técnico profissional reinserção social) | 270 |
| Coordenadores técnicos | 47 |
| Assistentes técnicos (Inclui técnicos de informática) | 811 |
| Assistentes operacionais (Inclui 1 Encarregado Operacional e 1 Encarregado Geral Operacional) | 343 |
| Assistentes religiosos | 2 |
| Outros (administradores prisionais (4), auxiliares técnicos de educação (3), guarda florestal (1) e técnico de ensino profissional (1)) | 9 |
| Total | 8 257 |

Fonte: DSRH.

2

RECURSOS FINANCEIROS

Apresenta-se, no mapa seguinte, a previsão de despesa da DGRSP para o ano de 2020.

| Recursos financeiros - Previsão de despesa 2020 | |
|---|-------------------------|
| Designação | (unidade: euros) |
| Orçamento de atividades ¹ | 321 353 345,00 € |
| Despesas com pessoal | 235 090 824,00 € |
| Aquisições de bens | 38 269 043,00 € |
| Aquisição de serviços | 42 229 300,00 € |
| Transferências correntes + juros | 5 041 622,00 € |
| Outras despesas correntes | 507 368,00 € |
| Aquisição de bens de capital | 215 188,00 € |
| Orçamento de projetos ² | 8 008 105,00 € |
| Total (Orçamento de atividades + Projetos) | 329 361 450,00 € |

Fonte: DSF.

¹ Inclui financiamento comunitário no montante de 0,083MEUR.

Face ao orçamento aprovado corrigido dos efeitos da aplicação da cativação imposta pela Lei n.º 2/2020, de 31 de março, a DGRSP, face à previsão de despesa para o ano de 2020 - Despesa prevista em sede de Projeto de Orçamento corrigida e atualizada com os dados apurados da execução reportada a 18 de maio de 2020, apresenta um défice previsional no seu Orçamento de Atividades, no montante de 48MEUR. A situação deficitária do Orçamento da DGRSP, resultante do insuficiente *plafond* orçamental atribuído, foi identificada em sede de preparação da Proposta de Orçamento, tal como indicado no anexo que constitui a Memória Justificativa do OE/2020.

² Inclui financiamento comunitário no montante de 0,624MEUR.

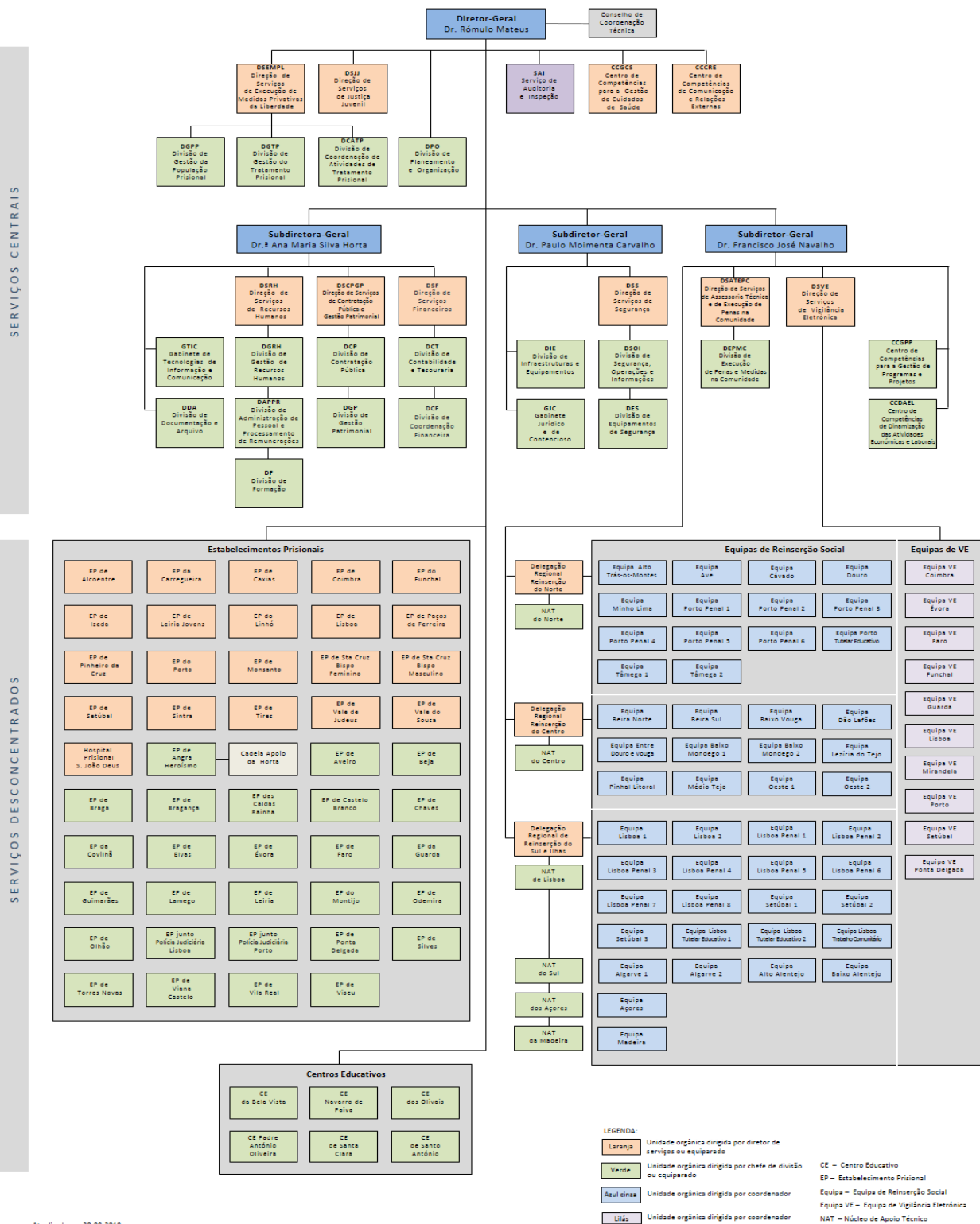
Considera uma estimativa de execução igual ao orçamento inicial sem a aplicação do cativo determinado pela Lei n.º 2/2020, de 31 de março, no montante de 0,757MEUR.



ANEXOS

Anexo 1 ORGANOGRAMA

Organograma da DIREÇÃO-GERAL DE REINserÇÃO E SERVIÇOS PRISIONAIS



Anexo 2

QUADRO SÍNTESE DE PARTILHA DE OBJETIVOS

| UO | Objetivos | DSEMP | DSATEPC DEPMC | DSVE | DSJJ | DSS | CENTROS COMPETÊNCIA | SAI | DSRH | DSF | DSCPGP | DDA | DIE | GTIC | DRR | CE | EP |
|------------------|------------|----------|------------------|---------|---------|-----|------------------------|-----|------|-----|--------|-----|-----|------|------------------|-------|-------|
| DSEMP | DGPP.03 | DGTP.05 | | | | | | | | | | | | | | | |
| | DGPP.04 | DCATP.05 | | | | | | | | | | | | | | | |
| | DGPP.05 | DGTP.04 | | | | | | | | | | | | | | | |
| | DGPP.06 | | | | | | | | | | | | | | | | EP.12 |
| | DGTP.01 | | | | | | CCGPP.04 | | | | | | | | | | EP.04 |
| | DGTP.03 | | | | | | | | | | | | | | | | EP.09 |
| | DGTP.04 | DGPP.05 | | | | | | | | | | | | | | | |
| | DGTP.05 | DGPP.03 | | | | | | | | | | | | | | | |
| | DCATP.01 | | | | | | | | | | | | | | | | EP.06 |
| | DCATP.04 | | | | | | | | | | | | | | | | EP.07 |
| | DCATP.05 | DGPP.04 | | | | | | | | | | | | | | | |
| DSATEPC DEPMC | DSATEPC.01 | | | | DSJJ.07 | | | | | | | | | | DRR.01 | | |
| | DSATEPC.02 | | | | DSJJ.08 | | | | | | | | | | | | |
| | DSATEPC.03 | | | DSVE.01 | | | | | | | | | | | | | |
| | DEPMC.03 | | | | | | CCGPP.01 | | | | | | | | DRR.02 | | |
| | DEPMC.04 | | | | | | CCGPP.02 | | | | | | | | DRR.03 ERS.01 | | |
| DSVE | DSVE.01 | | DSATEPC.03 | | | | | | | | | | | | | | |
| DSJJ | DSJJ.01 | | | | | | | | | | | | | | | CE.02 | |
| | DSJJ.02 | | | | | | | | | | | | | | DRR.06 ERS.03 | | |
| | DSJJ.04 | | | | | | | | | | | | | | DRR.07 ERS.04 | CE.01 | |
| | DSJJ.07 | | DSATEPC.01 | | | | | | | | | | | | DRR.01 | | |
| | DSJJ.08 | | DSATEPC.02 | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | |

| UO | Objetivos | DSEMP | DSATEPC DEPMC | DSVE | DSJJ | DSS | CENTROS COMPETÊNCIA | SAI | DSRH | DSF | DSCPGP | DDA | DIE | GTIC | DRR | CE | EP |
|--------|-----------|---------|------------------|------|------|---------|------------------------|--------|------------------------------|------------------|------------------|--------|-----|---------|------------------|----|-------|
| DSS | DSOI.01 | | | | | | | | | | | | | | | | EP.10 |
| | DSOI.02 | | | | | | | | | | | | | | | | EP.11 |
| | DSOI.05 | | | | | | | SAI.08 | | | | | | GTIC.01 | | | |
| CCGCS | CCGCS.06 | | | | | | | | | | | | | GTIC.04 | | | |
| CCGPP | CCGPP.01 | | DEPMC.03 | | | | | | | | | | | | DRR.02 | | EP.05 |
| | CCGPP.02 | | DEPMC.04 | | | | | | | | | | | | DRR.03 ERS.01 | | |
| | CCGPP.04 | DGTP.01 | | | | | | | | | | | | | | | |
| CCDAEL | CCDAEL.03 | | | | | | | | | | | | | | | | EP.08 |
| SAI | SAI.08 | | | | | DSOI.05 | | | | | | | | GTIC.01 | | | |
| DGRH | DGRH.07 | | | | | | | | DAPPR.05 DF.06 | DCF.04 DCT.03 | DCP.04 DGP.03 | DDA.01 | | GTIC.02 | | | |
| DAPPR | DAPPR.05 | | | | | | | | DGRH.07 DF.06 | DCF.04 DCT.03 | DCP.04 DGP.03 | DDA.01 | | GTIC.02 | | | |
| DF | DF.06 | | | | | | | | DGRH.07 DAPPR.05 | DCF.04 DCT.03 | DCP.04 DGP.03 | DDA.01 | | GTIC.02 | | | |
| DCF | DCF.02 | | | | | | | | | | | | | | | | EP.02 |
| | DCF.03 | | | | | | | | | | | | | | | | EP.03 |
| | DCF.04 | | | | | | | | DGRH.07 DAPPR.05 DF.06 | DCT.03 | DCP.04 DGP.03 | DDA.01 | | GTIC.02 | | | |
| DCT | DCT.03 | | | | | | | | DGRH.07 DAPPR.05 DF.06 | DCF.04 | DCP.04 DGP.03 | DDA.01 | | GTIC.02 | | | |
| DCP | DCP.04 | | | | | | | | DGRH.07 DAPPR.05 DF.06 | DCF.04 DCT.03 | DGP.03 | DDA.01 | | GTIC.02 | | | |
| DGP | DGP.03 | | | | | | | | DGRH.07 DAPPR.05 DF.06 | DCF.04 DCT.03 | DCP.04 | DDA.01 | | GTIC.02 | | | |
| DDA | DDA.01 | | | | | | | | DGRH.07 DAPPR.05 DF.06 | DCF.04 DCT.03 | DCP.04 DGP.03 | | | GTIC.02 | | | |

| UO | Objetivos | DSEMP | DSATEPC DEPMC | DSVE | DSJJ | DSS | CENTROS COMPETÊNCIA | SAI | DSRH | DSF | DSCPGP | DDA | DIE | GTIC | DRR | CE | EP |
|------|-----------|----------|------------------|------|---------|---------|------------------------|------------------------------|------|------------------|------------------|--------|--------|------|-----|----|-------|
| DIE | DIE.01 | | | | | | | | | | | | | | | | EP.01 |
| GTIC | GTIC.01 | | | | | DSOI.05 | | SAI.08 | | | | | | | | | |
| | GTIC.02 | | | | | | | DGRH.07 DAPPR.05 DF.06 | | DCF.04 DCT.03 | DCP.04 DGP.03 | DDA.01 | | | | | |
| | GTIC.04 | | | | | | CCGCS.06 | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| DRR | DRR.01 | | DSATEPC.01 | | DSJJ.07 | | | | | | | | | | | | |
| | DRR.02 | | DEPMC.03 | | | | CCGPP.01 | | | | | | | | | | |
| | DRR.03 | | DEPMC.04 | | | | CCGPP.02 | | | | | | | | | | |
| | ERS.01 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | DRR.06 | | | | DSJJ.02 | | | | | | | | | | | | |
| | ERS.03 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | DRR.07 | | | | DSJJ.04 | | | | | | | | | | | | |
| | ERS.04 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| CE | CE.01 | | | | DSJJ.04 | | | | | | | | | | | | |
| | CE.02 | | | | DSJJ.01 | | | | | | | | | | | | |
| EP | EP.01 | | | | | | | | | | | | DIE.01 | | | | |
| | EP.02 | | | | | | | | | DCF.02 | | | | | | | |
| | EP.03 | | | | | | | | | DCF.03 | | | | | | | |
| | EP.04 | DGTP.01 | | | | | | | | | | | | | | | |
| | EP.05 | | | | | | CCGPP.01 | | | | | | | | | | |
| | EP.06 | DCATP.01 | | | | | | | | | | | | | | | |
| | EP.07 | DCATP.04 | | | | | | | | | | | | | | | |
| | EP.08 | | | | | | CCDAEL.03 | | | | | | | | | | |
| | EP.09 | DGTP.03 | | | | | | | | | | | | | | | |
| | EP.10 | | | | | DSOI.01 | | | | | | | | | | | |
| | EP.11 | | | | | DSOI.02 | | | | | | | | | | | |
| | EP.12 | DGPP.06 | | | | | | | | | | | | | | | |

Anexo 3

LISTA DE SIGLAS USADAS

| | |
|---------|--|
| ACP | Autoridade Central Portuguesa |
| BSC | Balanced Scorecard |
| CAFCE | Comissão de Acompanhamento e Fiscalização dos Centros Educativos |
| CCCRE | Centro de Competências de Comunicação e Relações Externas |
| CCDAEL | Centro de Competências de Dinamização das Atividades Económicas e Laborais |
| CCGCS | Centro de Competências para a Gestão dos Cuidados de Saúde |
| CCGPP | Centro de Competências para a Gestão de Programas e Projetos |
| CE | Centro Educativo |
| CEP | Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade |
| CNAO | Centro Nacional de Acompanhamento de Operações |
| CTI | Conselho Técnico |
| CGP | Corpo da Guarda Prisional |
| DAPPR | Divisão de Administração de Pessoal e Processamento de Remunerações |
| DCATP | Divisão de Coordenação de Atividades de Tratamento Prisional |
| DCF | Divisão de Coordenação Financeira |
| DCP | Divisão de Contratação Pública |
| DCT | Divisão de Contabilidade e Tesouraria |
| DDA | Divisão de Documentação e Arquivo |
| DEPMC | Divisão de Execução de Penas e Medidas na Comunidade |
| DES | Divisão de Equipamentos de Segurança |
| DF | Divisão de Formação |
| DGP | Divisão de Gestão Patrimonial |
| DGRSP | Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais |
| DGRH | Divisão de Gestão de Recursos Humanos |
| DGPP | Divisão de Gestão da População Prisional |
| DGTP | Divisão de Gestão do Tratamento Prisional |
| DGRS | Direção-Geral de Reinserção Social |
| DIE | Divisão de Infraestruturas e Equipamentos |
| DPO | Divisão de Planeamento e Organização |
| DRR | Delegação Regional de Reinserção |
| DRRN | Delegação Regional de Reinserção do Norte |
| DRRC | Delegação Regional de Reinserção do Centro |
| DRRSI | Delegação Regional de Reinserção do Sul e Ilhas |
| DSATEPC | Direção de Serviços de Assessoria Técnica e de Execução de Penas na Comunidade |
| DSCGPP | Direção de Serviços de Contratação Pública e Gestão Patrimonial |
| DSEMP | Direção de Serviços de Execução de Medidas Privativas da Liberdade |
| DSF | Direção de Serviços Financeiros |
| DSJJ | Direção de Serviços de Justiça Juvenil |
| DSOI | Divisão de Segurança, Operações e Informações |
| DSS | Direção de Serviços de Segurança |
| DSRH | Direção de Serviços de Recursos Humanos |
| DSVE | Direção de Serviços de Vigilância Eletrónica |
| EOP | Equipa de Observação Permanente |
| EP | Estabelecimento Prisional |
| ERS | Equipa de Reinserção Social |
| FPCEUP | Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto |
| GJC | Gabinete Jurídico e de Contencioso |
| GISP | Grupo de Intervenção e Segurança Prisional |
| GOC | Grupo Operacional Cinotécnico |
| GPS | Gerar Percursos Sociais |

| | |
|----------|---|
| GTIC | Gabinete de Tecnologias de Informação e Comunicação |
| IND | Indicador |
| IRN | Instituto dos Registos e Notariado |
| LTE | Lei Tutelar Educativa |
| MITI | Modelo de Intervenção Técnica Integrada |
| MEUR | Milhões de Euros |
| MMP | Magistrados do Ministério Público |
| NAT | Núcleo de Apoio técnico |
| OBJ | Objetivo |
| OE | Orçamento de Estado |
| PAT | Plano Anual de Tiro |
| PDL | Prisão por dias livres |
| PEP | Projeto Educativo Pessoal |
| PIPS | Programa Integrado de Prevenção do Suicídio |
| PIR | Plano Individual de Readaptação |
| PPH | Pena de Prisão em Regime de Permanência na Habitação |
| PRS | Plano de Reinserção Social |
| QUAR | Quadro de Avaliação e Responsabilização |
| RAE | Regime Aberto no Exterior |
| RGDCE | Regulamento Geral e Disciplinar dos Centros Educativos |
| RGEP | Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais |
| SAI | Serviço de Auditoria e Inspeção |
| SEF | Serviço de Estrangeiros e Fronteiras |
| SIADAP | Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho da Administração Pública |
| SIGAE-EP | Sistema Integrado de Gestão das Atividades Económicas dos EP |
| SIP | Sistema de Informação Prisional |
| SIRS | Sistema de Informação de Reinserção Social |
| SNVE | Sistema Nacional de Vigilância Eletrónica |
| SPMS | Serviços Partilhados do Ministério da Saúde |
| TEP | Tribunal de Execução de Penas |
| UO | Unidade orgânica |
| VE | Vigilância Eletrónica |
| VIH | Vírus da Imunodeficiência Humana |
| YLS/CMI | Youth Level of Service/Case Management Inventory |